

Diário do Legislativo de 16/03/2004

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Mauri Torres - PSDB

1º-Vice-Presidente: Deputado Rêmolô Aloise - PL

2º-Vice-Presidente: Deputado Adelmo Carneiro Leão - PT

3º-Vice-Presidente: Deputado Dilzon Melo - PTB

1º-Secretário: Deputado Antônio Andrade - PMDB

2º-Secretário: Deputado Luiz Fernando Faria - PSDB

3º-Secretário: Deputado George Hilton - PL

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 1ª Reunião Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura

1.2 - Reunião de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

6 - ERRATAS

ATAS

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, EM 10/3/2004

Presidência do Deputado Rêmolô Aloise

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): Discussão e Votação de Proposições: Discussão, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 52/2003; discurso do Deputado Rogério Correia; encerramento da discussão - Inexistência de quórum para votação - Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 15.782; discurso do Deputado André Quintão; questões de ordem - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem as Deputadas e os Deputados:

Mauri Torres - Rêmolô Aloise - Adelmo Carneiro Leão - Dilzon Melo - Antônio Andrade - Luiz Fernando Faria - George Hilton - Adalclever Lopes - Alberto Bejani - Alencar da Silveira Jr. - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Andrada - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Biel Rocha - Bonifácio Mourão - Carlos Pimenta - Chico Simões - Dalmo Ribeiro Silva - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Doutor Viana - Durval Ângelo - Elmiro Nascimento - Ermano Batista - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Gustavo Valadares - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - Jô Moraes - João Bittar - José Henrique - José Milton - Leonardo Moreira - Leonardo Quintão - Leonídio Bouças - Lúcia Pacífico - Luiz Humberto Carneiro - Maria José Haueisen - Maria Olívia - Maria Tereza Lara - Marília Campos - Mauro Lobo - Miguel Martini - Neider Moreira - Olinto Godinho - Paulo Cesar - Paulo Piau - Pinduca Ferreira - Ricardo Duarte - Roberto Ramos - Rogério Correia - Sargento Rodrigues - Sebastião Helvécio - Sebastião Navarro Vieira - Sidinho do Ferrotaco - Vanessa Lucas - Wanderley Ávila - Weliton Prado - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Rêmolô Aloise) - Às 9h08min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro

aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Luiz Fernando Faria, 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Discussão, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 52/2003, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que altera o "caput" do art. 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, a proposta. Com a palavra, para discuti-la, o Deputado Rogério Correia.

O Deputado Rogério Correia - Trata-se de uma proposta de emenda apresentada pelo Deputado Dalmo Ribeiro Silva e assinada por diversos parlamentares, inclusive eu, que propõe o tombamento da serra da Moeda e declara como monumentos naturais os picos do Itabira, do Itambé e as serras da Piedade, do Caraça, de Ibitipoca, do Cabral e de São Domingos, no planalto de Poços de Caldas. É uma iniciativa importante. A nossa bancada é favorável. Pena que hoje não tenhamos quórum para votação.

Pedi essa intervenção, Sr. Presidente, em primeiro lugar, para informar nossa posição favorável a esse projeto e, em segundo, para anunciar que já se inicia hoje a discussão de vários vetos do Governador. Fizemos uma discussão com o nosso bloco e decidimos que iremos encaminhar contrariamente à posição do Governador. Somos contrários à grande maioria dos vetos. Faremos exceção ao veto da COMIG, em que há um veto correto do Governador, porque se quer validar todos os contratos feitos anteriormente, não podendo os atuais prevalecer. Como todos sabemos, esses contratos não foram muito bentos, transparentes. Todos tiveram de ser cumpridos antes de a CODEMIG fazer outro tipo. Nesse caso, vamos manter o veto. Nos demais, nossa posição será pela sua derrubada. O Governador parece que desconsiderou os projetos dos Deputados. Aprovamos os projetos, e o Governador simplesmente os desconsiderou. São mais desculpas de inconstitucionalidade do que realidade dos fatos. Nesse sentido, vamos votar pela derrubada dos vetos. Ao mesmo tempo, gostaria de informar aos Deputados que, como são muitos vetos, parece-me que 16, usaremos a prerrogativa de discuti-los com calma porque o Governador enviou a esta Casa diversos planos de carreira e, na grande maioria deles, não houve discussão com os funcionários. Pretendemos usar esse tempo para acertá-los. Não se podem aprovar da forma como o Governo quer. O plano de carreira da educação é fundamental. Queremos apressar sua votação, mas, para tal, foi-nos solicitado pelo sindicato que vários pontos fossem alterados. Gostaríamos de deixar que a pauta fluísse normalmente a partir de um acordo com o plano de carreira da educação. Por isso, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, aproveite a discussão de seu projeto para divagar sobre outros temas e anunciar a posição de nosso bloco. A nossa intenção é agilizar os planos de carreira que foram objeto de acordo entre o Governo e os sindicatos, corrigindo pontos solicitados pelas categorias.

No caso do plano de carreira da educação, existem alguns pontos que gostaria de adiantar. O Deputado Alberto Pinto Coelho ficou de me escutar no que diz respeito a eles. A partir dessa discussão, esperamos avançar no plano de carreira.

Desejo concluir ditando que teremos uma postura de negociação, utilizando-nos dos vetos e da possibilidade regimental de discussão pelo prazo de 1 hora para cada um dos projetos, a fim de fazermos um acerto global dos planos de carreira.

Para os projetos em que não houve avanço da discussão com os servidores, desejamos um tempo maior para que eles próprios possam apontar as modificações necessárias. No entanto, aqueles planos em que houve maior discussão, trabalharíamos as emendas, como é o caso do plano de carreira da educação.

Um ponto fundamental a ser alterado no plano de carreira da educação diz respeito à chamada progressão horizontal na carreira. Ali está estabelecido que, de dois em dois anos, caso tenha uma avaliação positiva, o professor obterá uma promoção. Mas não está claro se isso é para todos os professores, ou se haverá uma cota para a promoção. Essa é a primeira questão.

Um plano de carreira não pode estar sujeito ao que o Governo chama de política remuneratória. Tem de ser automático. Ou seja, se o trabalhador obteve desempenho suficiente nas duas vezes consecutivas, nos dois anos, ele automaticamente deverá ser promovido. Essa é a primeira garantia pedida.

Ainda com relação à progressão horizontal, é necessário que se estabeleça o índice de aumento que o professor e o trabalhador da educação terão em decorrência da suficiência ao longo desses dois anos. O valor reivindicado é de 8%. Então, é preciso que se estabeleça o percentual de aumento nessa progressão horizontal.

Uma terceira alteração importante é considerar que, caso o Governo não realize a avaliação de desempenho, ficam aprovados todos os trabalhadores da educação que tiveram suficiência de desempenho. É evidente que, se o Governo não fizer a avaliação de desempenho, o professor não terá culpa disso. O Governo e o Estado é que devem promover a avaliação do seu servidor. Então, nesse caso, automaticamente, todos seriam considerados aptos para obter a promoção. São esses os três pontos básicos para a melhoria da questão da promoção horizontal.

Na chamada progressão vertical, ou promoção na carreira, é estabelecido um prazo de cinco anos para se passar de um nível para outro. A reivindicação do sindicato e da categoria é que esses cinco anos não sejam observados no caso daquele professor que terminou o curso superior, o mestrado e o doutorado, pois, nesses casos, ele já cumpriu o tempo, portanto a promoção deveria ser automática. Isso é mais que correto. Ele não pode, uma vez feito o curso, esperar cinco anos para a sua promoção. Isso também não está claro no texto, é outra questão levantada pelos professores, do ponto de vista da progressão vertical.

Por fim, há o problema da tabela. O plano não apresenta uma tabela salarial, por isso, não entra na execução. Explicando melhor aos trabalhadores do ensino, aos Deputados e a todos os telespectadores da TV Assembléia: enquanto não se estabelece o piso salarial, não adianta falar na execução do plano de carreira, porque só se executa com a tabela. Aí, sim, temos piso salarial e, a partir dele, as promoções e o reenquadramento, em que as regras não estão estabelecidas, mas postas apenas por decreto. Os trabalhadores da educação não aceitam que as regras sejam estabelecidas por decreto, querem que se estabeleça em lei, preferencialmente nessa lei, a forma de se fazer esse reenquadramento. Esse é outro ponto levantado.

O ideal seria que a tabela viesse agora. Mas, não vindo - e o Governo insiste em não remetê-la agora -, é necessário que o Governo dê um prazo para o envio da tabela para ser aprovada na Assembléia Legislativa. Essa não é uma proposta do sindicato, é minha. O sindicato exige a tabela agora, mas faço essa proposta para sairmos do impasse. Proponho, Sr. Presidente, que o prazo seja de um mês. Aprovado o projeto, o Governador teria um mês para o envio da tabela à Assembléia Legislativa. Se for possível acertarmos um acordo em torno desse ponto, facilitaria muito a aprovação dos vetos, porque poderíamos desbloquear a pauta. Estamos pretendendo não permitir que a pauta seja desbloqueada sem a aprovação do plano de carreira da educação, que, para ser aprovado, tem que ter o aval do sindicato e, portanto, passar por um processo de negociação.

No início dos nossos trabalhos, do ponto de vista dos vetos que estão na pauta de hoje, quero trazer nosso posicionamento: não estamos num processo de obstrução por obstrução, mas de utilizar o Regimento da Casa, segundo o qual a obstrução é uma possibilidade e a discussão de projetos outra possibilidade para, ao fazer esse processo, fecharmos com o Governo um acordo geral sobre os planos de carreira. Fechando esse acordo, temos também uma possibilidade grande de acordo em relação aos vetos. Alguns projetos e vetos são importantes, como o veto total dado ao projeto de lei do Deputado Ricardo Duarte, que gostaríamos de ver derrubado. Queremos discutir. Enfim, precisamos entrar num processo de negociação e, nesse sentido, usaremos de nossas prerrogativas regimentais.

Antes de continuar a discussão do projeto do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, gostaria de repudiar um tipo de manobra que tem sido comum à parcela da mídia que faz questão de se opor ao Governo Lula. Fiquei impressionado ao ver uma manchete num dos jornais de Minas Gerais de hoje falando sobre o rombo da GTech no Governo Federal. Fiquei assustado: houve rombo, agora, na GTech? A denúncia é que houve um aumento na tarifa da GTech de não-sei-quantos por cento, o que daria um rombo de não-sei-quantos milhões. Fiquei assustado e pensei que esse seria um problema grave a que o Governo Lula teria que responder. Mas, quando verifiquei o fato, vi que o rombo não aconteceu no Governo Lula, mas no Governo Fernando Henrique; mas a manchete não explica isso. No jornal, há retratos de José Dirceu e Waldomiro e a manchete do rombo; mas o rombo aconteceu no Governo Fernando Henrique.

É impressionante a desfaçatez com que tratam essas questões. O aumento das tarifas se deu lá atrás, no Governo Fernando Henrique; no Governo Lula houve a redução da tarifa em 15%. Disseram que essa pessoa continua trabalhando no Governo Federal. E daí? Ela trabalha no Governo atual, mas deu o rombo no outro Governo; e o Governo atual não tem nada a ver com isso.

Impressiona-me a má-fé que se usa no tratamento desse caso. Mas a questão começa a ficar clara e, provavelmente, o Deputado André Quintão relatará o assunto, que acompanha pela Bancada do PT. O Senador Eduardo Azeredo terá que esclarecer os fatos referentes ao contrato da GTech, aos atos ilícitos de promover sem licitação mamatas num contrato que, por si só, já era uma mamata, aumentada por meio de termos aditivos, incluindo modalidades de jogos que não se encontravam no contrato, realizado em 1994, no Governo Hélio Garcia, e referendado, com termos aditivos, no Governo Azeredo.

Fica claro, portanto, qual é o problema da jogatina no Brasil. Os tucanos permitiram que a jogatina no Brasil chegasse a esse ponto. Isso certamente será resolvido no Governo Lula, moralizando-se os contratos, proibindo-se a jogatina da forma como se dava. Finalmente, a verdade vem à tona. É bom que venha. É claro que não poderia vir à tona com fanfarras, frevo e samba, como queria a Oposição, para desestabilizar o Governo e o País. Mas, agora, está ficando claro que a jogatina foi algo armado pelos tucanos, com contratos sem licitação, feitos pelo Brasil a fora, inclusive um contrato nacional - feito em 1997, no primeiro ano do Governo Fernando Henrique - que será desfeito dentro em breve. Esse contrato necessitou de uma prorrogação, porque a justiça não permitiu a abertura do processo de licitação, o que será feito, inclusive já tendo sido anunciado pelo Governo. A jogatina será moralizada no Governo Lula. Esse será o resultado da chamada crise. E aqueles que, no passado, permitiram a jogatina, o contrato sem licitação, que a GTech deitasse e rolasse, terão de responder por isso. Aqui em Minas, os ex-Governadores Hélio Garcia e Eduardo Azeredo terão de responder pelos termos aditivos, que minimizaram a obrigação da GTech, aumentando suas regalias, com três contratos de jogos a mais, que não constavam no contrato original, que já tinha sido feito sem licitação. Felizmente, as coisas começam a clarear. Aquela cortina de fumaça começa a se dissipar. A verdade começa a aparecer. As coisas começam a se acalmar. A histeria dos que queriam desestabilizar o Governo perde força. E essa discussão iremos fazê-la constantemente no Plenário desta Casa. Assinamos todos a CPI solicitada pela base do Governo Aécio Neves nesta Casa, por meio do PL, a pedido do Deputado Alberto Bejani, e queremos que o Presidente instale a CPI. Esperávamos o resultado da auditoria solicitada pelo Governador Aécio Neves, confiantes em sua seriedade, até que se provasse o contrário. Mas, se a base do Governo não confia na auditoria do Governador e quer a instalação da CPI, não seremos nós a ficar contra ela. Já que foi proposta pela base do Governo, através do PL - e parabeno o Deputado Alberto Bejani -, queremos que se instale a CPI. Acho que o Senador Eduardo Azeredo deveria depor nesta CPI para explicar os termos aditivos feitos, que não têm base legal, mesmo porque foi um dos favoráveis à CPI dos Bingos no Congresso Nacional. Portanto, deverá vir explicar, em Minas Gerais, a jogatina e seus termos aditivos, onde colocou mais três tipos de jogos que não se encontravam no contrato original. É preciso, Sr. Presidente, que essa CPI, ao ser instalada, convoque o Senador Eduardo Azeredo para explicar os termos aditivos ao contrato da GTech, exatamente ele que disse que tudo precisava vir às claras, tudo necessitava ser vigiado pelo parlamento, tudo carecia de fiscalização. E é ele, evidentemente, quem nos deve, agora, os esclarecimentos a cerca do porquê de haver favorecido a GTech com um aditivo de contrato sem licitação, dando-lhe mais três modalidades de jogatina e reduzindo suas obrigações para com o Estado.

Estão dizendo também que o erro veio do Governo Itamar Franco. Temos de investigar por que o Governo Itamar Franco aplicou uma multa, que depois foi desfeita sob a alegação de que o contrato já havia sido obedecido. Entretanto, segundo o próprio parecer no Governo Itamar Franco, não tinha sido feito anteriormente, e depois teria sido aceito. Essa é a sua justificativa. Mas ele pelo menos fiscalizou e procurou multar a GTech. O Governo Azeredo não. Constatou que estava errado e, para corrigir o erro, Deputada Jô Moraes, não multou; refez o contrato com um termo aditivo. Em vez da multa, fez um novo contrato, minimizando as obrigações da GTech, dando a ela mais três modalidades de jogo. É impressionante. Isso não sai nos jornais. Não sei por que os jornais dão essa proteção aos tucanos. Mas essas questões começam a ser esclarecidas para o povo brasileiro. Finalmente, a jogatina será moralizada no Brasil e os contratos sem licitação terão um fim; a GTech já não terá o monopólio dessa jogatina no Brasil.

Deputada Jô Moraes, que foi Vereadora comigo na Câmara Municipal de Belo Horizonte, antes da sua entrada lá, tivemos a chamada CPI das Empreiteiras, de 1979 até 1983. O Deputado Dinis Pinheiro, que é da região metropolitana e defensor da nossa população, sabe como as coisas funcionavam naquela época. Os contratos também eram feitos sem licitação, só que em vez dessas empresas modernas, informatizadas, quem mandava eram as empreiteiras. É algo semelhante ao que ocorreu na década seguinte. Os contratos eram feitos aqui em Belo Horizonte com as grandes empreiteiras: Mendes Júnior, Andrade Gutierrez, Cowan, Trutex. Os Deputados que foram Vereadores sabem disso. Essas empreiteiras iam renovando, na base de termos aditivos, os seus contratos. Não havia lei de licitação que limitava o termo aditivo apenas a 20% daquilo que foi contratado. O termo aditivo poderia ser no valor que se quisesse. Por exemplo, a Andrade Gutierrez ganhou uma licitação em 1979. Esse processo foi revalidado com termos aditivos.

Farei uma comparação da época em que as empreiteiras deitavam e rolavam sem licitação com a época atual em que há um processo mais moderno, da GTech, das empresas da era da informática. Exatamente o que ocorreu numa década se repetiu na outra. Essas poderosas empreiteiras tinham seus contratos aditados. Esses aditivos usavam 100%, 200% do valor do contrato. De 1979 até 1982, o contrato era o mesmo. Já o contrato da Mendes Júnior valeu de 1982 até 1992; sempre o mesmo contrato, com o termo aditivo. O valor, evidentemente, era muito maior. Mudava-se completamente o que era para ser feito, e as empresas iam se renovando entre elas. Uma dava parte da obra para outra.

A Andrade Gutierrez dava uma parte da obra para a Trutex, a Mendes Júnior, para a COWAN, e elas não brigavam entre si. Criaram um monopólio e com ele fizeram o Arrudas, o túnel da Lagoinha, o Complexo da Lagoinha, a Cristiano Machado, a Av. Vilarinho. Até aguapé da lagoa da Pampulha a Andrade Gutierrez retirou cobrando uma fortuna. Tudo isso foi sendo feito com esses termos aditivos. No início não havia a Lei de Licitação, que depois ia sendo burlada.

Em 1983, o Prefeito Patrus Ananias foi eleito, e moralizou-se essa questão. Todos os contratos foram revogados e finalmente se abriu o processo de licitação em Belo Horizonte. Iniciou-se uma nova era de relacionamento com as empreiteiras. O Governo do PT limpou mais de uma década de mamata que as empreiteiras tinham para fazer obras em Belo Horizonte.

Essa noite estive estudando o assunto da GTech. Os contratos no Rio de Janeiro, os contratos em Minas Gerais, o contrato de 1997 no Brasil, são todos sem licitação porque a GTech entrou primeiro no mercado. Era a única empresa e entrou de maneira avassaladora. Vieram os termos aditivos que Azeredo fez, permitindo mais modalidades de jogos sem licitação. Assim foi feito no Rio e nacionalmente.

O Presidente Lula entrou e, felizmente, vai moralizar o problema da jogatina no Brasil. As coisas começaram a clarear no Brasil. A cortina de fumaça está acabando, e certamente, a partir de agora, teremos um outro quadro em que as licitações com as empresas de informática serão normatizadas no Brasil. Não é apenas o problema das casas lotéricas, mas o da informática de maneira geral. Essas empresas passaram a mandar no Brasil porque não havia concorrência. Portanto, tiveram facilidades em outros Governos. Chegaremos a um processo moralizador para que o Brasil tenha regras estabelecidas para contrato com essas empresas, para que os preços diminuam e para que o produto dessas empresas seja o melhor atendimento ao público, o que todos queremos. Tenho a certeza de que isso será feito neste Governo. Essa é a sinalização apontada pelo Presidente Lula.

Sr. Presidente, antes de falar sobre a serra da Moeda, agradeço a V. Exa. a paciência porque não me ative apenas ao projeto, mas era necessário dizer aos Deputados a postura que teremos em relação aos vetos e aos planos de carreira. Não é um processo de obstrução por obstrução. Usaremos a tribuna para discutir os vetos e os projetos em pauta, a fim de tentar um acordo com o Governo em relação ao conjunto dos planos de carreira.

O Deputado Sargento Rodrigues (em aparte)* - Cumprimento o nobre companheiro Deputado Rogério Correia por sua preocupação em especial sobre a questão da GTech, incluída na ordem do dia. No que diz respeito à discussão em 2º turno da Proposta de Emenda à Constituição nº 52/2003, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, somos favoráveis à aprovação. Certamente há de se proteger a serra da Moeda, e a melhor maneira é com uma lei específica, em especial com uma emenda à Constituição.

Ainda tratando da GTech, o Deputado Alberto Bejani está coletando assinaturas. O jornal "Estado de Minas" de hoje diz que já há 33 assinaturas. Adianto ao Deputado Alberto Bejani que pode conseguir até 77 assinaturas, que a CPI da GTech não vai sair nesta Casa. E sabemos por quê. Novamente, as forças ocultas que operam nos bastidores da política não permitirão que a GTech seja submetida a uma CPI por parte do Estado de Minas Gerais.

O Deputado Rogério Correia - Deputado, V. Exa. não acha que, com a força do Senador Eduardo Azeredo, que queria a CPI dos bingos, ele não conseguiria instalar essa aqui?

O Deputado Sargento Rodrigues (em aparte)* - V. Exa. sabe perfeitamente que as forças deixam de ser ocultas à medida que V. Exa. começa a declinar os nomes que certamente serão informados à Mesa, não só o dele como também o de outros.

Entendemos que, se a Comissão de Segurança Pública, de que V. Exa. faz parte, não consegue trazer a uma audiência pública simples o Comandante-Geral da Polícia Militar, Cel. Sócrates, para responder sobre desvios de conduta de policiais militares que estão sob seu manto protetor, preocupa-me saber como foi que V. Exa. conseguiu fazer uma avaliação e tirar uma radiografia da audiência pública de ontem.

Deputado Alberto Bejani, estou dizendo ao Deputado Rogério Correia que, se a Comissão de Segurança Pública não está conseguindo fazer uma audiência pública, acredito que a CPI pela qual V. Exa. luta arduamente e que já conta com minha assinatura e as de outros 32 Deputados certamente encontrará muitas dificuldades para se instalar. As mesmas forças ocultas que operam nos bastidores da Comissão de Segurança Pública, impedindo que o Comandante-Geral da PM, compareça à Comissão para prestar esclarecimentos sobre os vários casos de desvios de conduta de policiais militares, agirão também contra a CPI.

Deputado Alberto Bejani, V. Exa. não estava presente quando o Deputado Rogério Correia abordou o assunto da GTech e eu lhe disse de sua luta incansável por assinaturas para a instalação da CPI.

Lamento que as forças ocultas que operaram ontem na Comissão de Segurança Pública impedindo que o Cel. Sócrates comparecesse sejam as mesmas que operarão para impedir a instalação da CPI, de cujo requerimento V. Exa. é o primeiro signatário e que, certamente, dará a seus membros a prerrogativa de quebrar o sigilo bancário e telefônico e a evolução patrimonial das pessoas envolvidas no caso.

O que mais me deixa chateado, Deputado Rogério Correia, é a desesperança que toma conta de nós no que diz respeito à política e à atuação parlamentar. Foi o que aconteceu comigo nesta manhã, ao ler o jornal do dia. São poderosas as forças que atuam contra os que querem moralizar o poder público e que se preocupam com a moralização do erário. Elas operam sempre no sentido oposto.

Aproveito a oportunidade para dizer ao Governador Aécio Neves que o Comando da Polícia Militar está realmente fragilizado na pessoa do Cel. Sócrates Edgar dos Anjos. Fragilizado não por questões mesquinhas ou pequenas, mas, como disse ontem o Deputado Rogério Correia, por estar formando jurisprudência o comportamento do Comandante-Geral da PM em casos de denúncias de corrupção e de desvios de conduta. Ele escala determinado policial para fazer o inquérito ou a sindicância, mas as regras do jogo já estão determinadas. Detectamos em Betim, por exemplo, um Oficial fazendo "bico" na Guarda Municipal de Segurança Pública e apensamos documentos comprobatórios à denúncia. Simplesmente, trocaram o cargo do Oficial, para protegê-lo e, certamente, dizer que não está acontecendo nada.

É lamentável, Deputado Rogério Correia, que V. Exa. tenha chegado àquela conclusão.

Entendo que o Comando da Polícia Militar, em especial o Comandante-Geral, está fragilizado, porque vem colocando um manto protetor naquilo que tem o dever de ofício de apurar com o máximo rigor.

Quero deixar claro que isso não vem ocorrendo na Chefia da Polícia Civil, à frente da qual está o Delegado Otto Teixeira. Pelo contrário, tem determinado rigor nas apurações das denúncias que lhe temos encaminhado por meio da Comissão de Segurança Pública. Prova disso são o retorno que temos recebido e as respostas que têm sido dadas.

O Deputado Rogério Correia - Ele até afastou o Delegado do DEOESP no caso Fadel. O Deputado Durval Ângelo deve tocar nesse assunto.

O Deputado Sargento Rodrigues (em aparte)* - Já está afastado o titular do DEOESP, exatamente, segundo informações dos jornais, por permitir que o Delegado que estava preso tivesse regalias. Mas isso não acontece no atual Comando da Polícia Militar, com o Cel. Sócrates Edgar dos Anjos.

Não queremos generalizar, estou dizendo o nome do agente público justamente para dizer que o Governador tem à frente do Comando da Polícia Militar hoje um Comandante fragilizado, que é incapaz de conseguir, com pulso forte, firmeza, coerência e transparência, dar a resposta que o cidadão precisa, não este parlamentar. E V. Exa disse ontem, na Comissão de Segurança Pública, que está-se formando jurisprudência, ou seja, um comportamento por parte do Comandante-Geral em botar panos quentes nas denúncias de corrupção ou de desvio de conduta que chegam ao seu conhecimento. Também o caso da GTech é lamentável. Muito obrigado.

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, quero apenas dizer ao Deputado Alberto Bejani que a sua CPI fica agora batizada de ... (palavras expungidas por determinação da Presidência), já que ele foi o proponente da investigação dos bingos e, se quer tanto investigar essa questão, é evidente que também quer investigar Minas Gerais. Então, fica aqui denominada de ... (palavras expungidas por determinação da Presidência) a CPI do Deputado Bejani, para que ele nos explique os termos aditivos generosos para com a GTech e, infelizmente, tão prejudiciais ao povo mineiro. Talvez possa ser também a CPI ... (palavras expungidas por determinação da Presidência), as investigações é que dirão, e seremos cuidadosos ao verificar isso. É bom que esse caso apareça.

A serra da Moeda, já adiantei, é hoje um dos mais requisitados refúgios naturais existentes no Estado, visitada por aqueles que buscam a paz de suas montanhas e frescor nas águas doces de suas cachoeiras. A justificativa do Deputado Dalmo Ribeiro já diz tudo. Essa riqueza natural precisa ser preservada, e o tombamento é fundamental para resguardarmos o meio ambiente.

Sr. Presidente, não vou utilizar o tempo que me resta para discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 52, embora não haja quórum para sua aprovação. Vou encerrar, porque os vetos da pauta são muitos, e peço a V. Exa. que considere todos os Deputados do PT inscritos para a discussão do próximo veto, a começar pelo Deputado André Quintão, pois, como já disse, usaremos essa discussão para tentar um acerto geral dos planos de carreira. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Não há outros oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A Presidência verifica, de plano, que não há quórum para votação, mas que há para a discussão das demais matérias constantes na pauta.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 15.782, que altera a denominação e o objeto da Companhia Mineradora de Minas Gerais - COMIG - e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto. Em discussão, o veto. Com a palavra, para discutir, o Deputado André Quintão.

O Deputado André Quintão* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, tal proposição se originou do Projeto de Lei nº 1.004/2003, do Governador do Estado, que alterou denominação e objeto da antiga COMIG, transformando-a em Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG -, fundindo, ainda, a TURMINAS, a CODEURBE e a CDI. O "caput" do parágrafo único do art. 4º foi vetado numa redação confusa. No entendimento do Bloco PT-PCdoB, o veto do Governador de maneira alguma atrapalha os objetivos fundamentais da criação da CODEMIG.

Sabemos que Minas, ao longo de 20, 23, 24 anos, perde espaço econômico e social no País. O Estado, que tem inúmeras potencialidades, é o 11º em Índice de Desenvolvimento Humano - IDH. Precisamos, portanto, incentivar o desenvolvimento econômico, e, para isso, uma companhia com fins específicos é fundamental, desde que tenha recursos e possibilidades de investimentos.

Nós, do Bloco PT-PCdoB, defendemos que o Estado tenha um papel fundamental, principalmente para garantir a infra-estrutura. Não se pensa em planejamento e desenvolvimento econômico regional se não há infra-estrutura adequada. O Estado, por exemplo, tem a maior malha viária do País, mas 62% dela está deficiente.

Aproveito a presença do Deputado Rogério Correia, que tratou da audiência pública realizada ontem pela Comissão do Trabalho, a qual integro ao lado da Deputada Marília Campos. Discutiu-se a relação entre a GTech e a Loteria Mineira. É muito pertinente o debate desse veto, pois trata, inclusive, de obras paralisadas e da continuidade do papel do Estado para retomá-las por meio da CODEMIG. Ontem ficou claro que Minas Gerais deixou de arrecadar muito com a atuação da GTech. Não foram apenas os R\$29.000.000,00 da multa, que, no entendimento de alguns, foi perdoada no Governo Itamar Franco.

Recapitularei alguns dados da audiência pública. O primeiro contrato de concessão pública do Estado de Minas Gerais com a GTech foi em 1994. Havia a meta de implantar 3 mil terminais até outubro de 1996, conforme previsto na licitação. Em março de 1997, seis meses após o término do prazo, realizou-se um termo aditivo, estendendo-o até o ano 2000, ou seja, ampliou-se o período para que a meta de implantação dos terminais fosse cumprida.

O cidadão que acompanha a TV Assembléia sabe que cada terminal significa um ponto de venda de jogo; portanto, um ponto de arrecadação de recurso por parte do poder público. Ocorre que, em dezembro de 1998, um novo aditivo foi feito, reduzindo em 50% a meta de implantação de terminais anteriormente prevista de 3.000 para 1.500. Recapitulando, o cidadão que acompanha a TV Assembléia sabe que foi assinado um contrato que previa a implantação, pela GTech, de 3 mil terminais até outubro de 1996. Em dezembro de 1998, foi feito um aditivo prevendo apenas 1.500 terminais até o ano de 2000.

Não vou aqui fazer nenhum juízo antecipado, o senso de responsabilidade recomenda isso. Seria importante sabermos por que houve essa redução de metas. Alguns alegam que foram questões mercadológicas não previstas no contrato de 1994, mudanças na conjuntura. Depois, teríamos argumentos de impedimento de importação de máquinas eletrônicas para o funcionamento desses terminais.

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, seria importante ouvirmos os responsáveis, os gestores daquela época, para sabermos quais fundamentos justificaram os termos aditivos de 1997 e 1998.

Ontem, Deputado Rogério Correia, o Bloco PT-PCdoB assinou requerimento de CPI. Defendemos todos os mecanismos para apurar o que aconteceu em Minas. Independentemente disso, na Comissão do Trabalho foi aprovado requerimento para apurar se essa questão mercadológica constitui impedimento legal para importação de máquinas eletrônicas. Queremos saber isso.

O mais grave não é isso, deixarei para falar depois do aparte que concedo a V. Exa., Deputado Rogério Correia.

O Deputado Rogério Correia (em aparte) - Já que V. Exa. está nessa investigação, que acho importante, se for instituída essa CPI - já tem 36 assinaturas, número suficiente -, deverá ser convidado o Senador Eduardo Azeredo, já que ele quer muito uma CPI dos Bingos e está insistindo tanto no Congresso Nacional. Pelo menos uma parte disso, esse termo aditivo, esse contrato com a GTech, ele poderá explicar-nos. Parece que uma parte do prejuízo ocorreu no Governo dele - 1994 a 2000 -, não é isso?

O Deputado André Quintão* - O grosso do contrato é de 1995, 1996, 1997 e 1998.

O Deputado Rogério Correia (em aparte) - Boa parte foi no Governo Eduardo Azeredo. Era uma boa oportunidade para ele se explicar, já que ele quer tanto uma CPI dos Bingos. Acho que ele devia ser convidado, sendo talvez o primeiro a depor na CPI que ele próprio está formando. Se ele quer uma aqui, provavelmente quer uma cá. Acho que o Senador Eduardo Azeredo deveria vir em sua CPI, ... (palavras expungidas por determinação da Presidência), explicar o que fez e o porquê desse prejuízo para Minas Gerais no período em que ele era Governador.

O Deputado André Quintão* - Deputado, há um outro aspecto. Confesso que me custou acreditar. Achei que era um entendimento equivocado da comissão ou da Assessoria; estou até inseguro em dizer isso aqui, mas a grande imprensa já noticiou. Havia uma cláusula dispondo que, em 100% da receita bruta, uma parte - 45% - é separada para quem é sorteado; outra parte - 10% - vai para o revendedor, a casa lotérica; outra parte da arrecadação - 9,5% - é destinada ao órgão concedente, no caso a Loteria Mineira; e outra parte remunera a empresa que ganhou a licitação e tem todo um aparato para fazer o contrato ser cumprido.

E o contrato previa 25% para investimentos em programas sociais, com depósitos feitos dois dias úteis subsequentes à realização dos jogos. Mas, estranhamente, no decorrer de tantos aditivos, isso sumiu. Segundo levantamentos do próprio Deputado Alberto Bejani, que está de posse desse material... Instalada a CPI, que tem mais força, teremos facilitado o acesso ao conjunto dessas informações, a esses materiais e documentos. Mas hoje já se noticia que pode ter havido um rombo, não de R\$29.000.000,00, mas de R\$2.000.000.000,00.

O Deputado Rogério Correia (em aparte) - Com essa cláusula?

O Deputado André Quintão* - Com essa cláusula que parece... digo "parece" porque custa-me acreditar que os governantes se esqueceram de que a empresa tinha de... Por isso, acho importante que se proceda a essa investigação em Minas Gerais. Não são apenas os R\$29.000.000,00 da multa...

O Deputado Rogério Correia (em aparte) - E já foi detectado o período em que essa cláusula sumiu?

O Deputado André Quintão* - Parece-me que é o período do conjunto do contrato. Isso é o que temos de esclarecer.

O Deputado Rogério Correia (em aparte) - Temos de saber exatamente quem é o responsável. Penso que o Senador Eduardo Azeredo poderá nos esclarecer se isso aconteceu durante o seu Governo ou no Governo Itamar. Isso é muito importante.

O Deputado André Quintão* - Teríamos de fazer uma memória dos recursos arrecadados pela Loteria.

Acho que esse assunto é tão importante, Deputado, que vou fazer uma consulta ao Presidente Rêmoló Aloise. Estamos discutindo o veto da CODEMIG, que não funciona sem recursos. Creio que podemos achar aí uma boa fonte de recursos. Quem sabe, reavendo esses recursos, poderíamos destinar uma boa parcela à CODEMIG, para que possa até mesmo, não deixando margem de dúvidas quanto a esse veto, cumprir os contratos assumidos pela antiga COMIG?

Questões de Ordem

O Deputado André Quintão - Então, minha pergunta, Presidente, é a seguinte: se a reunião for encerrada neste momento, por inexistência de quórum, ainda teria disponível esse tempo para continuar minha discussão na parte da tarde?

O Sr. Presidente - Exatamente.

O Deputado Alencar da Silveira Jr. - Os representantes do PT fizeram aqui várias observações que não podemos deixar de comentar.

Quero falar do tom do discurso do Deputado do Rogério Correia, Líder do PT, ao falar em ... (palavras expungidas por determinação da Presidência), de quem não tenho aval para defender. Mas acho que o que estão fazendo é uma maldade.

Os fatos foram apresentados, e até eu fiquei boquiaberto com o que expôs ontem o Deputado André Quintão, quando disse que, no contrato inicial, assinado no Governo Hélio Garcia, além dos 9,5% pagos à Loteria, 25% eram entregues ao Fundo Social, para o trabalho social no Estado. Mas a GTech, que é uma multinacional e tem os seus advogados, poderia falar que estava aplicando no Fundo Social se tivesse um trabalho nessa área - temos de esperar para ver.

De qualquer maneira, acho uma falta de respeito ao Senador Eduardo Azeredo, um político íntegro, que sempre se pautou na honestidade e nunca deixou rasto para ninguém pisar. Agora, vem o Deputado Rogério Correia falar em ... (palavras expungidas por determinação da Presidência)? Ora, em momento algum falamos que a CPI de Brasília era a CPI José Dirceu, companheiro do Waldomiro. Tenho certeza de que, se o Senador apóia a realização de uma CPI em Brasília, é claro que também vai apoiar uma CPI em Minas Gerais. Mas, da maneira como estão colocando... O PT conseguiu virar as coisas. Daqui a pouco, vão conseguir dizer que o Waldomiro não era amigo do José Dirceu, mas do Eduardo Azeredo ou do Aécio Neves. Vão arrumar uma confusão danada.

O PT, quando pisa no pé, consegue virar tudo. Para esclarecer a situação, Deputados André Quintão e Rogério Correia, temos de pedir ao Deputado Alberto Bejani que convoque uma reunião extraordinária da Comissão do Trabalho, hoje ou amanhã, com a presença do Sr. Gil Marques, Presidente da Loteria à época. Infelizmente, o Governador era o Sr. Eduardo Azeredo, mas a Loteria era subordinada à Secretaria da Casa Civil ou da Fazenda, não tenho certeza. Se sumiram com os 25%, saberemos quem é o responsável, que pagará por isso.

Espero que chamem o Presidente e os Diretores da Loteria, pois não adianta o Deputado Rogério Correia dizer que a CPI se chamará ... (palavras expungidas por determinação da Presidência). É uma falta de respeito com um Governador que teve todas as suas contas aprovadas e nada foi apresentado contra o seu Governo. Não tenho aval para defendê-lo, mas não foi o Governador Eduardo Azeredo nem Secretário ou Ministro do seu Governo que foi pego acertando propinas do bicho.

Portanto, peço ao Deputado Rogério Correia que procuremos o Deputado Alberto Bejani para esclarecer tudo. Convocaremos uma reunião extraordinária, para não falarmos disso até a próxima semana. ... (palavras expungidas por determinação da Presidência) é demais, esta Casa não pode aceitar.

O Deputado Rogério Correia - Deputado Alencar da Silveira Jr., se o meu pronunciamento significou desrespeito ao Senador Eduardo Azeredo, quero redimir-me. A minha intenção não é desrespeitá-lo.

Falou-se em CPI do bingo nacionalmente. Nós, do PT, acreditamos que essa CPI não é necessária. Trabalhamos para que não seja realizada,

porque provocará mais confusão, em vez de resolver o problema. Ela desestabilizará o País e não ajudará a resolver os fatos passados. No nosso entendimento, ela é desnecessária, embora seja necessário corrigir os problemas dos bingos e das jogatinas.

Ao fazer uma análise, vimos que os problemas estão exatamente nos contratos firmados anteriormente ao Governo Lula. Não queremos mexer no passado. O Governo Lula optou por fazer o Brasil andar, e que o passado não fosse remexido. Por isso, somos contra o andamento de uma CPI, para não atrapalhar o País na sua recuperação econômica, que já é difícil, pois vários problemas foram herdados. Essa é a opinião política do PT, mas queremos que os problemas sejam corrigidos. Como? Demitir o Sr. Waldomiro, fechar as loterias e as jogatinas no País, para que novas licitações sejam feitas. Deixei isso claro.

A Oposição quer fazer cortina de fumaça, quer misturar o problema com as eleições deste ano. O Deputado Alencar da Silveira Jr. já fez isso diversas vezes. Fizeram-nos remoer o passado. Olhando o passado, descobrimos que o principal erro do contrato da GTech são dois termos aditivos feitos à época do ex-Governador Eduardo Azeredo. Ele terá de explicar por que deu de graça mais três modalidades de jogos à GTech e aditou um termo com mais três anos, diminuindo pela metade suas obrigações.

O Deputado André Quintão apresenta mais um ingrediente: sumiram os 25% que deveriam ser destinados a entidades sociais. Tudo isso ocorreu no período de 1994 a 2000, desde o Governo Hélio Garcia, passando pelo Governo Azeredo e parte do Governo Itamar Franco. Quem assinou o pedido de CPI, que fez grande alvoroço pela instalação da CPI? Foi o Senador Eduardo Azeredo.

Ele chegou nacionalmente e disse que queria uma CPI da jogatina no Brasil. Se o Governador Eduardo Azeredo quer uma CPI da jogatina no Brasil, ele quer também em Minas Gerais. Não são processos distintos. Ele foi o primeiro signatário da CPI da jogatina dos bingos. Antes de qualquer Deputado assinar a CPI do Bejani, ele foi o primeiro. Peço ao Bejani que me perdoe porque estou dando a autoria da CPI para o Eduardo Azeredo, já que ele foi o primeiro a falar na CPI nacionalmente. Ele fez uma devassa, foi à TV Assembléia, fez um alvoroço com aquela carinha de bom menino, pedindo moralidade, como se o santo Azeredo nada tivesse a ver com a jogatina. Ele se esqueceu do passado, esqueceu que o Lula começou a governar há pouco mais de um ano, que vai limpar essas coisas. Os tucanos passaram a bradar moralidade esquecendo que têm um rabo enorme. Se é para mexer no passado, vamos mexer. Repito, não propusemos CPI, porque o Governador Aécio Neves pediu para fazer uma auditoria e confiamos que seja uma auditoria séria. Queríamos paz, mas a base do Governo diz que a auditoria do Aécio é insuficiente e que quer CPI. Não somos nós que vamos deixar de querer a CPI. Assinamos a tal CPI, mas, se ela for instituída, uma pessoa fundamental para depor é quem propôs a CPI no Congresso Nacional, que é o Governador Eduardo Azeredo.

O Deputado Weliton Prado - Sr. Presidente, resgatando a história, quando o então Governador Eduardo Azeredo estava à frente do poder em Minas Gerais, ele riscou do mapa o Triângulo Mineiro, que deixou de fazer parte de Minas Gerais porque não foi construída ali nenhuma escola. O Triângulo, o Pontal e o Alto Paranaíba arrecadam em torno de 17% de todo o ICMS do Estado, e recebemos menos de 4%. Agora, como Senador, ele está riscando do mapa Minas Gerais, porque assina uma CPI em nível federal, e aqui existem muitos Deputados que não gostam quando damos o seu nome à CPI.

Quería dizer o que significou o Governo Eduardo Azeredo para a educação. Ele não deu um centavo de reajuste para os servidores e acabou com os cursos técnicos profissionalizantes, que eram uma oportunidade para a juventude se preparar para entrar no mercado de trabalho. O Governo fechou todos os cursos técnicos profissionalizantes no Estado. Mas não podemos apenas voltar ao passado sem propor soluções. O Governador Aécio Neves colocou em seu programa de Governo que iria voltar com os cursos técnicos. Hoje, quando o jovem vai procurar emprego, a empresa exige experiência. Há um programa do Governo Federal que tem um orçamento em torno de R\$270.000.000,00, o qual vai dar para contratar aproximadamente 900 mil jovens. Mas aqui em Minas Gerais o Governador Aécio Neves se apropria do nome "Primeiro Emprego".

Na realidade, o programa está no primeiro estágio. O Governador coloca apenas R\$50.000,00 no orçamento para esse fim, mas gasta milhões com sua divulgação. Esse debate é fundamental. Não podemos ser incoerentes, pois temos uma herança histórica do Governo Fernando Henrique Cardoso e do PSDB à frente do Estado de Minas Gerais.

Temos vários questionamentos também a respeito do Governador Itamar Franco. Por isso, pensamos em um Governador que deseje o crescimento do Estado, pois o Estado de Minas é o que mais tem taxas, penalizando muitas empresas. Queriam até cobrar para acionar a polícia. O IPVA para moto aumentou mais de 100%. Não podemos esquecer que nossas empresas estão indo para Goiás e para São Paulo porque não agüentam mais a carga tributária. O Estado de Minas tem uma das maiores cargas tributárias do País. O Governador tem de valorizar a economia, fazer crescer o Estado, garantir qualidade na educação, olhar a saúde, que está na UTI. Temos de investir, pois as pessoas não agüentam mais ficar em filas. Precisamos apresentar propostas emergenciais para garantir dignidade à população de Minas Gerais. Precisamos gerar empregos e renda. Para tal, temos de aquecer a economia, não podemos ver o que estamos vendo, ou seja, as empresas indo para outros Estados, demitindo porque não agüentam pagar tantas taxas. Mais uma vez, temos de sensibilizar todos os Deputados para o grave problema por que estão passando os servidores contratados da Região Metropolitana, que trabalharam no mês de fevereiro. O Governador não quer pagá-los. Segundo ele, somente o fará em abril, pois não tem servidores para fazer a folha de pagamento. O servidor tem direito a receber no mês subsequente. Isso é direito, está na legislação. Como ele fará para sustentar sua família, para pagar a luz, o gás, a água? O Governador tem de ter sensibilidade. Vou apresentar um requerimento solicitando que a Assembléia ceda alguns técnicos para que façam essa folha de pagamento. Assim, o Governador poderá fazer a folha e pagar os funcionários no mês de março.

O Deputado Dinis Pinheiro - O Deputado Weliton Prado usou a tribuna desta Casa, mas suas palavras merecem correção e complementação de nossa parte. Estamos observando em todo o Brasil a luta e a bravura do Governador Aécio Neves para reequilibrar as finanças do Estado, colocando Minas num lugar de destaque no cenário nacional. Observamos sua dedicação para dar aos jovens oportunidade do primeiro emprego. Sabemos que tudo é feito com dificuldade, suor e dedicação. Sabemos que o Governo Federal também está empenhado em dar oportunidade aos jovens para que tenham o primeiro emprego. Aliás, esse programa do Governo Federal foi bastante combatido pela imprensa por não conseguir atender aos jovens brasileiros. É natural que, no primeiro momento, existam dificuldades. Quando o Deputado fala que as empresas estão saindo do Estado, de forma alguma isso corresponde à realidade. Nos últimos dias, falamos da retração do PIB do Brasil, a maior nos últimos dez anos. Assistimos à luta e ao desempenho do Governador quanto à guerra fiscal, com o objetivo maior de assegurar tranquilidade para que as empresas aqui permaneçam e que outras venham para Minas Gerais.

Em relação ao funcionalismo público, todo esse segmento está vivenciando a seriedade e os compromissos sérios do Governador para com eles. Prova disso é folha de pagamento e 13º salário pagos em dia, mesmo diante da grave situação financeira do Estado de Minas Gerais.

Então, o Deputado Weliton Prado deve ter mais ponderação, tranquilidade e serenidade em relação a Minas Gerais, e mais precisamente ao Governador Aécio Neves, que tem feito todos os esforços para isso. Haja vista que lançou, no início do ano passado, o Plano de Segurança Estadual, servindo de referência para todo o Brasil. Além disso, está utilizando todos os instrumentos necessários para amenizar o problema da violência na Região Metropolitana de Belo Horizonte e em todo o Estado. Enfim, Minas está no caminho certo; o Governador está no caminho certo. Ele está reestruturando Minas Gerais.

Portanto, retifico as palavras do Deputado Weliton Prado, por serem injustas, indevidas e inadequadas, principalmente no tocante ao Governador Aécio Neves. Não há empresas fugindo, e sim chegando. Existe a inabalável vontade do Governador em trazer mais indústrias para cá. Porém, a economia de Minas depende sobremaneira da economia nacional.

Finalizando, Deputado Weliton Prado, sobre a carga tributária, o Ministro Palocci disse que não iria aumentar, mas aumentou, e muito, e isso penaliza o setor produtivo de Minas e do nosso País.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a reunião ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a reunião extraordinária também de hoje, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

* - Sem revisão do orador.

ATA DA 2ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 2/3/2004

Às 15h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Padre João, Doutor Viana, Luiz Humberto Carneiro e Márcio Passos, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Vice-Presidente, Deputado Padre João, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Luiz Humberto Carneiro, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios dos Srs. Rubens Leite Vianello e José Silva Soares, publicados no "Diário do Legislativo" de 14/2/2004; e do Deputado Gil Pereira (2), encaminhando informações sobre o programa de retomada da cultura do algodão no Estado e documento da Subcâmara de Seguro Rural do Conselho Estadual de Política Agrícola - CEPA -, da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento. A Presidência acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 1.290/2003, no 1º turno, para o qual designou como relator o Deputado Doutor Viana. Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Resolução nº 1.214/2003 (relator: Deputado Gil Pereira). Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 1.204/2003 (relator: Deputado Doutor Viana). Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 2.158 a 2.163/2004, da Comissão Especial da Cafeicultura Mineira, e 2.204/2004, do Deputado Domingos Sávio. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Antônio Andrade, em que solicita seja realizada audiência pública em Unai, com o objetivo de debater as conseqüências para o setor produtivo na região Noroeste, em especial no Município de Unai, do episódio que resultou na morte de funcionários do Ministério do Trabalho; e Gil Pereira, em que solicita seja realizada reunião conjunta com a Comissão de Saúde, para discutir, em audiência pública, a leishmaniose visceral ou calazar no Estado. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de março de 2004.

Doutor Viana, Presidente - Márcio Passos - Ana Maria Resende.

ATA DA 1ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 3/3/2004

Às 14h45min, comparecem na Sala das Comissões as Deputadas Lúcia Pacífico, Vanessa Lucas e os Deputados Antônio Júlio, Roberto Carvalho, Fábio Avelar e Jayro Lessa, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Adalclever Lopes, Célio Moreira, Dalmo Ribeiro Silva, Domingos Sávio, Ivair Nogueira, Leonardo Quintão, Paulo Piau e Weliton Prado. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Lúcia Pacífico, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Antônio Júlio, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir, em audiência pública, com diversos convidados, a implementação do Regime de Substituição Tributária para medicamentos e peças, componentes e acessórios automotivos pelos Decretos nºs 43.708, de 19/12/2003, e 43.724, de 29/1/2004, e a discutir e votar proposições da Comissão. A Presidente comunica o recebimento de ofícios do Sr. Marcelo Rodrigo Barbosa, Coordenador-Geral do PROCON Assembléia (2), solicitando a realização de reunião conjunta desta Comissão e da Comissão de Transportes e Obras Públicas, com o objetivo de discutir, em audiência pública, o sistema de bilhetagem eletrônica do transporte coletivo municipal de Belo Horizonte e a migração definitiva do sistema de vale-transporte; e dando ciência de que o PROCON da Assembléia Legislativa tem atendido prontamente e de maneira eficaz todos os casos a ele encaminhados que envolvam relação de consumo, com vistas à proteção do consumidor, bem como tem dado um atendimento especial mesmo àqueles que não envolvam essa relação; e dos dirigentes da ACIA - Associação Comercial e Industrial Agropecuária e de Prestação de Serviços de Araguaçu, solicitando a esta Comissão informações sobre as questões que tem formuladas com relação à implementação do Regime de Substituição Tributária para medicamentos e peças, componentes e acessórios automotivos. A Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projeto de Lei nº 779/2003, parecer sobre emendas apresentadas em Plenário, no 1º turno (Deputada Lúcia Pacífico); e Projeto de Lei nº 930/2003, no 2º turno (Deputado Roberto Carvalho). A Presidência destina esta parte da reunião a ouvir os convidados, registra-se a presença dos Srs. Renê de Oliveira e Souza Júnior, Subsecretário da Receita Estadual da Secretaria da Fazenda; Antônio Eduardo M.S. Leite Júnior, Assessor Especial da Secretaria da Fazenda; Edilson José de C. Cruz, Assessor da Presidência da CDL; Olival Gonzaga de Resende, Diretor da AC Minas; Amarildo Magela de Oliveira, Presidente da Associação Comercial de Pará de Minas; Eustáquio Norberto de Almeida, Assessor Jurídico da Federação do Comércio; e Hudson Lídio Navarro, Vice-Presidente da FEDERAMINAS, os quais são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Antônio Júlio, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de março de 2004.

Lúcia Pacífico, Presidente - Roberto Carvalho - Antônio Júlio.

ATA DA 1ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Saúde NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 4/3/2004

Às 9h45min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Ricardo Duarte, Fahim Sawan, Carlos Pimenta, Célio Moreira e Neider Moreira, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Domingos Sávio. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Ricardo Duarte, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Fahim Sawan, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater em audiência pública o fornecimento de medicamentos aos pacientes de fibrose cística (mucoviscidose), a ampliação do ambulatório (Centro Geral de Pediatria - CGP - e a triagem neonatal. O Presidente registra o recebimento da seguinte correspondência: ofícios dos Srs. Arnaldo de Almeida Garrocho, Presidente do Conselho de Odontologia de Minas Gerais, informando que, em atendimento a proposição do Deputado Célio Moreira, vai realizar campanha junto aos cirurgiões-dentistas para sensibilizá-los com relação à necessidade de se emitirem

as receitas com letra legível e sem abreviaturas; e Carlos Eduardo Venturelli Mosconi, Presidente da FHEMIG, prestando informações relativas à contratação de novos funcionários, aprovados em concurso público. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos desta Comissão, em que pleiteia seja solicitado à Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados que envie esforços junto ao Ministério da Saúde para que seja credenciada a Fase III da triagem neonatal para pesquisa da fibrose cística, tendo em vista o grande número de portadores desta moléstia e, também, o disposto na Portaria nº 822, de junho de 2001, do próprio Ministério; e dos Deputados Gil Pereira, em que solicita seja realizada reunião conjunta com a Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial para discutir a leishmaniose visceral no Estado, com a presença dos convidados que menciona; Ricardo Duarte e Maria Tereza Lara, em que solicitam seja feita visita à Colônia Santa Isabel, em Betim, a fim de conhecer o trabalho desse sanatório no controle social da hanseníase; Carlos Pimenta, em que solicita seja realizada reunião em Januária para discutir o atendimento médico na região, a partir da instalação da regional de saúde; e Neider Moreira, em que solicita seja realizada reunião para debater, em audiência pública, a implementação, no Estado, do passe livre para os pacientes portadores de doença renal crônica em terapia renal substitutiva. A seguir, a Presidência destina esta parte da reunião a ouvir os seguintes convidados: Srs. Benedito Scaranci Fernandes, Superintendente de Atenção à Saúde da Secretaria da Saúde; Wagner de Lima Vaz, Presidente da Associação Mineira de Assistência à Mucoviscidose - AMAM -; Alberto Andrade Vergara, médico pneumologista pediátrico e Coordenador do Ambulatório de Fibrose Cística no CGP; Francisco José Caldeira Reis, médico pneumologista pediátrico, especialista em fibrose cística e Consultor do Programa de Triagem Neonatal do Núcleo de Apoio ao Diagnóstico da UFMG para Fibrose Cística - NUPAD -; José Nélio Januário, Diretor-Geral do NUPAD; Sras. Ivonilda Cardoso Sande, nutricionista voluntária do Hospital das Clínicas e Coordenadora do Serviço Nutricional da AMAM; Shirley Lima Campos, fisioterapeuta do Programa Multidisciplinar da Fibrose Cística do CGP; Cíntia Passos, nutricionista da AMAM; Josely Pontes Ramos, Promotora de Defesa da Saúde da Capital; Maria das Graças Rodrigues de Oliveira, representante do Secretário de Saúde de Belo Horizonte; Srs. Ricardo Castanheira Pimenta Figueiredo, Diretor-Geral do Hospital das Clínicas da UFMG; Henrique Timo Luz, Coordenador da Atenção a Adultos e Idosos da Secretaria de Saúde de Belo Horizonte, os quais são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Neider Moreira, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, na ordem em que foram citados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares e dos convidados, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de março de 2004.

Ricardo Duarte, Presidente - Célio Moreira - Carlos Pimenta - Fábio Avelar - Doutor Viana - Jô Moraes.

ORDENS DO DIA

Ordem do dia da 11ª reunião ordinária da 2ª sessão legislativa ORDINÁRIA da 15ª legislatura, em 16/3/2004

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 52/2003, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que altera o "caput" do art. 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.126/2003, do Deputado Leonídio Bouças, que dispõe sobre a exploração econômica do turismo nas regiões de represas e lagos artificiais localizados no Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 a 3, que apresenta. A Comissão de Turismo opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Justiça, e com a Emenda nº 4, que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 3, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 a 3, da Comissão de Justiça, e pela rejeição da Emenda nº 4, da Comissão de Turismo.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.223/2003, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Piracema o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.224/2003, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Santana dos Montes o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 89/2003, do Deputado Alencar da Silveira Jr., que prevê a realização da Semana da Conservação Escolar no calendário da Secretaria da Educação e dá outras providências. A Comissão de Educação opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno.

Prosseguimento da discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 15.782, que altera a denominação e o objeto da Companhia Mineradora de Minas Gerais - COMIG - e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto .

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.843, que dispõe sobre os rios de preservação permanente e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto ao art. 4º e pela rejeição do veto aos demais dispositivos.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 235/2003, do Deputado Doutor Viana, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Ingai o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 288/2003, do Deputado Dinis Pinheiro, que autoriza o Poder Executivo a doar o imóvel que descreve ao Município de Ibitité. A Comissão de Justiça perdeu prazo para emitir parecer. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela rejeição do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 679/2003, do Deputado Leonardo Moreira, que obriga as distribuidoras de combustíveis a colocar lacres eletrônicos nos tanques dos postos de combustíveis e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Defesa do Consumidor perdeu prazo para emitir parecer. A Comissão de Transporte opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.127/2003, da Deputada Marília Campos, que estabelece critérios para oferta e aceitação de presentes por autoridades públicas e agentes políticos e dá outras providências. A Comissão de Justiça perdeu prazo para emitir parecer. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 3ª reunião ordinária da comissão de Administração Pública Na 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 10 horas do dia 16/3/2004

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 871/2003, do Deputado Weliton Prado e 961/2003, da Deputada Maria Tereza Lara.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 2.293, 2.314 e 2.324/2004, do Deputado Leonardo Moreira; 2.405/2004, da Deputada Ana Maria Resende; 2.425 e 2.429/2004, do Deputado Leonardo Quintão; 2.443/2004, da Comissão de Segurança Pública; 2.451/2004, do Deputado Doutor Ronaldo; 2.466/2004, do Deputado Antônio Carlos Andrada; 2.476/2004, do Deputado Gil Pereira e outros; 2.486/2004, da Deputada Ana Maria Resende.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 3ª reunião ordinária da comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas Na 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 16/3/2004

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 2.462/2004, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 4ª reunião ordinária da comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social Na 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 16/3/2004

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 745/2003, do Deputado João Bittar; 1.188/2003, do Deputado Doutor Viana.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.191/2003, do Deputado Zé Maia; 1.202/2003, do Deputado Weliton Prado; 1.210/2003, da Deputada Vanessa Lucas; 1.215/2003, do Deputado Alencar da Silveira Jr.

Requerimentos nºs 2.290/2004, do Deputado Doutor Ronaldo; 2.298/2004, do Deputado Doutor Viana; 2.326/2004, do Deputado Luiz Humberto Carneiro; 2.352 a 2.387/2004, do Deputado Leonardo Moreira; 2.402/2004, da Deputada Ana Maria Resende.

Finalidade: obter esclarecimentos sobre o perdão da multa aplicada à empresa GTech do Brasil.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 4ª reunião ordinária da comissão de Assuntos Municipais e Regionalização Na 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 16/3/2004

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 2.406 a 2.415/2004, do Deputado Arlen Santiago; 2.417 e 2.479/2004, do Deputado Doutor Viana; 2.456/2004, do Deputado João Bittar; 2.469/2004, do Deputado Antônio Andrade.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 4ª reunião ordinária da comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial Na 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 15 horas do dia 16/3/2004

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.290/2003, do Deputado Ricardo Duarte.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 4ª reunião ordinária da comissão de Direitos Humanos Na 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 9 horas do dia 17/3/2004

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 2.468/2004, do Deputado Antônio Andrade.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 2ª reunião ordinária da comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais Na 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 9h30min do dia 17/3/2004

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 803/2003, do Deputado Sidinho do Ferrotaco; 1.174/2003, do Deputado Gustavo Valadares.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 2.073/2003, da Comissão de Participação Popular.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 3ª reunião ordinária da comissão de Redação Na 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 17/3/2004

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discutir e votar pareceres sobre proposições em fase de redação final.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 3ª reunião ordinária da comissão de Saúde Na 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 9h30min do dia 18/3/2004

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: debater o tema "Assistência à Saúde Pública no Estado de Minas Gerais".

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembléia para as 10 horas do dia 16/3/2004, destinada à entrega do Prêmio Luiz Eduardo Magalhães.

Palácio da Inconfidência, 15 de março de 2004.

Mauri Torres, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre os Vetos às Proposições de Lei nºs 15.734, 15.738, 15.852 e 15.921

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Biel Rocha, Gil Pereira, Miguel Martini e Márcio Passos, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 16/3/2004, às 14h45min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o parecer para o turno único dos vetos às Proposições de Lei nºs 15.734, 15.738, 15.921 e 15.852/2004, do Governador do Estado, e discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 10 de março de 2004.

Mauro Lobo, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre os Vetos às Proposições de Lei nºs 15.782, 15.898, 15.914, 15.925 e 15.927

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Adalclever Lopes, Ermanno Batista, Roberto Carvalho e Domingos Sávio, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 16/3/2004, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar

os pareceres para o turno único dos vetos às Proposições de Lei nºs 15.914, 15.925 e 15.927/2004, do Governador do Estado, e discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 15 de março de 2003.

Leonardo Moreira, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Fábio Avelar, Biel Rocha, Célio Moreira, Gilberto Abramo, Gustavo Valadares e Padre João, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 16/3/2004, às 15h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 10 de março de 2004.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre os Vetos às Proposições de Lei nºs 15.843, 15.855, 15.902 e 15.922

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Fábio Avelar, Leonardo Moreira, Bonifácio Mourão e Doutor Viana, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 16/3/2004, às 15h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o parecer para o turno único do veto à Proposição de Lei nº 15.855/2004, do Governador do Estado, e discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 15 de março de 2004.

Maria José Hauelsen, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre os Vetos às Proposições de Lei nºs 15.784 e 15.924

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Laudelino Augusto, Célio Moreira, Neider Moreira e Paulo Piau, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 16/3/2004, às 16 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os pareceres para o turno único dos vetos às Proposições de Lei nºs 15.784 e 15.924/2004, do Governador do Estado, e discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 15 de março de 2004.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 4/3/2004

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Sr. Presidente, amigos que nos assistem pela TV Assembléia, amigos presentes que nos honram, assessores, caríssimos colegas, volto a esta tribuna para trazer uma reflexão muito importante e séria para o Estado de Minas Gerais. Refiro-me mais uma vez às condições de nossas rodovias federais, as mesmas rodovias sobre as quais já abrimos discussão em Comissão Especial, as mesmas rodovias sobre as quais, reiteradas vezes, estivemos em Brasília cobrando providências e as mesmas rodovias que têm ceifado vidas de amigos e parentes e do povo mineiro, trazendo-nos uma grande preocupação.

Estamos acompanhando atentamente o Governo Lula. S. Exa. visitou o Sul de Minas, mais precisamente o eixo da BR-459, em companhia do Ministro Anderson Adauto, e determinou, há quatro ou cinco meses, a continuação das obras, de forma urgente. Nada mais justo, pois essa é a pior rodovia do País. O trecho que liga Itajubá a Poços de Caldas - de um lado, a rota tecnológica, no eixo do vale da eletrônica, e, de outro, a terra de nosso companheiro Sebastião Navarro Vieira, aqui presente - é muito precário.

Pelos jornais e noticiários dessa manhã, ficamos sabendo que o Governo liberou recursos para a continuação das obras nas rodovias Régis Bitencourt e Fernão Dias, e queremos, mais uma vez, reafirmar nossas esperanças neste Governo, para que isso se torne realidade.

Semanalmente, vou até Pouso Alegre e tenho verificado a paralisação total das obras no principal eixo rodoviário do Estado e, particularmente, de nossa região. Como foram anunciadas obras apenas em duas rodovias, neste exato momento, estou apresentando um requerimento para que novamente seja cobrada do Governo Federal a liberação de recursos para a BR-459, cujas obras estão de novo paralisadas, em um total desrespeito ao povo mineiro, aos inúmeros usuários que se utilizam desse importante eixo rodoviário de um pólo de desenvolvimento de Minas e do Brasil.

Não verificamos absolutamente nenhum recurso destinado à BR-459 e, para comprovar essa assertiva, Sr. Presidente, trago a seu conhecimento e ao dos nobres pares informações hoje obtidas do DNIT retratando a situação de nossas rodovias, particularmente da BR-459.

Vejo a meu lado o guerreiro e querido companheiro Carlos Pimenta, que esteve conosco em Brasília, juntamente com os Deputados Arlen

Santiago e Doutor Viana, quando fomos cobrar um posicionamento efetivo do Governo Federal também para as rodovias de Montes Claros e adjacências. A bancada sul-mineira sempre buscou recursos para a continuação das obras de nossas rodovias.

Caríssimo Deputado Carlos Pimenta, parece-me que ainda não conseguimos a conscientização das autoridades e do Governo Federal no que diz respeito à liberação dos recursos, pois todas as rodovias são importantes, necessárias e indispensáveis. Sabemos que essas rodovias têm sido palco de tragédias, ou seja, de inúmeros acidentes, em que são ceifadas vidas incalculáveis ao longo dos seus quilômetros. Registramos a situação dramática por que passamos, particularmente, na BR-459.

Sr. Presidente, quatro empreiteiras assumiram o compromisso de restaurar a BR-459: a TERCAM, a Queiroz Galvão, a SAGENDRA e a ATERPA.

Foi firmado contrato com a TERCAM, no valor de R\$8.000.000,00. A obra está em execução, restando a liberação de apenas R\$700.000,00 para a conclusão do trecho compreendido entre o Km 7 e o Km 61.

O contrato firmado com a SAGENDRA, no valor de R\$5.450.000,00, aguarda a liberação de pouco mais de R\$1.000.000,00 para a conclusão das obras no trecho entre o Km 107 e o Km 145.

Com a ATERPA, foi firmado um contrato no valor de R\$5.690.000,00, ficando essa empresa responsável pelo trecho compreendido entre o Km 144 e o Km 158, mas aguarda também a liberação de recursos por parte do Governo Federal.

No entanto, o trecho de maior extensão, compreendido entre o Km 61 e o Km 103, que ficou sob a responsabilidade da Queiroz Galvão, com recursos previstos no valor de R\$40.000.000,00, está paralisado desde 11 de novembro do ano passado. A conclusão da obra, prevista para novembro de 2004, terá de ser adiada por mais dois anos.

Ontem, em uma nova reunião ministerial, o Presidente Lula anunciou o investimento de R\$3.000.000.000,00 na área de transportes, para o recapeamento e a conclusão das obras em rodovias.

Porém, caríssimo Deputado Chico Rafael, grande companheiro nessa causa, nenhum centavo foi destinado à BR-459. V. Exa. trouxe um vídeo para mostrar a todos os companheiros a difícil situação por que passa o povo sul-mineiro, mas não temos mais a quem recorrer na busca de posicionamentos. Não podemos ser desprezados pelo Governo Federal, pois a nossa rodovia é tão importante quanto as demais que cruzam o Sul de Minas.

Neste momento, trago essa reflexão e busco o apoio da bancada sul-mineira e dos companheiros do Norte que não obtiveram a liberação dos recursos para as obras em seus trechos de rodovia. Temos de voltar a Brasília para cobrarmos a responsabilidade do Governo Federal. Tenho a certeza absoluta de que o nosso Presidente honrará o seu compromisso com o povo do nosso Estado, liberando os recursos e fazendo com que a BR-459, que, diga-se de passagem, é a pior rodovia deste País, não continue paralisada.

O caríssimo Ambrósio Pinto, da nossa querida Itajubá, poderá testemunhar com relação à precariedade e à falta de condições de tráfego nessa rodovia.

O Deputado Chico Rafael (em aparte) - Nobre colega Deputado Dalmo Ribeiro Silva, o pronunciamento de V. Exa. é muito oportuno. Concorde com V. Exa. em seu desabafo e protesto com relação à BR-459. Essa novela é antiga e, infelizmente, o povo sul-mineiro não tem sido respeitado como merece. Perdemos uma boa oportunidade de conseguir a restauração dessa rodovia quando tínhamos como Ministro o colega, ex-Presidente desta Casa, Deputado Anderson Adauto.

Infelizmente, em que pese o seu empenho, a recuperação da Rodovia BR-459 pouco avançou. Aliás, o Ministro Anderson Adauto esteve na nossa região por diversas vezes. Cheguei até a comentar com ele que, a cada vez que ia ao Sul de Minas, a estrada avançava 1 km, e que era preciso que retornasse centenas de vezes para que a obra fosse concluída. Não é possível vivermos esse estado de coisas. Lamentavelmente, o Ministro entregou o cargo ou pediram para que o fizesse. Não sei exatamente o que ocorreu, mas o fato é que a obra não foi finalizada. Precisa ser feita quase que na sua totalidade. E, infelizmente, agora, V. Exa. traz a notícia de que as obras de conclusão da rodovia não estão abrangidas no orçamento. Não desanimemos, Deputado Dalmo. Continuaremos lutando, juntamente com outros colegas votados no Sul de Minas e que têm compromisso com o povo da região. Essa não é uma causa perdida. Continuaremos insistindo e estaremos lado a lado para tentar incluir no orçamento da União os recursos necessários para conclusão da BR-459. Obrigado pelo aparte.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Agradeço ao Deputado Chico Rafael. Tenho a certeza de que V. Exa. também estará conosco em Brasília. Solicitaremos ao Ministro e aos assessores do Presidente da República que nos recebam. Não podemos mais, em hipótese alguma, aguardar as liberações do Governo Federal. V. Exa. fez uma colocação importante. Tínhamos muita esperança e confiança no ex-Presidente desta Casa. De fato, ele esteve na região por diversas vezes. Temos conhecimento da falta de recursos para o repasse e a continuação das obras nas estradas, mas, mesmo assim, temos uma dívida de gratidão para com o Ministro Anderson Adauto, porque temos a certeza de que fez o que pôde.

O Deputado Elmiro Nascimento (em aparte) - Deputado Dalmo Ribeiro Silva, escuto atentamente o seu pronunciamento e gostaria apenas de discordar de um aspecto. Passei recentemente nessa rodovia a que V. Exa. se refere e percebi que a situação é realmente precária, mas infelizmente as estradas da minha região estão em condições mil vezes piores. O Ministro Anderson Adauto, pessoa que prezamos muito, esteve lá por diversas vezes e reuniu-se com lideranças locais. As obras terão início na semana que vem. Infelizmente, até agora nada começou. Sabemos que o Governo Federal tem muitos recursos para a rodovia no que diz respeito à arrecadação da CIDE. São bilhões de reais que ninguém sabe para onde estão indo. Lamentavelmente, quem perde somos nós, brasileiros, principalmente os mineiros, que possuem a maior malha rodoviária federal do País. Na minha região, a Rodovia 365 - Rodovia do Sal - e a 354 - Rodovia do Milho - encontram-se numa área extremamente produtiva. Temos a maior produção de soja, milho e grãos do Brasil, mas está difícil escoá-la. Perdemos milhares de toneladas de grãos diariamente, porque as estradas estão sem condições de tráfego. Perdemos principalmente vidas. Gostaria que V. Exa. me incluísse nessa relação, para que possamos ir a Brasília e reivindicar mais uma vez a recuperação das estradas. O Governo Federal deve olhar carinhosamente para Minas Gerais, Estado que possui a maior malha rodoviária federal do Brasil. Infelizmente, a situação é superprecária. Obrigado.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Agradeço a sua intervenção. Enquanto V. Exa. se manifestava, eu ficava pensando: será que não podemos formar uma comissão especial e consequentemente uma CPI? Por que não? Temos de questionar de quem é a responsabilidade. Quantas vidas estamos perdendo? Quantas famílias ainda choram a morte de seus entes queridos? Se, dentro deste parlamento, temos condições de discutir assuntos de diversas naturezas, por que não formar uma comissão especial ou instalar uma CPI para tratar desse tema?

Não podemos ficar do jeito que V. Exa. acaba de relatar. Não temos com quem discutir. Não há trafegabilidade. Quantas pessoas temem sair de suas residências? A tônica é sempre a mesma: não temos rodovia. Vamos aguardar o fim do período de chuvas. E a discussão é sempre a mesma. As chuvas terminam, e estamos sem estradas. Muito obrigado.

O Deputado Carlos Pimenta* - Sr. Presidente, Deputado Rêmolo Aloise, Sras. e Srs. Deputados, representantes da imprensa presentes, povo de Minas Gerais, meu pronunciamento é a seqüência do pronunciamento do Deputado Dalmo, quando fala sobre a precariedade da BR-459, uma das rodovias federais mais importantes do Sul de Minas, que, há alguns anos, encontra-se numa situação de calamidade pública. Essa rodovia fez parte de um protocolo de intenções desde o Governo Fernando Henrique Cardoso. Quando estivemos em Brasília, com uma comissão especial, eu, V. Exa., Deputado Dalmo, o Deputado Viana e o Deputado Arlen Santiago, nos foi garantido que os recursos para recuperar as rodovias federais de Minas Gerais estariam previstos no orçamento, especialmente para a BR-459 e a BR-135, que liga Belo Horizonte a Montes Claros e Montes Claros ao Estado da Bahia. Já se passaram dois anos, e o que tivemos, até agora, foi um paliativo, um tapa-buracos muito mal feito. Durante o período em que não estava chovendo, mesmo estando a rodovia toda irregular, o problema estava contornado, mas com as chuvas deste ano, que, graças a Deus, foram abundantes na minha região, a rodovia acabou. Não vou dizer que aquela é a pior rodovia federal do Brasil porque aquilo não é rodovia. Quem chamar aquilo de rodovia federal está mentindo porque, na verdade, ela acabou.

A grande imprensa mineira, o "Estado de Minas", o "Hoje em Dia", o "O Tempo", o "Diário da Tarde", noticia, hoje, que as autoridades norte-mineiras estão promovendo um movimento para interdição dos 300km de buracos, sem rodovia, que ligam Montes Claros à BR-040. Já fizemos de tudo. Já fomos para a rodovia com carros de som, mobilizamos a sociedade e as Câmaras Municipais das cidades ao longo da BR-135, já falamos inúmeras vezes na imprensa a respeito dessa BR, esta tribuna é testemunha de quantas vezes usamos este microfone para denunciar o prejuízo fantástico que o povo tem com a quebra dos veículos, com os inúmeros acidentes que ali ocorrem, inclusive acidentes fatais, que ceifaram vidas de professores e alunos da UNIMONTES e de tantos jovens motoristas.

Na semana passada, houve mais uma vítima na BR-135, próximo a Bocaiúva. O vigário de Montes Claros, Pe. Plácido, jovem de pouco mais de 40 anos, teve sua vida ceifada numa colisão. Tenho cópias das denúncias feitas antecipadamente ao Ministério Público. Enviamos cartas pedindo-lhe que responsabilizasse antecipadamente o Ministério dos Transportes e fomos a Brasília, como bem disse o Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Eu, V. Exa., o Deputado Chico Rafael, futuro Prefeito da nossa Pousa Alegre, e quem mais quiser, devemos ir a Brasília. Antes, porém, proponho duas ações. Peço ao Deputado Célio Moreira que disponibilize a viagem ao inferno. Convidaremos a imprensa, os Deputados e o Diretor do DNIT e, com eles, percorreremos essa BR de ônibus, para documentar o que está acontecendo. Conforme propôs o Deputado Célio Moreira, realizaremos, em Buenópolis ou em Augusto de Lima, grande audiência pública com a presença de Vereadores e da imprensa para decretarmos oficialmente a interdição da BR-135. Convidarei o Ministério Público, solicitarei ao Dr. Nedens a indicação de um Promotor Público e ao Presidente do Tribunal de Justiça, a indicação de um Desembargador, para percorrermos a BR-135. Somente assim chamaremos atenção. Dependendo da disponibilidade, poderemos ir também ao Sul de Minas nessa caravana.

Quero fazer uma consulta a V. Exa., que é advogado. A Assembléia Legislativa poderia constituir comissão especial, assessorada pelo PROCON, para receber da população as solicitações de ressarcimento dos prejuízos. Talvez possamos impetrar ação pública contra o Governo Federal, contra o Ministério dos Transportes. Com as notas fiscais dos consertos dos amortecedores, das suspensões, das rodas e dos milhares de pneus perdidos nas estradas, poderemos acionar o Governo juridicamente. Se fôssemos respaldados pela Assembléia Legislativa, o fato seria inédito no País, as pessoas que perderam bens preciosos teriam apoio jurídico, e responsabilizaríamos juridicamente o Governo Federal por omissão, já que as denúncias estão protocoladas no Ministério Público há dois anos.

Pediremos, em ação conjunta, ajuda ao Presidente Rêmolo Aloise para constituir a comissão, ao PROCON, à Comissão de Defesa do Consumidor, a quem quer que seja, pois precisamos de um órgão para receber as reclamações dos prejuízos do povo que percorre a BR-135 e a BR-459.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte) - Parabéns a V. Exa. Já pensamos nesse assunto hoje pela manhã, assim como em outras oportunidades.

Temos acompanhado seus pronunciamentos e vimos que, reiteradas vezes, V. Exa. já esteve no Ministério Público pedindo providências. Essa sua idéia - o Deputado Chico Rafael, como advogado, poderá confirmar - é cabível juridicamente. Tecnicamente o seu pensamento é perfeito. Não temos mais o que discutir. Temos é que ter um órgão catalisador, para unir todas as vítimas, não importando se são fatais ou não. Quantas pessoas estão tendo os seus carros arrebentados, envolvendo-se em acidentes? Então, logicamente, o Estado é responsável.

V. Exa. traz até nós uma reflexão importante sobre a malha viária federal. Paulatinamente, buscaremos várias gestões com a Comissão de Defesa do Consumidor, para fazer pleitos e cobranças junto ao Governo Federal. Portanto, essa questão merece uma reflexão importante. Tenho certeza de que esta Casa nos dará guarida, a fim de dar garantia ao povo mineiro. Parabéns, Deputado.

O Deputado Carlos Pimenta* - Agradeço o aparte e as orientações que me são passadas, Deputado Dalmo.

Está chegando agora ao Plenário o Deputado Doutor Viana, um grande defensor dessa causa. Que possamos nos reunir com a assessoria jurídica da Casa, com o PROCON, com o Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor, a fim de abrirmos esse espaço para os que se sentem lesados e tiverem prejuízos possam recorrer. Que possamos respaldar essas solicitações e que o povo possa ser ressarcido dos prejuízos. Acredito que serão centenas de pessoas.

Para complementar, Dalmo, hoje, para sair de Belo Horizonte e encaminhar-se até Montes Claros, a população tem dois caminhos. Uma alternativa é passar por Pirapora, mesmo assim enfrentando um trecho horroroso de 80km, que vai da BR-040 a Corinto. São 80km, mas, no meio de 300km, são 80km a menos, dando uma volta de 90km por Pirapora. Estão descobrindo um outro caminho. Vai-se até Curvelo, depois, entra-se por Diamantina, terra de JK, passando por um trecho de 30km de estrada sem pavimentação. Ainda assim é melhor do que passar pela BR-135. Portanto, são as duas rotas alternativas para Montes Claros.

Quero dizer que, amanhã, o Governador Aécio Neves, que confirmou presença, estará em Montes Claros, a fim de assistir a uma reunião da nova SUDENE. Acredito que chegará a hora de as autoridades pedirem o apoio do Governador a esse pleito, porque a palavra dele pesa. Ele já manifestou a sua preocupação, mas, amanhã, apresentaremos, oficialmente, toda a indignação do povo norte-mineiro com relação a essa BR-135. Quero, portanto, dizer que amanhã será um dia muito importante para essa região.

Trago um segundo assunto, Sr. Presidente, nesses 2 minutos restantes. No dia 12 de março, estaremos, juntamente com o Secretário da Saúde, na cidade de Januária, inaugurando um centro regional de saúde, dentro da política de descentralização do serviço de saúde do Norte de Minas, que possui apenas um centro de saúde, em Montes Claros. Estamos, portanto, implantando o de Januária, que começará com muito trabalho, pois são 21 municípios. É importante que o secretário esteja lá a fim de tomar conhecimento da situação difícil dessa região no tocante à saúde. É o Baixo São Francisco e o vale do São Francisco que se reúnem e se associam à cidade de Januária. Esperamos que esse centro regional não venha apenas descentralizar a burocracia. É necessário que esse novo centro seja forte, tenha recursos e tenha condições de melhorar, e muito, a saúde pública dessa região.

O hospital de Januária, que é municipal, será regionalizado. Assim, poderá atender a centenas de doentes por mês. Hoje a cidade não consegue manter o serviço. O centro regional de saúde receberá recursos do PROHOSP e do SUS.

Anunciamos, com muita alegria, a sua instalação em Januária. Lutamos, há muito tempo, em prol da criação desse centro regional. O projeto de nossa autoria foi vetado pelo ex-Governador Itamar Franco. Mobilizamos os companheiros e conseguimos derrubar o veto. Foi, então, criado o Centro Regional de Saúde de Januária, para cuja inauguração convidamos todas as companheiras e todos os companheiros. Com certeza, após sua instalação definitiva, a região dará um grande salto de qualidade. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Roberto Carvalho* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, pessoas presentes nas galerias, telespectadores da TV Assembleia. Parece coincidência, mas o tema que nos traz a esta tribuna é a situação das estradas de Minas, que também foi abordado pelos Deputados Dalmo Ribeiro Silva e Carlos Pimenta. As nossas estradas são verdadeiros corredores da morte. Minas é o entroncamento nacional. A maior parte da malha rodoviária federal está em nosso Estado. Dos 57.000km de estradas federais que cortam o nosso País, cerca de 11.000km estão em Minas.

Sou funcionário do DER há 30 anos. Há algum tempo, existia o Fundo Rodoviário Nacional. No momento em que o País precisou implantar sua malha rodoviária, foi criado um sistema de financiamento público para que o Governo Federal e os DERs implantassem a estrutura viária do Brasil. Lamentavelmente, foram, paulatinamente, sucateando o transporte ferroviário. Até 1980 a malha rodoviária brasileira estava em franca expansão e era considerada respeitável. Hoje é sucata, é vergonha nacional.

Conforme bem disse o brilhante Deputado Dalmo Ribeiro Silva, as Assembleias Estaduais não podem ficar alheias a esse tema. Os Deputados que visitam freqüentemente suas regiões e os cidadãos que trafegam constantemente pelas estradas reclamam das péssimas condições, principalmente quando as estradas estão muito cheias, quando o movimento é grande. Nessas ocasiões, a imprensa também divulga o péssimo estado das rodovias. Mas isso não basta. Está na hora de iniciarmos um movimento, como acabei de dizer ao Deputado Domingos Sávio. O orçamento da União concentra os recursos para as estradas. Está em debate no Congresso Nacional a regulamentação da CIDE. Se for bem conduzida, resolverá em parte o problema. Deputado Dalmo Ribeiro Silva, ouvindo seu pronunciamento, fiquei pensando que devemos fazer um movimento mais amplo, que não se restrinja à nossa tribuna.

Façamos com que a nossa Casa lidere um movimento no Estado pela recuperação da malha rodoviária tanto estadual quanto federal.

No ano passado, o Governo do Estado gastou R\$35.000.000,00 apenas com a manutenção das estradas. Isso não significa absolutamente nada para as nossas necessidades.

Devemos lançar e organizar um movimento pela recuperação das estradas estaduais e federais. Devemos ir até o Governador Aécio Neves e trabalhar juntos com o Congresso Nacional, pois é um papel legítimo nosso cobrar a regulamentação da CIDE. O cidadão que compra um carro, na realidade, paga dois. Janeiro é o mês em que o cidadão sempre paga o IPVA. Quanto à gasolina, pagamos esse imposto que aí está.

O brilhante, trepidante e querido amigo Alencar da Silveira Jr. encontra-se no Plenário. Precisamos realizar um movimento em defesa da sociedade e que não seja contra ninguém. Antontem, Alencarzinho, entrei numa concessionária, e um pai indignado disse-me: "Deputado, os senhores devem cobrar dos governos a solução das nossas estradas, porque o meu filho no domingo quase foi assassinado nas estradas de Minas Gerais". Então, não quero saber se a estrada é federal ou estadual. Devemos lançar um movimento para a recuperação de todas as estradas.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte) - Deputado Roberto Carvalho, agradeço V. Exa. por essa reflexão muito oportuna. Não esperava outra coisa de V. Exa., que, como ouvidor desta Casa, sempre trouxe, dentro do seu conceito, do seu conhecimento e de seu sentimento como político, momentos oportunos de reflexão importante. V. Exa. tem toda a razão. Hoje mesmo, abordando esse assunto, iniciamos uma frente parlamentar em defesa das rodovias mineiras, a qual já se encontra em andamento. Realizamos estudo necessário e vários trabalhos. Somente com uma frente parlamentar composta de todos os Deputados desta Casa teremos condições de sensibilizar as nossas autoridades competentes, independentemente de cor partidária. A nossa maior defesa é o compromisso com o nosso povo. Nessa frente parlamentar teremos um encontro de todas as autoridades, como DNIT, DER, Prefeitos, comunidades, enfim, todos envolvidos, para que apresentemos às autoridades competentes esse estudo. Aliás, há dois anos realizamos esse estudo, que foi encaminhado às autoridades competentes, mas não obtivemos resposta, como manifestou o Deputado Carlos Pimenta.

Com a devida vênia, louvo o posicionamento de nosso Governador Aécio Neves, que tem cobrado respostas constantemente. Hoje o Governo negocia o aumento de R\$22.000.000,00 para a CIDE. Esse é o sentimento também do Governo Lula, em decorrência da precariedade de nossas estradas.

Deputado Roberto Carvalho, conto com o apoio de V. Exa. a essa frente parlamentar para melhorar as nossas rodovias. Muito obrigado.

O Deputado Roberto Carvalho* - Perfeitamente, Deputado Dalmo Ribeiro Silva. Devemos não só assinar, mas também ir para as ruas; aliás, aproveitar o feriado da Semana Santa e ir para as estradas. Essa é a nossa função.

Ontem estávamos numa reunião da Comissão de Defesa do Consumidor, presidida pela brilhante Deputada Lúcia Pacífico. Devemos não só elaborar leis, mas também fiscalizar o seu cumprimento. É preciso que o parlamento seja o grande eco de ação da voz do povo. Devemos exigir ação dos governantes e ser esse grande palco. A idéia é brilhante. Devemos fazer com que essa frente traga resultados objetivos para o nosso povo, que deseja estradas sem buracos, sinalizadas e recuperadas.

O Deputado Alencar da Silveira Jr. (em aparte) - Deputado Roberto Carvalho, primeiramente parabeno V. Exa. pelo seu pronunciamento, que possui sintonia com a opinião pública e com o povo mineiro, que sofre com as estradas. V. Exa. diz que devemos realizar um grande movimento e ir atrás do Governador Aécio Neves e do Congresso. Acredito que devemos realizar um grande movimento com Deputados Estaduais que se encontram em Brasília e ir até o Presidente da República.

V. Exa. se esqueceu daquele que dá a "canetada". Se o Presidente da República, do partido de V. Exa., no qual votei, quiser, poderá resolver o problema. Um Ministro de Minas Gerais mostrou ao Presidente todas as necessidades da nossa malha viária. Foi um Ministro que já sofreu nessas estradas, que foi Presidente desta Casa e sabe o anseio da população mineira. Um relatório sobre Minas Gerais foi passado ao Presidente da República. Todos dizem o seguinte: "Andamos até a divisa do Espírito Santo, de São Paulo, do Rio de Janeiro, depois acabou". Vamos fazer o movimento. Se o partido de V. Exa., comandado pelo Deputado Rogério Correia, fizer um apelo ao Presidente Lula, e se ele quiser, o Ministro Anderson Adauto pode resolver o problema da malha viária mineira. Falta vontade política do Presidente da República, para "canetar" e dizer: faça.

O Deputado Elmiro Nascimento (em aparte) - Quando V. Exa. referiu-se aos R\$35.000.000,00 que o Governador Aécio Neves gastou em Minas, V. Exa., que é funcionário do DER, sabe muito bem que a minoria das estradas é estadual, e está em boas condições. São as estradas federais que estão em péssimas condições. Dinheiro há, mas para onde vai o dinheiro da CIDE? Para o superávit primário. Isso não pode continuar

como está, ou amanhã não haverá mais estradas, pois estão se deteriorando tanto que deverão ser refeitas, não somente consertadas.

Cumprimento V. Exa. por concordar com o Deputado Dalmo Ribeiro Silva quanto à constituição de uma frente parlamentar. Não estamos aqui para criticar ninguém, mas devemos apelar aos nossos governantes, principalmente ao Presidente da República, que tem a caneta e o dinheiro na mão, para que olhem para o Estado de Minas e suas rodovias. Se o problema continuar, seremos nós que perderemos não somente nossas vidas, mas também nossa produção e nossa liberdade de ir e vir pelos Estados do Brasil.

O Deputado Roberto Carvalho* - O Governo Hélio Garcia gastava em torno de R\$180.000.000,00 com a manutenção das estradas estaduais, e a avaliação do DER era de que essa verba era insuficiente para a manutenção de todas elas. Gastando R\$35.000.000,00, não posso dizer que a verba é suficiente.

Não estou aqui para buscar os culpados, pois não é nossa missão fundamental. O problema das estradas federais e estaduais é histórico. Desde 1980, a malha rodoviária nacional - estradas federais e estaduais - está sendo sucateada e dilapidada. Temos de recuperá-la. Precisamos exigir uma mudança de postura, mas essa tarefa é de todos nós. Não se trata de dizer que o Governador Aécio Neves tem de gastar certa quantia. Vamos fazer - e concordo plenamente -, vamos ao Governador Aécio Neves, ao Presidente Lula, que é sensível. Porém não basta apenas a sensibilidade. Queremos e vamos cobrar ação. Vamos agir junto com a sociedade, que é nosso dever. Obrigado, Sr. Presidente e todos os que fizeram aparte.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Domingos Sávio - Sr. Presidente, Deputado Rêmoló Aloise, Deputadas, Deputados, representantes da imprensa, cidadãos que nos acompanham no Plenário e pela TV Assembléia, ressalto minha satisfação de, nesta Casa, usufruir sua companhia e experiência. Ao longo de mais de um ano, tenho testemunhado com que espírito democrático e com que sabedoria V. Exa. preside as sessões plenárias, contribuindo de forma direta nos trabalhos da Mesa Diretora, ao lado do nobre Presidente, Deputado Mauri Torres. Dou este testemunho em sua presença, sem constrangimentos, porque sei que dele comungam os demais colegas. Graças a essa postura democrática, revestida de sabedoria e compreensão, o debate transcorre com entusiasmo e liberdade, fazendo com que o nome desta Casa e a função parlamentar ocupem o devido lugar no cenário mineiro, cumprindo a missão de dar vazão a todas as correntes de pensamento.

Dessa forma, o povo mineiro pode usufruir a existência de um parlamento livre, a organização de um Estado democrático e pleno, que caminha na direção de oferecer mudanças, pois governar não é simplesmente perpetuar paradigmas, costumes ou leis. É, acima de tudo, ser capaz de transformar, trazendo melhor qualidade de vida para a sociedade. Reafirmo nossa gratidão pela forma séria com que V. Exa. conduz os trabalhos desta Casa.

Sobre a questão dos transportes e das rodovias, debatida agora de forma calorosa, ressalto que todos fizeram uma única constatação: não é possível permitir que as coisas continuem como estão. Sejam rodovias federais, sejam rodovias estaduais, vidas são perdidas, e, em alguns momentos, Minas está ficando para trás. O Governador deixou claro que estamos em um novo tempo, em uma nova Minas Gerais. Um tempo de parceria, diálogo e enfrentamento de frente dos problemas, sem escamoteamento.

Início por me referenciar ao Deputado Roberto Carvalho, também uma das mais gratas lideranças que pudemos conhecer nesta Casa. O Deputado Roberto Carvalho abordou o tema - em que pese não ter tido oportunidade de fazê-lo com a abrangência que gostaria, creio, - e pude observar que concorda com a necessidade de se regulamentar a CIDE, objeto de mudança na Constituição do Brasil. Em conversa anterior ao seu pronunciamento, o Deputado Roberto Carvalho disse-me comungar perfeitamente com o sentimento do nosso Governador. O Governo Federal deve não apenas regulamentar a CIDE, mas agilizar o seu repasse aos Estados, que, por sua vez, deverão executar as reformas das estradas estaduais. Esse espírito deve nortear o nosso entendimento nesta Casa.

O Deputado Célio Moreira, que neste momento está à Mesa, tem feito trabalho árduo, na Comissão de Transportes, do qual sou testemunha. Atendeu o nosso requerimento e esteve conosco em Divinópolis, discutindo melhorias para a MG-050. No entanto, sabe que sozinho será um Dom Quixote lutando contra os moinhos de vento ou as inúmeras crateras que se proliferam nas estradas mineiras.

É preciso haver união de esforços. O Governador Aécio Neves tem demonstrado, dia após dia, ser comprometido com o Brasil. Governa o nosso Estado e tem sentimento de estadista para compreender que Minas é parte deste País e que não apenas deve ser ouvida, mas somar esforços, para que o País encontre de fato o caminho do desenvolvimento. Tem tido atitudes concretas nessa direção, bem como as Lideranças do PT, que respeito profundamente nesta Casa, e as do PL, a exemplo do Deputado Célio Moreira. Com isso queremos dizer que é hora de unirmos esforços.

Quem não tem um testemunho de situação de calamidade nas estradas mineiras? O testemunho doloroso da perda de vidas, o testemunho permanente de cobrança, por não se suportarem mais os prejuízos, atrasos e condições precárias que limitam o desenvolvimento e a geração de emprego?

Na região Centro-Oeste mineira temos um exemplo, e cada Deputado talvez diga que a sua região está pior: a BR-494, no trecho que liga Divinópolis à BR-262, no Município de Nova Serrana, é vergonha nacional. Não se aceita mais que alguém reivindique a recuperação dessa estrada. Todos os Deputados Federais e Estaduais conhecem a situação. Aliás, o Ministro Anderson Adauto e o Deputado Adelmo Carneiro Leão já estiveram lá e puderam testemunhá-la. Não quero trazer a responsabilidade para "a" ou "b", mas propor a união de esforços. Poderia perfeitamente ser celebrado acordo entre os Governos Federal e Estadual, num gesto de desburocratização e de otimização da utilização do recurso público. Recursos poderiam ser transferidos ao Estado para a recuperação dessa rodovia, não para um mero tapa-buraco malfeito, caro, destruído em poucos dias.

É preciso que estimulemos o Governador Aécio Neves e o Presidente Lula a estabelecerem parceria em caráter de urgência, porque o povo mineiro não quer mais escutar que a responsabilidade é de fulano ou sicrano. Todos nós queremos uma solução concreta para a situação das estradas, pois estamos pagando IPVA e aquela bendita taxa adicional anual relativa ao registro de veículos, e não estamos vendo o retorno desses benefícios. Não tenho dúvida de que todos os Deputados, por mais que defendam essa ou aquela linha de pensamento, comungam com o sentimento de que não há de se fazer mais discurso, mas ações concretas. Creio que a liderança do Governador Aécio Neves, a sensibilidade das Bancadas do PT e do PL e do próprio Presidente Lula deverão conjugar-se nesse esforço.

Antes, ouvíamos outro debate caloroso, pois V. Exa., com paciência e sabedoria, garantiu espaço para posições aparentemente divergentes, mas que deviam ser respeitadas, pois a vida deve ser sempre respeitada.

Não há que se falar em respeitar a vida de "a" ou de "b". A vida de todo ser humano deve ser respeitada. Assistimos ao Deputado Durval Ângelo mostrar sua justa indignação por verificar vidas sendo ceifadas pela incompetência ou pela atitude arbitrária daqueles que, em nome da lei ou da segurança, se permitem executar para depois verificar. Por outro lado, assistimos ao Deputado Sargento Rodrigues ressaltar, mais uma vez, a defesa da Polícia Militar. Defendemos uma Polícia Militar digna, que nos faz sentir honrados de ser mineiros, que tem tido sempre o aplauso e a acolhida desta Casa naquilo que tem de bom, seu aspecto que mais se evidencia. Sinto-me à vontade para dizer isso, pois percebo

que esse é o sentimento de todos os Deputados e Deputadas. Coloco-me à vontade para dizer que sempre foi mais do que meu sentimento. Foi minha atitude como homem público a defesa da Polícia Militar, quando Prefeito de Divinópolis, como parceiro do 23º Batalhão de Polícia, ali instalado, como parceiro da 4ª Região de Polícia do Centro-Oeste Mineiro, como cidadão que teve a honra de receber a Medalha Tiradentes, a maior comenda da Polícia Militar, num gesto de reconhecimento por me sentir um companheiro de farda dos militares.

V. Exas. nunca me verõ nesta tribuna para defender mau policial. Jamais nivelarei a Polícia Militar por baixo e jamais tentarei escamotear a verdade, como se fosse um fato natural ceifar vidas num exercício incompetente de atividade tão s3ria e relevante, que 3 a atividade da seguranga.

Portanto, 3 preciso que saibamos reconhecer o valor da Pol3cia Militar e a import3ncia de defender os direitos humanos; mas 3 preciso que tenhamos o bom senso de n3o nivelar as coisas, muito menos por baixo, nem defender, de forma indiscriminada, a pol3cia como um todo. N3o se pode aceitar que uma vida seja tirada e dizer que foi um mero acidente. Tamb3m n3o podemos aceitar que, a pretexto de defender os direitos humanos, venhamos a defender os bandidos, a acobert3-los, a ser tolerantes e ter paci3ncia com eles.

Esta Casa tem o privil3gio de ter homens com a sua experi3ncia e a do Deputado Adelmo Carneiro Le3o e de tantos que me precederam na hist3ria do Poder Legislativo, para fazer com que o debate traga 3 luz entendimento que nos fa3a compreender que as coisas n3o s3o t3o simples e lineares assim que possam ser niveladas de forma corporativa, uma doen3a que fere de morte este Pa3s.

3 preciso que tenhamos a grandeza de discutir a fundo, de reconhecer que nem sempre somos absolutamente perfeitos, que cada um de n3s, 3s vezes, tem de fazer um exerc3cio de autocr3tica, a fim de encontrar em n3s mesmos os erros que nos limitam e 3 caminhar para a busca da parceria que deve haver entre os Governos Estadual e Federal e os munic3pios.

O que tenho a dizer sobre os munic3pios 3 algo que n3o alegra nenhum representante p3blico. Tenho a dizer sobre as arbitrariedades que se alastram na minha querida Divin3polis, n3o bastasse vivermos l3 uma situa3o de calamidade p3blica, uma greve que h3 cerca de 20 dias traz s3rios preju3zos para a popula3o e para os servidores p3blicos.

Ningu3m est3 ganhando com ela. Estive l3, a convite dos servidores, sem me intrometer, em absoluto, j3 que 3 um movimento leg3timo, que deve ser resolvido entre os servidores e a administra3o municipal. Entretanto, a greve afeta todos os cidad3os, e 3 responsabilidade do Deputado preocupar-se com suas conseq33ncias.

H3 pessoas correndo risco de vida. Queira Deus que n3o, mas j3 podemos ter perdido vidas, pois at3 mesmo o Pronto-Socorro funciona em opera3o tartaruga, enquanto os postos de sa3de est3o, na maioria, fechados. E lembro que n3o apenas os casos de emerg3ncia representam perda de vida. Uma consulta retardada, um exame que n3o 3 feito, um diagn3stico que n3o se faz podem ser fatais. Temos aqui v3rias autoridades na 3rea m3dica que podem atestar esse fato.

Essa greve s3 ocorre devido 3 intransig3ncia de n3o aceitar di3logo. J3 vai fazendo quatro anos de governo sem aumento, apesar de esta administra3o municipal ter-se instalado com a promessa de 30% de aumento no primeiro ano, ridicularizando os aumentos dados no per3odo em que fui Prefeito: 10% no primeiro ano, a corre3o da infla3o nos anos seguintes e 10% escalonados - duas escalas de 5%.

Os servidores s3o muito s3rios. Sempre debati com eles. Nunca consegui atender a todas as suas reivindica3es. Sofri amea3as de greve e tive dias de paralisa3o como um alerta para a greve, mas, em todos os momentos, o di3logo conduziu-nos ao entendimento, e a popula3o ficou livre do sofrimento da greve, assim como os servidores, uma vez que a greve, como j3 disse, n3o interessa a ningu3m. Ela 3 o 3ltimo instrumento. Embora seja leg3tima e prevista na Constitui3o brasileira, deve ser usada no 3ltimo caso, para que n3o impere o autoritarismo.

Repito que, exclusivamente por falta de di3logo, os servidores continuam em greve. N3o 3 por falta de dinheiro, haja vista que o Prefeito tem enviado projetos de lei para a C3mara - e um est3 tramitando no momento - propondo criar mais cargos de livre nomea3o, aumentar os sal3rios desses cargos e fixar um adicional para uma empresa p3blica que est3 em sindic3ncia sob a acusa3o de desvio de dinheiro. Essa empresa de obras p3blicas est3 sendo investigada pelo Minist3rio P3blico, com CPI votada na C3mara.

Para isso h3 dinheiro, mas n3o existe nem sequer a possibilidade de receber o sindicato, com a alega3o de que ele n3o representa os servidores. Vejam bem, nem no per3odo da Ditadura no Pa3s, os militares ousaram fechar todos os sindicatos. Todavia o Prefeito, em pleno momento em que o Brasil quer consolidar seus instrumentos democr3ticos, diz que o sindicato n3o representa os servidores. N3o podemos aceitar isso calados.

N3o bastasse esse estado de calamidade, fui informado de que algo que se dizia como poss3vel de ter ocorrido em Divin3polis - o suborno de um Vereador para interferir na elei3o do Presidente da C3mara Municipal - passou a ser admitido publicamente por assessores diretos do Prefeito, pelo fato de que o subornado n3o cumpriu a palavra e n3o votou conforme o combinado. Chega-se a esse ponto. O Poder Executivo constitu3do em uma cidade acha-se no direito de subornar um Vereador para votar naquele que ele quer que seja o Presidente da C3mara, que melhor agrada ao Sr. Prefeito. N3o cumprindo o trato de votar de acordo com o negociado, o assessor do Sr. Prefeito vem denunci3-lo em p3blico e cobrar de volta o dinheiro dado em propina, como se isso fosse algo absolutamente natural.

Estou falando de uma das maiores e melhores cidades de Minas Gerais. Refiro-me 3 minha querida Divin3polis, cidade de que nos orgulhamos, cidade de Ad3lia Prado, de GTO, de T3lio Mour3o e dos franciscanos. Estou falando de uma cidade que 3 terra de gente boa e trabalhadora, onde algu3m se instalou no poder e enviou o seu Chefe de Gabinete para dizer na r3dio que quem manda na cidade 3 o Prefeito, que ainda possui essa mentalidade.

Senhores parlamentares e todos que nos v3em, isso 3 inaceit3vel. O Minist3rio P3blico de Divin3polis e a Justi3a deste Estado t3m de funcionar. Tramita no Poder Judici3rio daquela cidade uma s3rie de den3ncias formalizadas. H3 o relat3rio de uma CPI provando, n3o insinuando, o superfaturamento na Empresa Municipal de Obras P3blicas e a cria3o de uma rede de empresas fantasmas, ou seja, o relat3rio prova o desvio do dinheiro p3blico. Isso foi votado na C3mara Municipal, por Vereadores dignos, da base do Prefeito. N3o 3 por serem de lados diferentes que todos devem se igualar como farinha do mesmo saco. Na Situa3o e na Oposi3o encontram-se elementos dignos. Nesta Casa, h3 elementos de oposi3o ao Governo A3cio Neves, pelos quais tenho o maior respeito. E eles sabem que h3 pessoas do maior respeito em oposi3o ao Governo Lula. Isso acontece tamb3m nos munic3pios. Vereadores que d3o sustenta3o ao Prefeito votaram junto com aqueles que n3o concordam com as pr3ticas do Prefeito e aprovaram um relat3rio que prova o desvio do dinheiro p3blico.

Sr. Presidente, isso j3 faz um ano. O processo est3 na gaveta, ou seja, n3o tramitou no Poder Judici3rio. Recebemos um pedido de investiga3o com rela3o a den3ncias de corrup3o de menores. A cidade inteira falou que o Prefeito de Divin3polis estava sendo acusado formalmente de estar envolvido com isso. Da tribuna, em momento algum, acusei o Prefeito, mas disse que o caso precisava ser apurado, mas est3o na gaveta den3ncias de corrup3o de menores e de desvio do dinheiro p3blico.

Agora, passem, a assessoria do Prefeito e os Vereadores ligados a ele admitem, publicamente, que deram dinheiro a um Vereador para que

votasse em determinado candidato à Presidência da Câmara de Divinópolis. O povo brasileiro não aceita mais isso, muito menos o povo de Divinópolis, que é sério, digno e que fez a sua história, construindo uma das maiores cidades de Minas Gerais, com uma das maiores economias. Aquela cidade não pode passar por essa humilhação. A justiça deste Estado tem de se fazer presente, e as Promotorias públicas têm de agir. Encaminharemos à Procuradoria-Geral de Justiça do Estado, pelos canais apropriados, os requerimentos para que essas denúncias sejam apuradas e providências concretas sejam tomadas.

Por outro lado, como somos pela democracia, e não pela pura e simples deposição do Prefeito, sem julgamento, insistimos para que haja diálogo e respeito com os servidores públicos, que é uma forma de demonstrar respeito pelo povo de Divinópolis, a fim de que essa greve possa ter fim e o posto de saúde volte a funcionar, assim como a escola pública. É assim que se governa: dialogando e respeitando o cidadão, e não se arvorando em dono da cidade. Não é assim que o povo de Divinópolis entende o processo democrático.

Sr. Presidente, mais uma vez, muito obrigado pela compreensão de V. Exa. Creio que me limitei a menos de 50% do tempo que V. Exa. me concedeu, mas reitero estar registrando um acontecimento extremamente grave na história da minha querida Divinópolis. Espero contar com o apoio dos parlamentares e do Ministério Público, para que essas denúncias sejam apuradas, a fim de que não fiquem engavetadas. Assim, poderemos tomar providências enérgicas contra pessoas que pensam que neste País impera o poder dos coronéis, da compra dos votos, do autoritarismo e da corrupção de menores.

O Deputado Doutor Viana (em aparte)* - Não poderia emitir opinião sem antes parabenizar V. Exa. por seu pronunciamento. V. Exa. é mais um dos Deputados envolvidos na recuperação e na segurança das estradas. Conheço a situação, assim como V. Exa. também conhece a BR-135, que hoje quase não é uma estrada. Precisamos salvá-la, para que continue nessa condição, porque daqui a pouco não mais será uma estrada. Passamos pela BR-494, que vai até a BR-262, da nossa querida Divinópolis, e percebemos o estado de calamidade em que se encontra. Concordamos com o seu pronunciamento em defesa das nossas estradas que estão agonizando. Esperamos que o Governo Federal regulamente a CIDE. Se isso acontecesse, e se as coisas fossem respeitadas, não haveria problemas. Estamos no terceiro ou quarto ano da CIDE, contribuição que pagamos com o nosso dinheiro. Não é dinheiro do Governo, com o qual ele faz o que quer, muito menos mandá-lo como superávit primário. É dinheiro nosso, recolhido com a intenção de recuperar as estradas e oferecer condições de trafegabilidade. Isso não vem acontecendo, o nosso dinheiro nos é tirado e desviado para outras funções, sendo a pior de todas o pagamento ao FMI e dos juros da dívida externa. Portanto parabeno V. Exa. pelo seu pronunciamento em defesa das BRs.

O segundo assunto que quero tratar diz respeito à corrupção. Não podemos aceitá-la em Divinópolis, nos Governos Federal e Estadual nem em lugar algum. Isso precisa acabar. Antontem, falei aqui de um relatório que a CIA fez para o governo americano, informando que, nos próximos 15 anos, a situação no Brasil irá piorar devido à corrupção. Infelizmente ela atinge a classe política em especial. Nós, políticos, somos acusados por acontecimentos que atigem um ou outro, como esse que V. Exa. abordou. Esperamos que essas coisas sejam realmente apuradas, independentemente de questões partidárias ou interesse político e individual, para que seja considerado, acima de tudo, o bem da comunidade de Divinópolis, da moral e da respeitabilidade pela nossa classe política, à qual tenho orgulho de pertencer. Graças a Deus, existem nela homens extraordinários e bons, que cumprem fielmente o juramento de exercerem seus mandatos conforme os princípios estabelecidos na Constituição, ou seja, com dignidade e respeito para com o que é público.

Parabeno o Deputado Domingos Sávio pela grande contribuição que traz para esta Assembléia. Sempre continuaremos brigando em defesa de maior segurança nas nossas estradas e, principalmente, no combate à corrupção, para que não sejamos novamente humilhados, como aconteceu em relação a essa informação da CIA dando conta de que o nosso País estará pior nas desigualdades sociais, na pobreza e na miséria - avaliação feita com base na corrupção política. Obrigado.

O Deputado Dinis Pinheiro (em aparte)* - É merecedor de aplauso o brilhante pronunciamento, aliás uma constante nesta Casa, do Deputado Domingos Sávio. Gostaria, rapidamente, de trazer aqui algumas complementações a respeito. Todos os mineiros reclamam do estado precário das estradas brasileiras, altamente prejudicial a Minas e ao Brasil. É unanimidade. A Assembléia Legislativa tem de ser rápida, objetiva e muito precisa, porque o povo já não aguenta mais esperar.

Vejamos um exemplo de precisão, rapidez e objetividade nas ações e decisões. Desde o ano passado, uma das principais pautas defendidas pelos Governadores do Brasil foi a importantíssima e preciosa parcela financeira da CIDE, um dos caminhos mais importantes para que se possa solucionar esse problema doloroso para todos os brasileiros. O Governador Aécio Neves, bravamente, com muita determinação e afinco, liderou esse movimento, que, certamente, nos próximos 30 dias, estará concluído - não conforme todos os Governadores desejavam, mas foi atendido em parte pelo Presidente Lula.

Deputado Domingos Sávio, Presidente Rêmoló Aloise, não devemos ficar chorando e lamentando com quem não tem. O que adianta promovermos manifesto em Ibirité, minha terra natal, a fim de buscar recursos para fazer asfalto? Que resposta positiva teremos em Ribeirão das Neves na busca de recursos para fazer asfalto aqui? Temos de agir com inteligência, de forma sábia. Onde se encontra o recurso financeiro? Todos sabem que mais de 65% dos recursos estão concentrados no Governo Federal. Há necessidade de uma parceria? Sim. O município tem sua responsabilidade, o Estado tem sua cota de responsabilidade, mas a União não pode, em momento algum, furtar-se à sua maior função, haja vista que quase 70% dos recursos lá se encontram.

Quero parabenizar todos os parlamentares, mas alertar para a necessidade imperiosa de se fazerem gestões firmes, tanto o PT, quanto o PL, o PMDB, o PSDB, o PFL, todos os partidos, todas as agremiações partidárias. Todos nós devemos empunhar essa bandeira junto ao Governo Federal, para que possamos, efetivamente e de forma mais rápida, amenizar esses problemas que incomodam a todos nós, a todos os mineiros, a todos os brasileiros.

Neste ano de trabalho à frente do Ministério dos Transportes, observamos o ilustre Deputado Anderson Adauto desencadeando todos os esforços. Inúmeras ações foram feitas. Reestruturou o Ministério dos Transportes, fez licitações e adotou preços inferiores aos praticados anteriormente. Uma atuação proba, correta, honesta, mas todos devemos reconhecer que os recursos são escassos, pequenos. O Governo Federal, naquele primeiro momento, achou por bem não priorizar esse setor da malha rodoviária, tanto em Minas quanto no resto do Brasil, mas tenho a esperança e a confiança de que este ano será muito melhor, e que o Governo Federal terá a oportunidade de responder, com muita rapidez, ao clamor dos mineiros, sabiamente e com muita bravura representado pelo Governador Aécio Neves.

Parabéns, Deputado Domingos Sávio! Que continue com esse brilhantismo e com essa capacidade de transformar em realidade as aspirações dos mineiros.

O Deputado Domingos Sávio - Agradeço o brilhante aparte ao nobre Deputado Dinis Pinheiro. Comungo integralmente com o seu pensamento, principalmente no que diz respeito aos recursos da CIDE, que precisam ser aplicados o mais rápido possível. Devemos aproveitar a liderança do Governador Aécio Neves e sua capacidade de buscar o entendimento para que os problemas sejam resolvidos rapidamente. Sr. Presidente, agradeço o tempo concedido.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Sargento Rodrigues* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público que nos acompanha das galerias, telespectadores da TV Assembléia, mais uma vez faço um triste relato da insegurança pública em nosso Estado. O relato nada mais é que uma constatação feita durante a viagem que fizemos pelo interior, no Norte de Minas, no último final de semana. Tivemos a oportunidade de visitar a cidade de Montalvânia, que fica a 845km de Belo Horizonte, no extremo Norte do Estado. Visitamos também as cidades de Manga, Janaúba e Espinosa. Como sempre, encontramos situações preocupantes. E muito nos assusta a situação do aparelho de segurança pública de nosso Estado.

Tivemos contato com o Delegado de Classe III Edson Ferreira, que hoje se encontra lotado na delegacia de Montalvânia. Após reunião realizada nessa cidade, conversamos com o Ten.-Cel Wanderlai Pedroso, Comandante do 30º BPM, com sede em Janaúba, e com o Delegado Edson Ferreira e constatamos a situação de penúria, de abandono total da segurança pública nesses municípios do Norte de Minas.

O Delegado Edson Ferreira é uma autoridade policial que deve relatar inquéritos policiais por seis cidades do Norte de Minas, ou seja, Miravânia, Juvenília, Manga, Montalvânia, Itacarambi, o que é uma situação humanamente impossível. Mas, além disso, não há sequer um Detetive, um Escrivão, para acompanharem os inquéritos policiais presididos por esse Delegado lá na cidade de Montalvânia.

Entendemos, Sr. Presidente, que não há como realizar inquérito policial, que não há como subsidiar esse inquérito sem diligências feitas pelos Detetives na coleta de informações e provas para que, juntas, sejam ser agregadas ao inquérito policial, a fim de que este saia a contento e responda ao anseio da sociedade.

Disse ao Deputado Edson Ferreira que, em 9/3/2004, estaria ocupando a tribuna da Assembléia para pedir encarecidamente ao Governador Aécio Neves que colocasse o concurso público da Polícia Civil em andamento, com a máxima urgência, e também para pedir ao Delegado Otto Teixeira, por requerimento de minha autoria que hoje aprovamos na Comissão de Segurança Pública, que seja enviado um Escrivão e dois Detetives para a cidade de Montalvânia. É impossível um Delegado de Polícia exercer a polícia judiciária respondendo por seis municípios.

Na cidade de Manga, nobre Deputada Jô Moraes, só existem funcionários "ad hoc". Existe Escrivão "ad hoc", Detetives "ad hoc", que não são concursados da Polícia Civil, mas sim funcionários da Prefeitura de Manga. Portanto, lá em Manga não existe um policial civil concursado respondendo pela delegacia. Além disso, houve uma outra situação difícilíssima. No mês de março do ano passado, uma gangue invadiu a cidade de Manga. A quadrilha era composta de cerca de 20 assaltantes. Eles estavam em duas D-20 e várias motocicletas do estilo "trail". Os marginais invadiram a cidade, deram rajadas de metralhadora para o alto, desafiaram a polícia local, e nenhum policial pôde fazer o enfrentamento, porque estavam apenas com revólveres 38 na cintura. Na cidade de Manga não existe sequer um policial civil na delegacia. Essa é a situação da segurança pública de nosso Estado.

Quando viajamos pelos rincões de Minas, percebemos que os municípios mais distantes do poder central estão completamente abandonados. Não há como exercer a função policial, presidir a um inquérito, respondendo por seis cidades.

Ainda, tivemos uma notícia recente, no "Estado de Minas", na sexta-feira, 5/3/2004, exatamente o dia em que iniciávamos nossa viagem para Montalvânia. Tivemos a oportunidade, Deputada Jô Moraes, de ver o poder de fogo dos marginais. A quadrilha que foi presa pela Polícia Federal, na divisa do Estado de Minas com Goiás, iria praticar assalto em Salinas, no Norte de Minas.

A intenção era essa, a Polícia Federal conseguiu desbaratar a quadrilha antes. O próprio jornal traz, em seu texto, que o bando pode estar ligado ao assassinato dos Fiscais da DRT de Unaí, bem como do motorista, que sofreram aquela emboscada.

Não podemos permitir, em especial os companheiros votados na região Norte do Estado: Deputados Rogério Correia, Carlos Pimenta, Gil Pereira, Arlen Santiago e nossa Secretária, Deputada Elbe Brandão, e outros Deputados, que o abandono da Polícia Civil seja total naqueles municípios, onde não existem viaturas. Há apenas um Toyota usado por um Delegado. Nenhum Detetive ou Escrivão tem armamento pesado. Não há coletes à prova de bala, rádios de comunicação nem sequer uma lanterna para que, em momento de diligência policial, possa ser usada no período noturno.

É imprescindível que demos este testemunho desta tribuna para pedir, encarecidamente, ao Governador Aécio Neves que acelere o processo do concurso da Polícia Civil. Esperamos que o Delegado Otto Teixeira Filho faça um remanejamento na Capital mineira e destine à cidade de Montalvânia um Escrivão e dois Detetives.

É impossível o Delegado Edson Ferreira realizar, presidir inquéritos e fazer o papel de polícia judiciária contando apenas "com ele e mais ele". Não há outro policial, um Detetive ou Escrivão. Há pessoas que ocupam a tribuna desta Casa para criticar e pedem segurança pública, mas esquecem-se de que aos policiais não têm sido dados a logística, a viatura, o armamento, nem sequer o material humano existe em Montalvânia.

O Deputado Arlen Santiago (em aparte)* - Deputado Sargento Rodrigues, temos esse problema há muitos anos. Quando a regional de Janaúba era presidida pelo Delegado Biancart, há dois anos, houve um momento que só havia o Delegado Regional e nenhum outro mais. Hoje, o Delegado Regional de Janaúba é o Dr. Raimundo Nonato, que, com muito trabalho, conseguiu levar a competente Delegada, Dra. Patrícia, para Janaúba. Tivemos a perda do Delegado Mário Novais, que saiu de Itacarambi e foi para Paracatu. O Dr. Edson realiza um bom trabalho sozinho, mas não há Detetives na região.

A Polícia Civil está sucateada. Os municípios têm também dificuldade na área militar, porque não há viaturas. Se a Prefeitura não consegue bancar essa situação, cria-se um grande problema em uma região tão carente. Sabemos do bom trabalho que tem sido feito principalmente em Montalvânia, pelo Prefeito José Ornelas, que está conseguindo fazer uma administração maravilhosa.

Sabemos das dificuldades que o fórum de lá tem. Uma pessoa, de Montalvânia, para fazer título eleitoral, tem de andar 70km para chegar até Manga, porque ainda não tem cartório eleitoral na cidade. Essas cidades a que o Governador Aécio Neves quer levar o desenvolvimento sofrem, ainda, com certeza, com as questões de segurança pública. Muito obrigado.

O Deputado Sargento Rodrigues* - Agradeço a intervenção do Deputado Arlen Santiago.

Gostaria de citar o nome das cidades que estão sob a responsabilidade do Delegado Edson Ferreira da Silva. Montalvânia possui hoje população carcerária de 15 presos sob sua responsabilidade, e Manga, 45 presos. As outras cidades são Juvenília, Miravânia, Matias Cardoso e São João das Missões.

Deputado Arlen Santiago, às vezes o Delegado tem de esperar cerca de 18 horas para poder usar um computador, e, apesar de todas essas adversidades, ainda encaminha cerca de 40 inquéritos mensais à justiça, ou seja, está bravamente defendendo a polícia judiciária, fazendo a

Polícia Civil acontecer, sem as mínimas condições básicas para exercer o papel da polícia judiciária. Segundo o Delegado, ele solicitou máquina de escrever, que ajudaria na realização das atividades diárias da delegacia, recebendo como resposta que o seu pedido ficaria registrado e que, em momento oportuno, o Departamento de Patrimônio da Polícia Civil o atenderia. Não podemos permitir que um Delegado de Polícia faça segurança pública em condição de abandono total por parte do Estado.

Montalvânia fica exatamente no extremo norte do nosso Estado. Para o nosso telespectador entender, Montalvânia está a 845km de Belo Horizonte e a 64km de estrada de terra de Manga. Isso é um absurdo e não pode continuar.

Pediremos reiteradamente ao Dr. Otto que desloque um Escrivão e dois Detetives, para que o Delegado possa fazer diligência policial, e um computador para uso do Delegado, já que vem utilizando o computador do CONSEP de Manga. O Delegado precisa relatar inquéritos policiais, ouvir testemunhas, vítimas, pessoas indiciadas, e sua delegacia não possui nem sequer um computador. Aliás, não possui sequer uma máquina de escrever.

Deputado Biel Rocha, depois de esbravejarmos, pedirmos, implorarmos à polícia para fazer segurança pública, o Estado de Minas constatou a existência dessa quadrilha armada com fuzil AR-15, com fuzil russo AK-47, com metralhadora israelense, que estava pronta para atacar o Norte de Minas. Não temos no Estado aparatos policial recurso humano e logístico para fazer a segurança pública de Minas Gerais.

Quero também registrar o nosso pedido ao Delegado Otto Teixeira Filho para elevar a delegacia da cidade de Manga à Seccional de Polícia, para que o Delegado tenha condições de trabalhar, trazendo mais um Delegado, policiais civis, Escrivães, Peritos Criminais, Detetives e, se for o caso, Carcereiros. É lamentável ocuparmos a tribuna nesta tarde para fazermos esse apelo. Mas o fazemos em respeito ao Delegado de Polícia e ao cidadão mineiro, que busca e cobra do Governo melhor segurança pública. Não podemos permitir que a Polícia Civil de Minas Gerais seja sucateada da forma que estamos vendo acontecer no Norte do Estado. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Bonifácio Mourão* - Sr. Presidente e Srs. Deputados, traz-me à tribuna uma questão que tem sido difundida ultimamente pela imprensa nacional com insistência. A imprensa vem informando que a CPI dos Bingos não ocorrerá, porque o Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney, não deverá designar os seus membros, já que as Lideranças, em comum acordo e em um arranjo para boicotar a CPI, não deverão indicar os seus representantes.

Comentarei exatamente isso. A Constituição Federal determina que, uma vez indicada por mais de 1/3 dos membros da Câmara e do Congresso, a CPI pode ser instalada. A Constituição Federal dispõe assim exatamente para respeitar a vontade das minorias, porque se trata de uma mera investigação, e não de uma condenação.

Mais de 1/3 foi conseguido pelo Senador Magno Malta para a instalação da CPI dos Bingos. Depois, sob a orientação do Governo do PT e, naturalmente, do Gabinete Civil do Ministro José Dirceu, as Lideranças decidiram não indicar seus representantes, para que não seja instalada tal CPI. Isso está errado, pois a Constituição Federal determina que haja um mínimo de 1/3. A questão da proporcionalidade é respeitada no Regimento, que fala que cada Líder indicará o seu representante. Assim se pronunciou a ilustre Senadora Heloísa Helena. Na verdade, se os partidos não indicarem os seus representantes, compete ao Presidente do Senado designá-los para que seja instalada a CPI.

O Regimento Interno da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, que possui um texto igual ao Regimento da Câmara e do Senado Federal, dispõe assim em seu art. 102, § 8º: "Esgotado, sem indicação, o prazo fixado no § 5º, o Presidente, de ofício, procederá à indicação dos membros da comissão". E tem de ser assim mesmo, senão as comissões não funcionariam. Imaginem, Srs. Deputados, se as nossas comissões, permanentes e temporárias, não pudessem funcionar se as Lideranças não indicassem os seus representantes, ou não os indicassem no prazo legal? Não indicando, compete ao Presidente fazê-lo. Por que o Senador José Sarney não os designará? Se não o fizer, certamente será mais um submisso e mais um parlamentar a se postar de cócoras perante o poder tirano do PT. Não podemos concordar com essa atitude que fere a Constituição Federal e o Regimento Interno do Senado, da Câmara e do Congresso Nacional. Não aceitaremos que, sobretudo, seja ferido o sentimento do povo brasileiro, que precisa do esclarecimento dessa situação.

O Sr. Waldomiro Diniz foi pilhado em flagrante escandaloso de corrupção. E a imprensa, por meio de pesquisa realizada, divulgou que 81% do povo brasileiro deseja que a CPI seja instalada. E ela não foi instalada porque o PT não quer. Isso não é certo. O PT, partido que, para eleger o seu Presidente, os seus Governadores e os seus Prefeitos, pregou a moralidade, a transparência e a ética, está agindo de forma contrária, impedindo a apuração dos fatos.

O Deputado Miguel Martini (em aparte) - Deputado Bonifácio Mourão, V. Exa. traz hoje, para reflexão do povo mineiro, fato que considero um dos mais graves até então anunciados. Vejo que, no seu brilhante raciocínio, pelo conhecimento jurídico que possui como extraordinário advogado, V. Exa. leu o nosso Regimento Interno. Acredito que, em todo o Brasil, todas as Assembléias Legislativas remetem, em caso de dúvida desse Regimento, à prática do Senado e da Câmara Federal. O que V. Exa. está dizendo, e o Senador Pedro Simão, a Senadora Heloísa Helena e outros Senadores têm denunciado, é muito mais grave para a câmara alta do nosso País. Segundo o Senador Pedro Simão, a CPI dos Bingos não acontecerá porque os Senadores do PMDB e do PT estão trocando-a por cargos. O que é mais grave: ontem determinado periódico mineiro publicou (- Lê:)

"Luís Dulci confirma a articulação. Um dos integrantes do núcleo do Governo Federal, Ministro Luís Dulci, Secretário-Geral da Presidência, admitiu ontem, em Belo Horizonte, que o Palácio do Planalto atuou para impedir a instalação da CPI dos Bingos no Senado que investigaria as relações do ex-Assessor do Governo, Waldomiro Diniz". Veja, Deputado Bonifácio Mourão, não querer demitir ou afastar momentaneamente o Ministro da Casa Civil já é um fato grave. Agora, rasgar a Constituição Federal e o Regimento Interno do Senado - e podemos dizer, por um efeito cascata, rasgar os Regimentos Internos de todas as Assembléias Legislativas do Brasil, e quem sabe das câmaras municipais - é ainda pior. V. Exa. foi muito feliz. É claro que, se os Líderes não indicam os membros para compor a comissão, o Presidente tem de fazê-lo de ofício. E, se determinado partido não quiser, que vá buscar apoio em outros partidos até que a comissão parlamentar de inquérito seja composta. Isso não está sendo feito, segundo o Senador Pedro Simão, por troca de cargos entre o PT e o PMDB. Se nos lembramos bem, esse mesmo partido dizia que quem não queria as investigações porque tinha o que esconder... Essa é uma atitude grosseira e grave, principalmente para um Presidente do Senado Federal. Quantos cargos e quanto custará para o povo brasileiro essa negociata para impedir a instalação de uma CPI? Parabéns, Deputado! Muito obrigado.

O Deputado Bonifácio Mourão* - Agradeço as palavras do Deputado Miguel Martini. Enquanto isso, o Ministro José Dirceu saiu na capa da revista "Veja" desta semana, afirmando: "Eu continuo do Governo, eu fico.". Isso é semelhante ao grito do "Fico" de D. Pedro I. Ora, ninguém está querendo tirar o Ministro. O povo brasileiro quer que as falcatruas existentes no caso do Waldomiro Diniz sejam apuradas.

É evidente que existe alguém por trás de Waldomiro Diniz, naquela corrupção flagrante da GTEch e de tantas outras empresas. E quais são os indícios? Os indícios são evidentes contra o Ministro José Dirceu. Waldomiro Diniz morou no apartamento do Ministro. Waldomiro Diniz era o Subchefe da Casa Civil, quando José Dirceu era o Ministro. O Sr. Marcelo Cereli, também envolvido com Waldomiro Diniz, é Chefe de Gabinete da Casa Civil da Presidência da República. E, assim, inúmeras evidências e indícios. Ora, onde há fumaça, há fogo. Que seja instaurado, pelo menos, um procedimento investigatório para saber se o Sr. Sigmaringa Seixas, Deputado Vice-Líder do Governo, é ou não Procurador da

GTech, porque na procuração consta o nome dele. Ele fala que consta, mas que não é. Enquanto advoguei, todas as vezes que constava meu nome, eu era o advogado. Para que constar o nome na procuração? Por que está acontecendo, por exemplo, o que aconteceu com o Ministro Gilberto Gil, que teve de dispensar, por causa de um dossiê, seu maior amigo, seu compadre Roberto Pinho? Por que tantas suspeitas contra a ex-Ministra Benedita da Silva? Por que todas aquelas notícias contra o Ministro dos Esportes em sua viagem para o Comitê Olímpico? Isso não está coerente com a pregação do PT para eleger Lula Presidente da República. Se o PT deseja olhar nos olhos o povo brasileiro, nas campanhas eleitorais para eleger Prefeitos e Vereadores este ano, deveria ser o primeiro a exigir a comissão parlamentar de inquérito. Não só porque sempre pregou moralidade, transparência e ética, mas, sobretudo, porque é o partido do Presidente da República. Também porque o PT, durante os Governos passados, mormente durante o Governo Fernando Henrique Cardoso, requereu nada menos que 14 CPIs, defendendo, insistentemente, que fossem instauradas, ocasionando até a afirmação do Presidente Nacional do PT, José Genoíno, de que, em todas as vezes que se quer encobrir ou abafar, tem-se alguma coisa a esconder. Esta afirmação de José Genoíno aplica-se agora ao partido que ele preside.

Então, Sr. Presidente e Srs. Deputados, estamos nesta tribuna para dizer que esse exemplo, essa história de não se indicarem representantes, de as lideranças combinarem, em seus gabinetes, não indicar representantes para boicotar uma CPI não pode alastrar pelo Brasil afora, senão não teremos mais CPIs. As minorias não terão mais vez neste País, porque esse será o costume. A Constituição assim dispõe, mas daremos um jeitinho por meio do Regimento, das nossas reuniões, do poder da força ou do poder da maioria. Essa é minha palavra de advertência para que se cumpra a Constituição, o Regimento Interno e para que, sobretudo, cumpra-se a vontade dos brasileiros, que, por 81%, mostraram-se favoráveis à CPI.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Weliton Prado* - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, apresento mais um requerimento ao Governador Aécio Neves para que resolva a grave crise em que se encontra a educação em Minas Gerais: "O Deputado que este subscreve solicita a V. Exa., na forma regimental, seja formulado apelo ao Governo do Estado, Exmo. Sr. Aécio Neves, para que tome as devidas providências em caráter de emergência e urgência para efetuar o pagamento do salário de fevereiro dos professores contratados da rede estadual de educação na Região Metropolitana de Belo Horizonte, no mês de março, como de direito."

Nesta semana, o Governador anunciou mais uma medida que compromete o futuro da educação pública em Minas Gerais. Os professores contratados, designados para as escolas estaduais da Região Metropolitana de Belo Horizonte, não receberão os salários de fevereiro no mês subsequente. A previsão é de que o recebam apenas em abril. Alega-se que há falta de pessoal para confecção da folha de pagamento. Essa é mais uma medida do Governo de Minas Gerais, que fere o direito do trabalhador, impede que ele receba o salário pelas atividades laborais desempenhadas e apresenta caráter de confisco. Como a Prof^a. Maria José, quem trabalhou deverá receber.

O professor que trabalhou em fevereiro não receberá o salário no mês de março? Vejam aonde chegamos com a alegação de que não há pessoal para elaborar a folha de pagamento. Esses servidores não terão a possibilidade de receber o salário no mês em que lhes é de direito recebê-lo. A medida é injusta, imoral, e, como se não bastassem as reformas promovidas na administração pública retirando direitos dos servidores, cortando abonos para os professores que ocupam dois cargos, atendimento médico e odontológico do IPSEMG, agora se corta o salário, direito fundamental do trabalhador. Quem ocupava dois cargos recebia dois abonos de R\$45,00, mas agora recebe apenas um e ainda precisa pagar ao IPSEMG o equivalente a dois cargos.

Tal ação reforça o estado lastimável em que se encontra a educação mineira. O mesmo Governador que gasta milhões em propagandas no rádio, na televisão e nos jornais para dizer que as crianças em Minas Gerais entram na escola aos 6 anos de idade - não nas escolas estaduais, mas nas municipais - não tem condições de confeccionar a folha de pagamento dos professores. Em vez de resolver o problema, promete o pagamento do salário que lhes é de direito no mês subsequente.

Por isso apresentamos o requerimento. É fundamental realizarmos debate sobre a educação no Estado. Não podemos mais aceitar a situação a que chegou o ensino público. O ensino médio está totalmente sem recursos.

Aproveitando a presença do Líder do Governo, solicito resposta, já que continua valendo a medida do ex-Governador Itamar Franco, que proíbe as pessoas com mais de 18 anos de estudar nas escolas do Estado. A Secretária, na Comissão de Educação e na sua sala, deu-nos a palavra de que a medida seria revogada. Em visita ao interior, a primeira reivindicação que o Governador recebeu depois de eleito foi a minha. Entretanto, infelizmente, não toma nenhuma providência. A medida fere as Constituições Federal e Estadual e a LDB.

Não se pode impedir que as pessoas maiores de 18 anos estudem.

Outra demagogia é quando diz que as crianças entram aos 6 anos nas escolas do Estado. É pura mentira! Realmente, seria muito importante que isso ocorresse. Se assim o fosse, teríamos que parabenizá-lo. Infelizmente, o Governador Aécio Neves tenta, de certa forma, ludibriar a população, pois o projeto aprovado nesta Casa é para as escolas estaduais. No entanto, são as escolas municipais, que recebem essas crianças, pois trata-se de uma responsabilidade do município. Com a municipalização do ensino, praticamente a maioria das escolas estaduais passou a responsabilidade às Prefeituras Municipais, deixando, portanto, os Prefeitos responsáveis pelo ensino fundamental da 1^a à 4^a série.

Debatemos hoje, na Comissão de Fiscalização Financeira e, depois, na de Educação, sobre o grave problema da merenda escolar. Os alunos do ensino médio não têm direito à merenda, que é restrita aos alunos do ensino fundamental. É de dar dó ver os alunos do ensino médio olhando os do fundamental lancharem. Isso ocorre porque muitas escolas têm o ensino fundamental e o médio ao mesmo tempo. Há crianças que percorrem quilômetros e mais quilômetros por uma ou duas horas a pé, por não terem condições de pagar o transporte. Infelizmente, o Governo não oferece esse serviço; ao contrário, cortou o transporte escolar das 50 maiores cidades de Minas Gerais.

Infelizmente, esse é o estado caótico da educação em Minas Gerais.

Os servidores públicos estão há anos sem reajuste. O plano de carreira é uma novela. Depois de muito empenho do Bloco PT-PCdoB, conseguimos garantir que o plano chegasse a esta Casa. O plano foi promessa de campanha do Governador Aécio Neves e, infelizmente, já tinha sido votado em 1^o turno nesta Casa. O governador poderia muito bem ter votado no primeiro semestre do ano passado, mas fez de tudo para não deixar que isso fosse para a frente. Fizemos gestões, pressionamos e conseguimos que ele enviasse o plano de carreira a esta Casa. Não tem a tabela - não é mesmo, Deputado Rogério Correia? -, nem o plano que os servidores querem para ter uma progressão na carreira.

O Deputado Rogério Correia (em aparte) - Obrigado, Deputado Weliton Prado. Parabênico V. Exa. por trazer o assunto do plano de carreira, que simplesmente está esquecido nesta Casa. Já começa a parecer que o Governador o enviou como obrigação, porque, de certa forma, nós o obrigamos a fazer isso quando apresentamos nossa emenda. Parece que o plano não é para valer. Não vejo o Governo se mobilizar para esse fim. Vários pontos não foram discutidos com os servidores. A tabela não veio, e, mesmo nesse plano, ele não se mobiliza para sua aprovação. Precisamos reverter a situação. Parece que o Governo quer mudar de assunto; pelo menos, parece-nos, a base do Governo aqui quer isso.

Há Deputado dando tiro no pé, pedindo para se investigar a questão da loteria no Estado de Minas Gerais, porque não está sendo investigada nacionalmente. Assinamos, evidentemente, essa investigação. O Deputado Bejani quer investigar, e achamos justo, mesmo porque está muito

claro que são todos contratos feitos nos Governos tucanos. O contrato federal foi assinado no primeiro ano do Governo Fernando Henrique Cardoso, portanto o contrato da GTECH vem de lá, com vários aditamentos e com essas figuras todas carimbadas lá. Aqui também ocorreu o mesmo. Embora o Senador Eduardo Azeredo tenha assinado a CPI, esqueceu-se de ver o que deixou para trás. Esses contratos e seus aditamentos foram realizados sem licitação, dando à GTECH mais três modalidades de jogos. Isso foi feito pelo então Governador Eduardo Azeredo, mediante decreto e sem licitação. Ao que tudo indica, todos esses contratos vieram dos Governos tucanos, de Azeredo e de FHC. Fizeram esse contrato e desencadearam toda essa confusão. Parece-nos que, felizmente, agora as coisas começam a ficar claras a respeito da origem desses problemas.

Não querem avaliar o que Aécio Neves não tem feito.

Há problemas sérios na COPASA. Aquele caso de Alfenas, Deputado, tem problemas sérios envolvendo contratos com a COPASA. Estive assistindo à fita em que o Prefeito entrega dinheiro aos Vereadores e pede votos para renovar o contrato com a COPASA. Apresentei hoje requerimento, inclusive solicitando a convocação do Diretor da COPASA do Sudoeste, responsável por refazer esse contrato, porque há denúncia de que ele é sócio da empresa Belo Vale, que faz obras com a COPASA. Está na fita, portanto escutaremos. Parece que é essa empresa que estava solicitando ao Prefeito para pedir votos aos Vereadores.

Então, é preciso também nos ater aos assuntos de Minas Gerais, pois, me parece, trata-se de uma tática diversionista de alguns membros do Governo que não desejam avaliá-lo. V. Exa. fez muito bem em trazer esse assunto à tribuna, para discutirmos.

O Deputado Weliton Prado* - Deputado Rogério Correia, parabeno V. Exa. pelo aparte, desejando que haja esse debate na Casa. Realmente precisamos discutir a fundo esses pontos. Deputado Rogério Correia, vê se dá para acreditar! No mês de março, os professores contratados, designados pelo Estado, não receberão. O Governador disse que só efetuará o pagamento em abril. Então, quem trabalhou em fevereiro somente receberá em abril. Sabe qual foi a justificativa do Governo do Estado? Não há pessoal para elaborar a folha de pagamento. Vejam a que ponto chegaram.

O Sind-UTE enviou material para todos os gabinetes, a fim de contribuir com o debate referente à situação da educação em Minas Gerais. Parabeno o sindicato e desejo compartilhá-lo com todos os Deputados. (- Lê:)

"A real situação da educação em Minas Gerais. Apesar de o atual Governo de Minas divulgar em nível nacional seus investimentos e programas para a área de educação, as trabalhadoras e os trabalhadores da rede estadual de ensino aproveitam este momento para denunciar a implementação de medidas que poderão comprometer o futuro da escola pública mineira.

Alheio à trajetória da categoria, que levou a importantes conquistas para a educação no Estado, o Governo Aécio Neves tem-se valido do autoritarismo e do esvaziamento da representação política dos fóruns de discussão com o funcionalismo público como escudo para promover o retrocesso no ensino. A edição de resoluções tem fornecido o tom da relação do Governo do Estado com a comunidade escolar e com os trabalhadores em educação, condenando as escolas a amargarem a volta de práticas viciadas, há muito banidas da educação em nosso Estado.

Em vez de implantar uma política de melhoria da educação pública por meio da valorização dos trabalhadores, do investimento nas condições de trabalho e da implementação do plano de carreira, conforme compromisso assumido em campanha, o Governo do Estado cria artifícios jurídicos para retirar direitos adquiridos pela categoria. A ditadura das resoluções promove sucessivos ataques à legislação, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB - e até a Constituição Federal.

Logo na largada, o Governo Aécio Neves pôs na berlinda o concurso para Auxiliares de Serviços Gerais, realizado em 2001, apesar de este ter a sua legalidade reconhecida pelo Ministério Público, que atestou a lisura do processo. Tal medida gerou a indignação de milhares de trabalhadores, que, apesar de aprovados e classificados dentro do número de vagas existentes, ainda não foram nomeados. São 18 mil vagas, que estão sendo preenchidas por contratações precárias em detrimento da nomeação.

O Governo adiou durante o ano de 2003 a nomeação dos aprovados no concurso e fugiu do debate com o Sind-UTE de Minas Gerais sobre os critérios para a designação dos trabalhadores. Logo depois, fez nova manobra nas contratações, impondo à categoria o critério para as designações por meio da Resolução nº 466, publicada no dia 22 de dezembro, em pleno recesso escolar." Publicou medida em pleno recesso escolar.

"A 'portaria' trouxe de volta o preenchimento dos cargos diretamente nas escolas com base em critérios ultrapassados, como a vantagem 'do tempo de escola' sobre o 'tempo de Estado'."

Então, a educação em Minas Gerais enfrenta vários problemas. Infelizmente, não verificamos boa-vontade por parte do Governo do Estado em resolver esses problemas. Há muito "marketing", publicidade e estratégia. O Governador é inteligente, possui acesso à informação, à comunicação, porém, gasta muito dinheiro com publicidade e divulgação. Penso que o mais importante é valorizar o funcionalismo, garantir qualidade do ensino, a merenda e o transporte escolar aos alunos do ensino médio. Isso, infelizmente, não é a vontade do Governador.

Essas ações não podem ser praticadas somente pelo Governo, e, em vez de ficar procurando culpados, devemos fazer parcerias com o poder público municipal e com o Governo Federal, que já sinalizou que transformará o FUNDEF em FUNDEB, para financiamento do ensino médio. A reforma universitária deve ser feita, para garantir o acesso dos mais pobres ao ensino superior, e um amplo debate deverá ser feito com todos os setores da sociedade. Não devemos procurar culpados, mas resolver o problema. Não estou vendo boa-vontade do Governo do Estado em resolver a séria crise do ensino público.

* - Sem revisão do orador.

A Deputada Jô Moraes* - Sr. Presidente "ad hoc", Deputado Bonifácio Mourão, que muito nos honra em ocupar esse espaço, pela sua competência, pela sua experiência política; queridas Deputadas, caros Deputados, vim aqui falar de um tema, mas fui estimulada a alterar minha pauta devido ao pronunciamento do Deputado Bonifácio Mourão. O Brasil vive grandes impasses e grandes desafios, mas é uma hora decisiva e a oposição ao Governo Lula deveria ter essa consciência. Qual é a hora decisiva que o Brasil vive? A hora de se tomarem medidas para alterar a política econômica perversa que herdamos e que, pelos mecanismos e pela "blindagem" feita, ainda persiste. O País não cresceu, tem um volume enorme de desempregados e está refém da agiotagem internacional. Aqueles que acompanham a crise que o Presidente Nestor Kirchner vive na Argentina sabem muito bem o impasse que significam esses mecanismos perversos, impostos pela lógica neoliberal à América Latina. O Presidente Kirchner não tem dinheiro para pagar a conta, e, ao mesmo tempo, o FMI quer nos impor uma sangria maior que a vivida pela Argentina. Esse é o impasse efetivo, ao qual os partidos que constituem o núcleo central do Governo Lula fazem um apelo à oposição para se incorporar. O Brasil precisa crescer, liberar seus investimentos, superar uma política implantada durante dez anos, a qual desindustrializou algumas cidades do interior de Minas. Por isso, diria aos Deputados da oposição ao Governo Lula: como seria bom que eles investissem o melhor das suas energias, da sua capacidade - e têm uma longa experiência de poder para ajudar o Brasil. E ajudar o Brasil é superar essa política econômica. Por que não baixam os juros? Por que o tal do mercado fica nervoso? Por que o risco-país sobe? Por que, de repente, temos de assegurar mecanismos que só favorecem os sistemas financeiros internacional e nacional? É esse o compromisso e o desafio que os partidos

da oposição ao Governo Lula têm de assumir, porque é esse o compromisso fundamental de que a população brasileira precisa. Ou alteramos a política econômica herdada ou vamos "pastar" exaustivamente, perder mais um ano. E esse ano perdido significa milhões e milhões de trabalhadores desempregados.

Por isso, digo ao Deputado Bonifácio Mourão que o escutei com atenção. Trata-se de homem sério, íntegro. Ele fala em seu pronunciamento: é preciso investigar as falcatruas existentes por trás do Sr. Waldomiro Diniz. É preciso mesmo, Deputado. Tanto o é que o Governo Lula tomou as providências cabíveis imediatas e sem titubear. Demitiu o funcionário corrupto, acionou a Polícia Federal, que está fazendo uma devassa nunca vista em sua própria carne - posso até auxiliar os Deputados da Oposição com o relato da devassa ampla e irrestrita que a Polícia Federal está fazendo para apurar as falcatruas que os Srs. Waldomiro e Carlinhos Cachoeira realizaram. Posso passar, porque acredito que a PF está fazendo um trabalho sério. Não tenho nenhuma informação que me indique que a PF, que está fazendo essa devassa, essa investigação, não esteja fazendo o suficiente, mas de forma tendenciosa. Por isso, é preciso que o Congresso aja. Também vi e acompanho a investigação que o Ministério Público Federal está fazendo. Está indo até o fim, levantando pontas, acrescentando dados, sem nenhuma intervenção do Governo Lula para impedir seu trabalho. Por que tenho de ter dúvidas sobre a seriedade do trabalho do Ministério Público?

Evidentemente, houve tempo em que irregularidades das mais absurdas foram cometidas nesta República. Chego a dizer que foi o neoliberalismo corrupto que impregnou a América Latina. Vivemos esse processo. Sem dúvida nenhuma, houve momentos em que a CPI, naquela circunstância, era a única forma de tentar investigar os processos. Claro que era correto então, mas hoje estamos vendo uma ação direta, profunda e generalizada de apuração dos fatos com os mecanismos de que a República, o Estado brasileiro dispõe para realizar essa que não é prerrogativa do Congresso.

O Deputado Bonifácio Mourão falou também que é preciso um procedimento investigatório. Pelo que sei, é o que a PF está fazendo. Aliás, acho muito importante, porque, além das falcatruas de um corrupto da estatura de Waldomiro Diniz, que não merecia estar ali - e o Ministro Dirceu reconheceu que seu equívoco foi exatamente contratá-lo sem que fossem dadas as informações do que estava havendo em torno do Waldomiro Diniz. Esse é um procedimento correto. Porém, lembro que, no interior desse processo, do qual Waldomiro Diniz é uma expressão - depois a Bancada PT-PCdoB trará informações mais exaustivas, em um pronunciamento mais carregado - detrás do fato Waldomiro Diniz temos os contratos com a GTEch. São contratos - lembremos, Deputados - que não começaram no Governo Lula. É evidente que os Deputados que são sérios, que têm responsabilidade com a apuração dos fatos sabem perfeitamente que não podem negar que esses contratos vêm de um longo período e que outros partidos que hoje estão na Oposição estavam no Governo. Quem é responsável pela chegada da GTEch na relação de implantação dos procedimentos da Loteria Federal? Não é o Governo Lula.

Foram feitos contratos e aditados novos contratos. Estamos vendo agora que os problemas são muito mais sérios e muito mais antigos. Não tenho o costume de ser leviana. Não direi que cabe responsabilidade à figura X, à figura Y, a partir do X ou Y. Não sejamos irresponsáveis com o Brasil. Estamos aqui num momento decisivo.

A base do Governo pediu uma CPI para apurar o caso da GTECH aqui em Minas Gerais. Concordamos porque o Governador pediu a auditoria. Se um membro, um Deputado da base do Governo considera que é preciso mais, quem somos nós da Oposição para nos opormos a que isso exista? Apontamos nossa assinatura.

Quero falar isso antes de dar aparte ao Deputado Gustavo Valadares. Com certeza, reconheço a capacidade, o direito que a Oposição tem de verbalizar suas inquietações, de buscar tirar o crédito da história de um Presidente que é legitimado não apenas por ter recebido seu diploma aqui ou porque teve o dedo cortado dentro de uma fábrica, mas pela longa luta que os homens e mulheres que querem mudar este País vêm fazendo nesses últimos anos. Luta que se resume em mudar a política econômica, em afastar essa nefasta relação que o Brasil tem com o FMI.

O Presidente Lula tornou pública a necessidade de, pelo menos, de forma imediata, retirar os condicionantes. Nós, do Pcdob, queremos o fim desse acordo que está levando os países da América Latina a essa miséria em que vivemos.

Por isso, com todo o respeito que tenho ao Deputado Bonifácio Mourão, reconhecendo o direito que tem de fazer oposição, de contrariar-se diante dos êxitos que o Governo Lula vem tendo, do ponto de vista da política internacional, de sua afirmação como liderança, lembro a ele que concordo com as exigências que faz, porque o Governo Lula já tomou as providências. Lembro a ele que o próprio Ministro do meu partido de coordenação política, Deputado Aldo Rebelo, ontem, no "Roda Viva", dizia que o Governo não aprovou nem desaprovou a iniciativa da CPI, mas que o Governo fez aquilo que tinha de fazer, até sangrar suas entranhas com muita disposição, caro Deputado Bonifácio Andrada.

Desculpe-me o equívoco do nome, devido ao entusiasmo em torno da defesa do País, que me lembra a grande contribuição à Nação, que o patriarca fez da nossa República.

Mas a nossa certeza, Deputado, é que V. Exa., além de cobrar e exigir as apurações, que o Governo Lula já iniciou, também deve voltar suas vistas, suas energias para a discussão desse projeto de Brasil, para baixarmos os juros, para descondiccionarmos o que está em contingenciamento - uma prática herdada que ainda nos faz reféns desse processo - para que, efetivamente, as forças vivas deste País demonstrem a sua seriedade, enfrentando aquele nosso pior adversário, os interesses do capital internacional, do sistema financeiro, que leva este País a pagar tantos juros, que sangra a sua própria vida.

O Deputado Gustavo Valadares (em aparte)* - Deputada Jô Moraes, primeiramente gostaria de agradecer-lhe o aparte e dizer-lhe que acho que vivemos um momento histórico dentro desta Assembléia Legislativa.

Pela primeira vez, o PFL, do qual faço parte, e o PCdoB, de V. Exa., têm o mesmo discurso. É o que faz o Governo Lula, que nos leva a convergir e a ter o mesmo discurso. Não é possível continuar com o País com esses juros altos; não é possível continuar com o desemprego crescendo da forma que cresce. Não é possível continuar com o País sem investimento como está. Já se passaram um ano e três meses da posse do Presidente Lula. Não serve mais a desculpa da herança maldita, que pode ter sido herança do ano passado, governado pelo Presidente Lula.

Deputada Jô Moraes, agora os nossos partidos caminham no mesmo sentido: cobrar a coerência do discurso do PT durante os últimos 20 anos. O PFL tem cobrado essa mesma coerência em Brasília. E, por essa mesma coerência, o PFL cobra e insiste na instauração da CPI. Não há de se discutir no Governo se este tem ou não culpa no caso Waldomiro. Na época do Governo Fernando Henrique, muitas CPis foram criadas - muitas contra a vontade da maioria do Governo - e agora o Governo do PT usa o mesmo argumento do Governo anterior, de que o Ministério Público e a Polícia Federal estão investigando.

Essas alegações são dadas como se naquela época, não existissem essas duas instituições. As estruturas das duas sempre foram as mesmas estruturas, com autonomia e obrigações iguais. Agora, o Sarney resolveu rasgar o seu currículo de ex-Presidente do País por conta de uma negociata aliada aos altos cargos e aos Ministros do Governo Federal. A população, a mineira e a do País, precisa entender essa situação, que não pode passar em branco.

A coerência que V. Exa. pede do Governo Federal do discurso quando da oposição, do PFL, também pedimos. Esperamos que o Brasil passe a

ser governado por pessoas sérias, que queiram trabalhar e administrar, e não por pessoas que fiquem em cima de palanque, Deputada Jô Moraes, mesmo depois da eleição, e ficam fazendo discursos calorosos e populistas. Nosso País não precisa disso, por que é muito grande. Precisamos de pessoas que queiram e saibam administrá-lo. Muito obrigado.

A Deputada Maria Tereza Lara (em aparte) - Gostaria de cumprimentá-la pela belíssima explanação dos fatos reais que acontecem no País. Lembro-me bem de quando a atual Deputada Federal Maria do Carmo era Prefeita de Betim, e os fatos, em situação micro, aconteciam dessa maneira. Na época, a Oposição, quando queria desestabilizar o Governo Municipal, criava fatos políticos. Chegaram até a abrir uma comissão processante sem nenhum sentido. No caso, a justiça acabou com a comissão processante.

No País, vemos que a Oposição quer desestabilizar o Governo. Há uma parte da mídia, tanto televisiva quanto de jornais, que está contribuindo para isso. Recentemente o grande Ministro Luiz Dulci, que nos honra muito e é mineiro, falou para os companheiros do PT. Nossos militantes estavam entusiasmados, pedindo informações mais detalhadas do Governo Lula, mas as notícias foram de que os nossos militantes estavam de cabeça baixa.

Registro na TV Assembléia, para quem nos assiste, que realmente tenham o espírito crítico ao ler os jornais ou ao ver a televisão, a fim de verificar quem tem realmente compromisso com o País e quer que haja mudança na política econômica. Defendemos que essa política econômica seja de transição. O Governo Federal está trabalhando para isso. Não podemos dar credibilidade àqueles que querem aproveitar o fato isolado do Waldomiro Diniz para macular o Governo e impedir que o Lula tenha uma vitória no Governo.

Isso acontecerá, grande companheiro. No quarto ano, poderemos registrar nesta Casa os grandes avanços na área social e na política econômica. Obrigada pelo aparte, nobre companheira.

O Deputado Bonifácio Mourão (em aparte)* - Agradeço a gentileza. Quando V. Exa. se dirige a este Deputado afirmando que, ao invés de nos preocuparmos com a situação da CPI do Waldomiro Diniz, deveríamos nos preocupar com o desenvolvimento do País, gostaria de pedir a V. Exa. que, ao invés de dirigir-se a mim, se dirigisse ao Waldomiro Diniz, para que não tivesse esse procedimento de corrupção escandalosa. Como Subchefe do Gabinete Civil, deveria estar contribuindo para o desenvolvimento do País, que está precisando diminuir o desemprego, baixar a inflação e os juros, levantar-se perante o FMI, levantar o PIB, que, durante o Governo Lula, caiu 0,2%, o que não acontecia desde 1992. V. Exa. queira desculpar-me, mas suas palavras deveriam ser dirigidas ao Waldomiro Diniz, responsável por provocar esse escândalo horroroso que está impressionando toda a opinião pública brasileira. Não se trata de fato isolado. Não, porque já vimos por detrás dele a posição do Deputado Federal Sigmaringa Seixas, Vice-Líder do Governo e advogado da GTech contra a CEF, e estamos vendo o procedimento do Sr. Marcelo Serena, Chefe de Gabinete da Casa Civil do Governo da República, até então chefiada pelo Ministro José Dirceu. Ainda que fosse fato isolado, justificaria perfeitamente uma CPI, porque o Regimento Interno determina que, todas as vezes em que a moralidade pública for ofendida, justificar-se-á a constituição de uma CPI. Como disse muito bem o Deputado Gustavo Valadares, precisamos dessa CPI para esclarecer à população brasileira sobre quem são os culpados. O inquérito da Polícia Federal e a ação penal, se for movida pelo Ministério Público, não são suficientes. O procedimento parlamentar existe para isso, como está previsto no Regimento Interno, não para ficar como letra morta, mas para ser aplicado nas horas certas. E esta é, sem dúvida, a hora certa. O fato não foi provocado por mim, Deputada, mas pelo Waldomiro Diniz.

A Deputada Jô Moraes* - Agradeço o aparte, Deputado. Voltaremos a essa questão. Quero dizer que a luta ferrenha contra a corrupção começou no próprio Governo, com as medidas tomadas de imediato. O Deputado Gustavo Valadares sabe perfeitamente que as CPIs fundamentais do Governo anterior, como a das privatizações e a da reeleição, não foram levadas a cabo; nem a Polícia Federal nem o Ministério Público tiveram oportunidade. Obrigada.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ocupo esta tribuna para fazer algumas reflexões que consideramos necessárias.

O Deputado Doutor Viana (em aparte) - Agradeço a gentileza, nobre Deputado Miguel Martini. Mais uma vez, referendo a atitude do Governo do Estado de começar a pagar essas verbas retidas, pois a demora causa angústia em muitos funcionários públicos do nosso Estado, que tiveram esse recurso do seu dia-a-dia retido durante tantos anos, por outros Governos.

Parabenizo o Governador Aécio Neves e a Secretaria de Planejamento e Gestão, do Secretário Anastasia, porque temos a certeza de que os Deputados são abordados a todo instante por funcionários de todas as partes deste Estado que querem e precisam receber tais recursos. Esse dinheiro dos servidores é retido pelo Estado e não sofre correções. Portanto, parabenizo este Governo por pagar o que é devido no seu mandato, começando a pagar os débitos anteriores. Isso é muito importante, porque causa grande avanço social ao pagar até R\$1.000,00 de verba retida aos funcionários estaduais. Agradecendo esse aparte a V. Exa, ressalto a importância dessa atitude do Governador Aécio Neves. Na oportunidade, parabenizo as mulheres mineiras e brasileiras pelo Dia Internacional da Mulher. Desejo boas falas a V. Exa. Tenho a certeza de que boas notícias virão para todos nós. Obrigado.

O Deputado Miguel Martini - Deputado Doutor Viana, sinto que irei decepcioná-lo em parte, porque as notícias não são boas, mas é necessário discuti-las neste Plenário, até mesmo com a intenção de levar à reflexão o povo mineiro que nos acompanha pela TV Assembléia. Ouvi atentamente a brilhante e nobre Deputada Jô Moraes explicar o inexplicável, justificar o injustificável, fazendo parecer que os princípios e valores não são muito importantes, que o mais importante é a política econômica. Isso me assusta. Gostaria de ler um documento que certamente era do conhecimento do Deputado Weliton Prado. Se tinha esse conhecimento, quis desinformar; se não tinha, está mal informado. Para ajudá-lo, solicito à sua assessoria que copie o teor desse documento e depois o avise de que essas bravatas que costuma dizer aqui não são consistentes. As notas estão aqui. Ele diz que o Governo não quer pagar ao servidor contratado pela Secretaria de Estado da Educação. Depois, fala de maneira jocosa - como se fosse uma coisa de fácil resolução - que uma das alegações do Governo é a de que o número elevado de servidores contratados uma única vez fez com que o processo de regularização dos mesmos fosse atrasado. O que atrasou ainda mais foi o fato de, ao contratar 8 mil novos professores para atender à necessidade do Estado, haver uma ação do Ministério Público, com liminar concedida pela justiça de uma ação civil pública, suspendendo o processo de designação. Ora, se havia uma liminar, o Governo teve de cruzar os braços e aguardar a solução judicial. E o prazo foi correndo. Uma vez resolvida essa questão, após muita discussão, conclui-se que a contratação daqueles servidores poderia ocorrer regularmente. Aí então é que se daria início ao processo, porque o Governo não poderia fazê-lo anteriormente sem a definição da justiça. A atitude racional, lógica e de bom-senso seria exatamente fazer o que o Governo fez. Assim que o problema ficou resolvido, imediatamente a Secretaria acelerou o processo, trabalhando aos sábados e aos domingos, dias 14 e 15 de fevereiro, para regularizar a questão. Então, não existe essa bravata de denúncia falsa e infundada de que o Governo não quis, de atraso no pagamento. Ele deu exemplo, no final do ano passado, apesar das dificuldades financeiras, ao pagar antecipadamente o décimo-terceiro e ao colocar os outros salários em dia.

Não é uma prática deste Governo atrasar salário de ninguém; mas, em razão de uma questão jurídica, foi obrigado, mesmo contra sua vontade, mesmo com o empenho dos servidores que trabalham nessa regularização, a atrasar. Mas agora, em abril, tudo estará regularizado e todos receberão o que lhes é de direito. Essa falsa denúncia não tem o menor sentido.

Com relação à segunda questão, achei bom que tenha sido um Deputado do PT a trazer o debate do transporte escolar. Acredito que a sociedade e todos os Estados terão que cobrar do Sr. Lula, porque dizem que foi no apagar das luzes, sem que ninguém percebesse, que o Governo Federal alterou o sistema de distribuição da quota do Estado do seguro-educação. Alterou para pior, Deputado Rogério Correia. De modo geral, uma lei é para aprimorar, para melhorar, e ele conseguiu piorar. Mas atendeu aos grandes municípios, atendeu ao Sr. Fernando Pimentel, que, só em um mês, se não me engano, aumentou em R\$25.000.000,00 sua receita com a educação. Esse dado me foi passado por alto, mas o que aconteceu foi que o Governo Federal fez uma desvinculação de receita orçamentária e todos os Estados perderam, em média, R\$20.000.000,00. Sabe o que aconteceu, Deputado Chico Simões? Os municípios mais pobres, necessitados, que têm uma área rural imensa, com escolas rurais que precisam do recurso, deixaram de receber. Mas a receita de Belo Horizonte, que é a Capital, que também precisa, mas que não tem tanta necessidade de transporte escolar, aumentou. Acho oportuno que seja feita uma discussão dessa medida. Essa medida melhorou ou piorou a situação? Na lógica do Estado de Minas Gerais, foi um desastre, nessa área. Para quê? Para o Governo Federal concentrar o poder. Achava que o Estado não era o mais capaz para conhecer a realidade do seu Estado; que o Ministro da Educação, de Brasília, sabe melhor de que precisa Santa Maria do Salto, lá no Jequitinhonha. V. Exa., Deputada Jô Moraes, sabe que não é assim. V. Exa. sabe que a modernidade é a descentralização. A modernidade e a justiça social se fazem olhando para os menores, em primeiro lugar, depois para os maiores. Os maiores conseguem se defender, os menores não.

Deputado Weliton Prado, foi muito bom ter trazido essa discussão. O Estado de Minas Gerais perderá R\$25.000.000,00. Quando os Prefeitos de Jacinto, de Santa Maria do Salto, do Jequitinhonha, tiverem necessidade, decidirão ir ao Governo do Lula para dizer-lhe que o processo não foi justo e sacrifica ainda mais os pobres. O vale do Jequitinhonha deveria ser prioridade do Governo Lula, pois foi visitado por ele várias vezes, quando era candidato.

O Deputado Domingos Sávio (em aparte) - Faço coro com V. Exa. nesse brilhante raciocínio. A educação é direito do cidadão e dever do Estado na sua forma mais ampla: União, Estado, enquanto entes federados, e município. As responsabilidades devem ser partilhadas.

V. Exa. toca num ponto crucial. O Governador, tão logo assumiu, mostrou, com clareza, disposição de cumprir o compromisso no que diz respeito ao Governo do Estado de Minas Gerais. Houve iniciativas não apenas inovadoras, como abrir as escolas mineiras e, em parceria com as Prefeituras, estimular a matrícula da criança com 6 anos de idade, sem dúvida um passo adiante na universalização do ensino, criando perspectiva de educação mais ampla para os cidadãos e cidadãs em seus primeiros anos. O Governador tomou atitude - como fui Prefeito, posso testemunhar sobre isso - que mostra como a educação vem sendo tratada com clareza e seriedade, principalmente no que se refere ao transporte escolar. Durante quatro anos, como Prefeito, lutei em Divinópolis e nunca recebi um centavo do Governo do Estado para apoiar o transporte escolar, embora o município transportasse com frequência os alunos para as escolas estaduais.

No primeiro ano do Governo Aécio Neves - sem distinção partidária, já que alunos e municípios não podem ser tratados de acordo com critérios partidários -, todos foram acolhidos como mineiros, como cidadãos. Todos os municípios que se dispuseram a celebrar convênios com o Governo Estadual receberam ajuda para o transporte escolar. Sou testemunha disso e fiquei feliz por ver algo novo acontecer na política educacional mineira, apesar de não ser ainda suficiente. Tive a oportunidade de ir à Secretaria para discutir casos pontuais, como os de Capitólio e municípios da região Centro-Oeste mineira. Lá fui bem atendido, e os municípios receberam o apoio da Secretaria.

Com essa afirmativa, de que tomamos conhecimento pela imprensa, ficamos indignados. O Governo Federal, de forma autocrática, muda os critérios de repasses dos recursos que poderiam possibilitar esses convênios, penalizando a educação em Minas Gerais. Essa responsabilidade é do Estado e da União. Onde há escola federal no Estado que ofereça ensino médio e básico? Não existe. As escolas são municipais e estaduais. O Governo Federal não pode, de forma autocrática, tomar as decisões com relação aos recursos do salário-educação, da quota estadual, da chamada QUESE, pois trata-se de recursos de direito do Estado de Minas Gerais. De forma autocrática, o Governo Federal muda os critérios, penalizando a educação mineira e prejudicando os alunos. Onde está o dinheiro?

Ouvi o Deputado Weliton Prado, há pouco tempo, fazendo aqui uma manifestação sobre como o Governo Federal teria dobrado os recursos para a merenda escolar. Gostaria de que o Deputado Weliton Prado estivesse atento a isso. O que estou afirmando está nos anais da Casa. Comentei o fato com ele, depois, alertando-o, dizendo: "V. Exa. traz o calor da juventude, o que é muito bom, o entusiasmo; mas é preciso tomar cuidado para não trazer equívocos e informações incompletas". O Governo Federal nem sequer corrigiu monetariamente o dinheiro para a merenda escolar. Ele, que repassava míseros R\$0,12 por aluno, como se isso fosse dinheiro - não dá para comprar um pãozinho -, continuou mandando esses míseros R\$0,12. Nem a correção monetária fez, após um ano de governo. Fez uma correção da merenda para a educação infantil, que não atende 1% do universo de alunos matriculados nas redes públicas. No entanto, usam de bravata dizendo que dobraram o dinheiro destinado à merenda escolar. Ora, o povo mineiro não se deixará mais enganar por discursos inflamados atacando o Governador Aécio Neves, tentando fazer uma cortina de fumaça em cima da falta de zelo com a educação por parte do Governo Federal. Um Governo que prometeu tudo e que hoje piora a sua relação com questões fundamentais como a educação, a saúde, os aposentados, para não falar na geração de empregos; não se gerou um emprego sequer; nada até agora.

Então, parabéns V. Exa. por abordar esse assunto com a clareza e com a verdade. O Governo do Estado tem investido em parcerias com o município, de forma séria; tem feito matrículas de jovens e adultos de forma séria e planejada, como acontece com o Programa de Educação de Jovem e Adulto, ao contrário do que o Deputado Weliton Prado tem afirmado, dizendo que estão proibidas as matrículas daqueles que estão com mais de 18 anos. Trata-se de uma desinformação dele, pois são centenas, milhares de jovens e adultos em programas de educação especial do Governo do Estado de Minas Gerais, que já estão matriculados. Já estão. Não se trata de promessa, não. Estão matriculados na rede pública estadual. O Governador e a Secretária Vanessa querem acabar, com muita competência, com essa figura de excedente, porque, na verdade, nunca houve essa figura, pois o professor tem uma função a desempenhar. Eles trabalham e trabalham muito. Agora, precisam ser bem geridos. Temos um Governo que está gerindo com seriedade, racionalmente, os recursos humanos da Secretaria da Educação.

Parabéns a V. Exa. por seu pronunciamento. Sabemos que muito ainda há que ser feito. O plano de cargos e salários que está aqui, que haveremos de votar, será um passo adiante nessa relação do Estado com o servidor, o que é fundamental, porque muito ainda tem que ser feito nessa área. Não é fazendo acusações levianas nem levantando cortinas de fumaça que veremos os problemas da educação resolvidos. Muito obrigado.

O Deputado Miguel Martini - Obrigado, Deputado Domingos Sávio. V. Exa., sem dúvida, veio enriquecer a nossa reflexão, trazendo dados extremamente importantes para nós.

O Deputado Weliton Prado (em aparte)* - Agradeço o aparte concedido pelo nobre Deputado Miguel Martini.

Gostaria de que o nobre Deputado, como Líder da Maioria, solicitasse ao Governo do Estado as razões pelas quais não pagará, no mês de março, os professores designados, contratados na região metropolitana, que trabalharam no mês de fevereiro, e nos informasse a respeito. De acordo com a legislação, eles têm o direito de receber no mês de março, mês subsequente. Infelizmente, O Governador verá a possibilidade de pagar esses professores no mês de abril. Será que quando a professora for fazer a compra para sustentar seus filhos o dono do supermercado verá a possibilidade também de esperar até abril? Será que o cobrador também esperará até abril? Como esses professores cumprirão com suas obrigações? Como trabalharam, trata-se de um direito legal; têm de receber no mês subsequente. Está no programa de governo do Aécio Neves que o servidor público seria pago, no máximo, até o 5º dia útil do mês. Infelizmente, não vem cumprindo a sua promessa de campanha, que estava no programa de governo. Há professores que trabalharam no mês de fevereiro e, em vez de receberem até o 5º dia útil, receberão dia 26 de março.

Isso é uma grande injustiça. Por isso, deve-se ver essa possibilidade. Solicito ao Reminho que faça isso. O Governador disse que não há funcionário nem estrutura. Quem sabe a Assembléia pode emprestar dois técnicos ao Governo do Estado para ajudar na elaboração da folha de pagamento, a fim de que os professores recebam? Se a desculpa for essa.

Há outro ponto referente ao grande problema do transporte escolar. Devemos debater sobre isso com muita sinceridade, pois não dá para aceitar crianças e jovens caminhando duas ou três horas para chegar até a escola. Deve haver uma forma de garantir transporte para as crianças e os jovens, a fim de diminuir a evasão escolar e dar-lhes dignidade.

No ano passado, o Governo do Estado cortou recursos para as 50 maiores cidades mineiras, como Montes Claros e as da região do Triângulo Mineiro. A educação e o transporte escolar foram duas das áreas mais atingidas. O que o Presidente Lula fará? Distribuirá o salário-educação diretamente para os municípios. Esses 10% irão para o transporte escolar. Essa é uma responsabilidade social do Governo Lula. O Governador Aécio Neves deve ser sensível. Corrijo o Deputado Domingos Sávio dizendo que o ensino médio é responsabilidade do Governo do Estado. Há processo de improbidade administrativa contra Prefeitos, aliás, processo para cassação, porque transportam alunos do Estado. Infelizmente, há Prefeitos que estão sendo processados por improbidade administrativa por terem a boa-vontade de transportar alunos do ensino médio do Estado, porque essa responsabilidade é do Governo do Estado. Mas agora terão possibilidade de realizar parceria com o Governo Federal.

Como talvez o Deputado Domingos Sávio não tenha conhecimento, gostaria de informá-lo de que houve aumento no valor da merenda escolar. Quer dizer, os míseros R\$0,06, que eram um absurdo, passaram para R\$0,13. Sei que isso é pouco, devia ser mais ainda. Porém, o valor da merenda escolar mais que dobrou. Devemos ver a possibilidade de os alunos do ensino médio terem também merenda escolar.

Portanto, quando à educação, devemos realizar um debate com toda a sociedade, com a participação dos Governos Federal e Estadual e dos municípios. O Governo do Estado não pode tirar o corpo fora nem fazer a maior demagogia que já vi. Gastou milhões e milhões com publicidade, falando que as crianças no Estado entram na escola com seis anos. A maioria das escolas foram municipalizadas. A responsabilidade com o ensino de 1ª a 4ª séries é dos Prefeitos, dos municípios. Ele realiza, em algumas escolas, um projeto piloto e gasta muito dinheiro com publicidade e "marketing", dizendo ao País que Minas Gerais é o único Estado onde as crianças entraram na escola com seis anos. Na verdade, entram nas escolas municipais, pois os Prefeitos estão assumindo o compromisso e a responsabilidade com a educação. Então, na realidade, esse é um mais um projeto virtual do Governo Aécio Neves.

Deputado Miguel Martini, devemos, sim, debater de maneira fraternal. Respeito muito o conhecimento do nobre Deputado Domingos Sávio, companheiro de Divinópolis. Porém, não dá para camuflarmos a realidade. Ele deve realizar um debate honesto. A população sabe que as crianças têm de percorrer quilômetros e quilômetros para chegar à escola e que os jovens com mais de 18 anos não podem se matricular no ensino regular das escolas do Estado. Conversei isso com o Governador. A Secretária da Educação deu-nos a palavra de que revogaria essa medida do Governador. Infelizmente, não revogou. Já há um processo na justiça contra o ex-Governador. Se for o caso, teremos de entrar com um processo também contra o atual Governador.

O Deputado Domingos Sávio (em aparte) - Deputado Miguel Martini, agradeço a V. Exa. a generosidade de me permitir esclarecer os fatos, mais uma vez, a quem está nos vendo e ao próprio Deputado Weliton Prado. Ele me citou novamente em sua fala e pediu um debate sincero, fraterno e claro em torno da verdade. Acabei de dizer a verdade, que está documentada. Ele sabe disso, mas diz que dobrou o dinheiro da merenda escolar. Isso não é verdade. Por quê? Porque é elementar que a merenda escolar é um recurso que veio do Governo Federal. Isso é norma e distribuição de tarefas. O Governo tem obrigação de aplicar 25% na educação. Então, não é favor algum. Essa é a parcela do Governo Federal, assim como o recurso do FUNDEF. Parte dele é retido no próprio município, ou seja, do FPM, que comporá o grande Fundo, que foi uma grande iniciativa do saudoso Darcy Ribeiro.

A merenda escolar é destinada ao aluno dos ensinos básico e fundamental, da 1ª à 8ª séries e do 2º grau. O Governo Federal deveria mandar o dinheiro para os alunos da 1ª à 8ª séries, 95% do volume de alunos matriculados, que recebiam no Governo FHC R\$0,13 "per capita". Deputado Weliton Prado, V. Exa. está equivocado, eram R\$0,06 para educação infantil, crianças abaixo de 6 anos de idade. Estou lhe dando uma informação verdadeira, fundamentada na lei e nos documentos que possuímos. Já era o mesmo valor de R\$0,13 distribuído "per capita" no Governo anterior ao Lula, que o manteve, não acrescentou nem 1%. E aumentou para a educação infantil, que representa um universo muito pequeno de alunos beneficiados por esse programa, o que é um engodo. Essa prática da bravata e do engodo já não cabe na política brasileira.

Outro engodo é dizer que não há aluno com mais de 18 anos matriculado na rede pública estadual. A rede pública estadual adotou o critério de criar turmas especiais, o que é apropriado, pois colocar uma pessoa de 20 anos junto com uma criança de 12 anos não é produtivo do ponto de vista pedagógico. Então, a Secretaria de Estado da Educação criou o programa de educação de jovens e adultos, matriculados a partir dos 18 até os 20 anos, e aqueles que estão com idade superior a 25 anos são matriculados no sistema supletivo do Estado. Aqui reside a verdade. Vir dizer que dobrou o investimento em merenda escolar no Governo Lula é uma bravata, uma mentira, nunca aconteceu. Dizer que o Governo Aécio Neves proíbe o adulto de se matricular em escolas públicas estaduais é mentira. Fui à Superintendência Regional de Ensino de Divinópolis, que me forneceu os números. Não adianta virem aqui ocupar a tribuna para dar informações falsas. Chega disso! O PT fez isso até chegar à Presidência da República, depois o próprio Lula disse: já não podemos fazer bravata, porque somos do Governo". E vêem outros aqui fazer bravata com o Governo do Estado. O Governador está conduzindo as coisas com seriedade, procurando melhorar os investimentos na educação, saúde, pagando em dia os servidores públicos. Só porque ocorreu um episódio localizado, com uma contratação temporária, na região metropolitana, alguém vem fazer bravata, como se o Governador estivesse deixando de pagar o salário de fevereiro para todo o funcionalismo público. Isso é má-fé, não é debate sadio nem respeitoso, querendo ignorar que se tratou de uma situação esporádica, de uma contratação temporária, situação provocada pela justiça, como o próprio Deputado Miguel Martini esclareceu, colocando a verdade, e o Governo não está camuflando, nem negando que não teve como pagar. O Deputado Weliton Prado sabe muito bem que o Governo não pode fazer pagamento sem empenho, sem que as coisas sejam processadas nos termos em que a lei determina.

Deputado Miguel Martini, muito obrigado por me conceder o aparte, jamais usaria essa tribuna para apresentar informações que precisassem ser corrigidas, como disse o Deputado Weliton Prado. Que ele me perdoe, respeito-o na volúpia de seus discursos, mas não deve deixar que se transformem em bravatas.

Não vamos faltar com a verdade. Não houve incremento de 100%, como afirma V. Exa., nas verbas da merenda escolar. O Prefeito de sua cidade e as Diretoras de todas as escolas públicas podem afirmar isso, mas não é verdade. O Governo Lula não dobrou o dinheiro da merenda escolar. Meu Deus, se tivesse dobrado, seria uma maravilha! Eu estaria aqui fazendo um discurso daqueles mais profundos, de louvor ao Governo Lula, porque é preciso realmente aumentar os recursos da merenda, para que as escolas possam atender até mesmo ao 2º grau; porém não podemos aceitar que venham "tapar o sol com a peneira". Obrigada.

O Deputado Weliton Prado (em aparte) - Só 2 minutos, Deputado.

O Deputado Miguel Martini - Não vou conceder aparte a V. Exa. agora. Já concedi uma vez a V. Exa. e, depois, ao Deputado Domingos Sávio, para que ele pudesse se defender, porque V. Exa. o acusou de algo. Agora, espere que eu faça o debate; senão, cairemos em um monólogo. Se houver tempo, até poderei conceder-lhe aparte novamente. Democraticamente estamos fazendo o jogo, mas é preciso seguir uma norma. Caso contrário, torna-se difícil.

Deputado Weliton Prado, quando V. Exa. faz, mais uma vez, uso da palavra, trata de questões sérias como se fossem simples e sem importância. Deputado Domingos Sávio - se é que eu e o telespectador entendemos bem -, o Deputado Weliton Prado está sugerindo que o Governador pegue o dinheiro do caixa da Secretaria da Fazenda, mande fazer uma fila na Secretaria da Educação ou no Palácio da Liberdade e encaminhe-a a seu assessor dizendo: "Faça um vale de R\$4.000,00 ou R\$5.000,00, para acertarmos depois que a situação do Estado estiver regularizada". Diz isso como se as coisas pudessem ser tratadas como uma brincadeira. Sugerir que o Presidente da Assembléia empreste funcionários... Não é esse o debate, Deputado Chico Simões, que engrandecerá esta Casa e melhorará o Estado de Minas Gerais. O debate que trará melhorias, Deputado Weliton Prado, é aquele sério, comprometido com a verdade, fundamentado, consistente, em que se respeitem as leis e os princípios éticos. Discordo dessas bravatas, Deputada Ana Maria Resende, postas às vezes de maneira jocosa, como se a administração pública pudesse ser tratada como uma brincadeira e os fatos não obedecessem a um ritual necessário, para que sejam honestos, sérios.

Vou repetir para que o telespectador não fique desinformado. Foi contratado um número elevado de professores - 8 mil. Essa contratação foi contestada. Por uma liminar concedida por ação do Ministério Público, foi suspensa. Em razão disso, até que se resolvesse a questão jurídica, nada pôde ser processado. Assim que o assunto foi resolvido com a justiça, podendo-se contratar, desencadeou-se o ritual do processo administrativo regular. Não dá para entender que se deva fazer um vale para os servidores. Não existe essa figura na administração pública. Então, queremos resolver esse assunto, tratando-o com seriedade, e não de maneira jocosa, Deputado, como o quer V. Exa., pois se trata de assunto sério para o Estado.

Promessas do Governador! Posso trazer para V. Exa. todos os atos praticados por este Governo e que estavam no programa de governo do Governador Aécio Neves. Eu mesmo participei de vários deles em que se considerava primeiramente o compromisso de campanha e, em seguida, o que estava sendo celebrado. Em todas as áreas - saúde, educação, segurança pública -, alguns deles eram realizados, superando o que estava previsto no programa de governo.

O Governo planeja pagar a folha de pagamento até o dia 5 e ainda trabalha com a possibilidade de trazer o mínimo sacrifício aos servidores. Mas o Governo trabalha com receitas e despesas. O gerenciamento sério e a administração austera permitirão que, em tempo recorde, as contas do Governo se tornem equilibradas. O pagamento poderá ser feito no dia 5, e, talvez no dia 1º.

No entanto, uma promessa só é real se há dados consistentes que permitam sustentá-la. No momento, o Governo não pode dizer que pagará a folha dos servidores no dia 5, ficando as outras questões do Estado negligenciadas. Um governo responsável deve tratar o Estado como um todo. Chegaremos ainda a essa situação.

O Governo Federal ajuda pouco e cada vez mais retém recursos do Estado. Impede que os recursos legítimos que deveriam chegar ao Estado aqui aportem. O Governo, com competência gerencial e administrativa, tem buscado vencer essas dificuldades.

O Deputado Mauro Lobo (em aparte)* - Deputado Miguel Martini, temos ouvido e assistido no Plenário críticas dos Deputados da Oposição, que, lamentavelmente, não têm fundamento. Com relação ao plano de carreira, parece que veio à Casa graças à Oposição, que tem apenas 16 Deputados de um total de 77. No Governo passado, o principal partido da Oposição era Situação e tinha até uma secretaria de Estado. E, mesmo assim, a Situação não conseguiu que o Governo encaminhasse à Casa planos sólidos de carreira.

Houve algumas iniciativas de Deputados em prol de vários segmentos. Participei do plano de carreira da área de ciência e tecnologia, que o próprio Governo do Estado, na legislatura passada, brecou, encerrando o processo de desenvolvimento do plano de carreira.

Agora, o Governo discute com os sindicatos e ainda chama a Oposição ao Palácio, para discutir esse e outros assuntos. E, depois, querem desconhecer o valor, o interesse e o empenho do próprio Governador em apresentar à Casa um plano de carreira para os funcionários da educação.

Ora, os fatos são esses. Não podem vir com uma versão totalmente desfocada da realidade. O plano de carreira está na Casa não porque a Oposição assim o quis, mas porque era um compromisso do Governo. No decorrer deste ano, vamos discuti-lo e votá-lo. Tanto isso é interesse do Governo que o próprio Secretário de Planejamento e Gestão já esteve aqui discutindo com os Deputados o plano de carreira, detalhando-o. Mais ainda: colocando-se à disposição dos Deputados.

No final do ano passado, quando se discutiu o PPAG, como Presidente da Comissão de Participação Popular, juntamente com o Deputado André Quintão, estivemos com o Secretário de Planejamento e Gestão para propor uma discussão ampla do PPAG, por meio de audiências públicas.

O que fez o Secretário? Não só deu abertura, mas também aqui esteve participando dos debates. Mais ainda, o responsável por cada projeto do PPAG, dentro dos projetos estruturantes, estava aqui para discutir com todo o mundo. Chamo isso de abertura.

Chamo de Governo democrático aquele que planeja e discute suas propostas com a sociedade. Não é algo imposto, não é algo que vem da vontade de um pequeno grupo que se impõe à vontade da maioria. Essa é a beleza da democracia. O dirigente eleito sabe que o processo não se encerra com a eleição, mas continua no dia-a-dia de seu governo, por meio, exatamente, de ações que valorizam a democracia.

Há pessoas entusiasmadas com ditaduras de 20, 30, 40 anos atrás, achando que esse é o modelo ideal. O modelo brasileiro deve ter mais responsabilidade, mais comprometimento, abertura e diálogo constante, ao mesmo tempo em que o governante não deve abrir mão de sua responsabilidade. É isso que vemos em nosso Estado. Observamos, ainda, como o tempo e as condições momentâneas modificam as pessoas. No Governo passado, tivemos várias CPIs na Assembléia que procuravam atingi-lo, participei até mesmo da CPI dos Bancos e da CPI instalada para discutir possíveis desvios dos fundos públicos. Há pouco tempo, o Ministério Público arquivou o processo dos Bancos porque não havia substância, tudo foi esclarecido na CPI. Hoje, os que eram grandes defensores da CPI correm dela e insinuam que se trata de uma armação da imprensa ou dos partidos da Oposição que procuram desestabilizar o Governo. Ora, isso é mudar o foco da questão: houve corrupção flagrada, que deve ser esclarecida. Dado o impacto, obviamente caberia uma CPI.

Alegam que neste Governo foi pouca coisa, que apenas um Ministro se descuidou ou foi ingênuo por não conhecer a fundo aquele a quem delegava tamanha gama de poderes. Por que se age assim? Se o maior volume de ocorrência foi em Governos anteriores, por que barrar a CPI? Por que não clarear os fatos para a Nação? Por que outras denúncias envolvendo os Governos Federal e Estaduais passados não podem ser tiradas a limpo? Nossa democracia é muito frágil ou as pessoas que estão no comando o são. A sociedade não quer esse caminho. A sociedade quer apuração, quer saber da verdade.

Critica-se a situação econômica do Estado. Gostaria que o Estado tivesse agilidade e estrutura econômico-financeira para poder até antecipar o pagamento do funcionalismo. Isso seria uma situação justa e desejável. Mas, entre o justo e o desejável, há o real.

Espanta-me também a falta de preocupação em relação à situação federal. Há poucos anos, assistimos nesta Casa à crítica ao sistema da União, como a União tratava os Estados em relação às suas dívidas. Ou seja, propunha-se a diminuição da obrigação dos valores devidos pelos

Estados à União. Sabemos que os Estados são obrigados a atualizar suas dívidas e juros. Mas, Deputado Miguel Martini, há grande diferença. Quando a União paga juros, pelo menos tem retorno de parcela desses juros, por meio do Imposto de Renda. Parcela dessa renda, que constitui despesa da União, retorna, por meio do Imposto de Renda ou até mesmo do Imposto sobre Operações Financeiras. Os Estados não têm esse direito, pagam a taxa do dia definida pelo Governo Federal. Ninguém mais quer questionar se é justo voltar a esse assunto. Os Estados estão com a sua capacidade de investimento tolhida por causa do acordo da dívida entre os Estados e a União. Os que criticavam há poucos anos, hoje, não querem nem ouvir falar desse assunto.

Vejo que falta para nós, políticos, algo muito simples e bastante questionado pela sociedade: coerência - coerência de idéias, de propósitos, coerência, enfim, até no discurso. Não adianta, em determinados momentos, termos discursos totalmente opostos. Mas é a isso que estamos assistindo. A isso e a mais outras coisas, que vão fazendo com que o político cada vez se credencie menos e tenha menos confiança da sociedade.

Todos sabemos das dificuldades do País. Não devemos atirar pedras no Governo Federal. Além disso, sabemos das dificuldades dos Governos Estaduais e Municipais. Se não estivermos em posição pró-ativa para ajudar no âmbito do nosso trabalho a encontrar solução para esses grandes problemas, estaremos perdendo o nosso tempo. Mais ainda, estaremos dizendo à sociedade que não somos merecedores de sua confiança, que não podemos representá-la.

Deputado Miguel Martini, nossas discussões precisam ser aprimoradas e bem abertas para que a sociedade, por meio da TV Assembléia, conheça as posições dos Deputados, os problemas e os fatos, e não algumas versões previamente ajustadas para poder atender a determinados posicionamentos, que sabemos não serem defensáveis.

Agradeço a V. Exa. esta oportunidade. Que o seu brilhantismo continue, Deputado Miguel Martini.

O Deputado Miguel Martini - Obrigado, Deputado Mauro Lobo.

O povo brasileiro continua se perguntando. Temos a impressão de que, ao olhar para cada brasileiro, há uma interrogação sobre a sua cabeça, como nos desenhos animados: aquela interrogação no ar, sugerindo um pensamento, a pessoa se perguntando. Por que será que o PT não quer mais a CPI? Podemos imaginar que, em todo o Governo Lula, não haverá mais CPI? Como disse o Senador Pedro Simon, aprendi com o PT que a CPI é direito da minoria. Não é mais? Mudou? O Senador Pedro Simon faz declarações gravíssimas, e o Brasil inteiro está se perguntando. Em troca de cargo, CPI vai para debaixo do tapete.

Não há dúvida de que há um "propinoduto" instalado no 4º andar do Palácio do Planalto e "corruptólogos" ao redor do Presidente da República. Dirão que a culpa é da filmadora. O Secretário-Geral da Presidência da República admitiu que o Governo entrou para impedir a CPI. O povo se pergunta se vale qualquer coisa, como barganhar cargos e pressionar, sabe-se lá por que razões, para que o Presidente do Senado não queira indicar os Deputados que comporão a CPI, descumprindo a Constituição Federal. A brilhante Deputada Jô Moraes passa a idéia de que isso não tem muita importância.

Devemos voltar à questão da GTECH, perseguir todo o percurso e fazer com que os responsáveis paguem pelo que fizeram de errado. Assine hoje o pedido de instalação de uma CPI e creio que V. Exa. e outros Deputados também o fizeram. Foi apoiado pelo PT, do Governo Itamar Franco, um perdão de R\$29.000.000,00 ou R\$31.000.000,00 de uma multa contra a GTECH, por um parecer jurídico dado por pessoas que ocupavam cargo no Governo.

Se nossa CPI não seguir o mesmo trâmite, então não será instalada. O povo precisa confiar. Ele acreditou no discurso da ética, da moralidade e da transparência. O Sr. José Genoíno, Presidente do PT, disse que quem não quer ser investigado é porque tem algo a esconder. Com essa afirmativa, questiono o que quer esconder.

Há uma declaração - ainda não a vi - de que o Ministro José Dirceu afirma que não sairá. O Presidente é o Lula ou o José Dirceu? Quem pode dizer se ele sai ou não é o Lula. O Ministro José Dirceu apenas pode dizer que gostaria de ficar. Essas notícias estão em toda a mídia nacional. O PT precisa resgatar isso e dizer que a Polícia Federal terá seu papel. Quando havia suspeita de qualquer coisa, mandando prender, fazer devassa, aquele Procurador estava sempre nos jornais. Ainda não o vi, mas talvez ele esteja por aí. Trinta e três representantes legais assinaram o pedido de instalação da CPI, e a sociedade a quer. Portanto, ela deve ser instalada, para que as pessoas não tenham sua vontade frustrada.

Segundo o Senador Pedro Simon, é grave o que dizem. Ele afirmou que integrantes do seu Partido, o PT, barram a instalação da CPI dos bingos, com o objetivo de ganhar cargos no Governo. É um Senador da República falando de seu partido, o PT.

Se considerarmos essas questões como de menor importância, Deputado Chico Simões, admitiremos coisas piores. Se o problema tivesse ficado apenas naquela fita, na questão do financiamento de campanha, talvez as medidas fossem suficientes. Poderiam colocar o TSE para investigar e levantar os fatos. Entretanto, estamos vendo que há tentáculos, como a GTEch. Já descobriram o procurador da empresa, e, a cada dia, surge um fato novo. Para sabermos se há inocentes ou culpados, talvez até para constatarmos que não há culpa alguma, é necessário que deixem investigar.

O caso teria um ar de maior seriedade se o Ministro José Dirceu ou o Presidente Lula tomassem uma posição. Seria um ato de maior grandeza se a iniciativa viesse do Ministro, mas seria um ato firme do Presidente, até para mostrar ao Brasil que ele tem o timão na mão e governa. Ele poderia dizer, como já foi feito no passado: "Ministro José Dirceu, V. Exa. poderia afastar-se e deixar as investigações correrem. Depois de apurados os fatos, poderemos admiti-lo ou não novamente". Entretanto, nem isso foi feito.

Sabe-se lá quantos cargos, quanto de dinheiro público está custando a não-instalação desta CPI? Estou falando de um Senador da República sério, que fez uma denúncia grave. E ele disse até para o Lula não ouvir o conselheiro Renan Calheiros, seu Líder no Senado.

Deputado Chico Simões, podemos dar explicações, mas um fato é certo, e ninguém irá mudá-lo: o PT não quis investigar, não quis deixar a CPI funcionar e usou os mesmos métodos do passado. O povo brasileiro acreditou que seria diferente e ainda não teve a oportunidade de comprovar se é mesmo diferente, portanto ainda é tempo. O Presidente Lula ainda pode mostrar que o PT governa de forma diferente e não aceita negociação, barganha para a não-instalação de uma CPI como aconteceu no passado.

Sr. Presidente, vamos ouvir do Deputado Chico Simões informações que podem dar-nos um maior alento. Não queremos ouvir apenas que o ritual normal está sendo seguido. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, obrigado. Não utilizarei os 60 minutos, porque geralmente não precisamos mais que 30 segundos para responder a provocação, principalmente quando ela vem de Ribeirão das Neves. O candidato do PT encontra-se muito bem nas pesquisas e tirará os anos e anos de podridão que se instalou em Ribeirão das Neves. Então, a resposta da provocação é nesse sentido, vem de lá e não precisa ser respondida da tribuna.

Desejo responder ao Deputado Alberto Pinto Coelho, Líder do Governo, pela reclamação sobre o dinheiro do PRONAF. A implementação do PRONAF é algo que nos interessa de perto. No ano passado, o Governo Federal investiu mais no PRONAF do que qualquer outro governo, aliás, do que a soma do últimos quatro anos do Governo Fernando Henrique. Evidentemente, interessa-nos que isso seja regularizado. Há reclamações do dinheiro do PRONAF em algumas regiões. Procurarei sanar esse problema, saber qual o problema real que há no PRONAF. Pode ser que haja alguma justificativa ou atraso. Isso nos interessa de perto, pois o PRONAF faz parte do programa de desenvolvimento sustentável do Governo. Devemos verificar, se há algum problema.

Deputado Alberto Pinto Coelho, peço também a V. Exa. que observe a reclamação do Deputado Weliton Prado quanto ao não-pagamento dos professores e também o problema de Alfenas. A fita demonstra a corrupção do Prefeito e dos Vereadores. Nela o Prefeito solicita a aprovação do projeto para a regularização da situação da COPASA lá, na ordem de R\$35.000.000,00. Convidei o representante da COPASA do Sudoeste mineiro para vir à Assembléia, pois ao que tudo indica, o ato de corrupção do Prefeito tem a ver com a renovação dos contratos com a COPASA, na ordem de R\$35.000.000,00. Infelizmente, parece que a COPASA insere-se naquele problema em Alfenas. Houve até quebra-quebra na casa do Prefeito, etc. Peço a V. Exa. que observe também esse assunto.

Sr. Presidente, obviamente não utilizarei o tempo todo para falar sobre a avaliação do Governo Lula, porque pretendo fazê-la com número maior de Deputados. Não é para não debater que insisto que V. Exa. termine a reunião. Precisamos de quórum para um debate qualificado e não de revanche e de dor de cotovelo pelo Lula ter ganhado as eleições. Aliás, muitas pessoas não acreditavam nisso. O próprio José Serra, no 2º turno, dizia que, se o Lula ganhasse, o Brasil entraria no caos, na desordem, num processo inflacionário, no risco-país. Nada disso aconteceu. O Governo seguiu as regras e, no primeiro ano, foi exitoso, pois o objetivo era manter a estabilidade econômica e política.

Por menos que a Oposição queira, a estabilidade política está garantida, graças também à habilidade do próprio Ministro José Dirceu. O País caminha e priorizará o crescimento econômico. Claro que essa estabilidade não poderia se dar antes do controle do processo de alta inflacionária, do risco-país e do dólar em alta. Agora, serão tomadas também medidas para que o crescimento econômico se torne realidade, o PRONAF é um deles, linhas de microcrédito, medidas que o Governo já vem adotando.

O Governo, que demonstra sua viabilidade, sofre ataques por parte da Oposição em ano eleitoral. Aqui mesmo na Assembléia, o receio do Dr. Getúlio, em Neves, leva nossos adversários a fazer provocações no decorrer das reuniões. Isso é da vida política, compreendemos, embora discordemos. É um ano eleitoral, evidente que interessa à Oposição instalar uma CPI, mesmo que não exista fato concreto no Governo Lula, caso da CPI dos Bingos. Não há nada no Governo do Lula, querem investigar uma fita com um problema na Loteria do Estado do Rio de Janeiro, mas querem fazer uma CPI nacional. A CPI do Rio já saiu. Em Minas, o Deputado Alberto Bejani quer fazer uma CPI da GTech. Duvido que saia, mas já assinei. Não sei porque não há interesse real do PSDB, porque vai investigar o contrato da GTech, com o qual o Deputado Sebastião Navarro Vieira está preocupado. Foi um contrato assinado em 1994 pelo Governador Hélio Garcia. Desse ano até 1997, ela funcionou com esse contrato, sem licitação. Peixe morre pela boca, e o ex-Governador Eduardo Azeredo, que assinou a CPI e falou demais, em 1997, assinou um aditamento no contrato da GTech, prorrogando o prazo da GTech por mais três anos. Reconhece que a GTech não cumpriu as regras, não multa, nem pune. Faz um termo aditivo, reduzindo as cobranças que a GTech deveria fazer pela metade, dando um prazo de três anos. Em 1998, ele dá um prêmio à GTech, que não conseguiu cumprir as normas estabelecidas no contrato, incluindo mais três modalidades de jogo no contrato da GTech sem licitação. Se formos a fundo no problema da jogatina, os contratos se dão com os tucanos. Em Brasília, em 1997, o contrato da GTech foi assinado no primeiro ano do Governo FHC, e aqui em Minas, em 1994, com Hélio Garcia, e os aditamentos, em 1997. Parece que foi a festa do tucanato, junto com a GTech, para estabelecer vantagens. Se quisermos fazer a discussão, não há problema. O que não queremos é paralisar o País para dar errado, para querer que vocês, da Oposição, façam o que José Serra queria fazer e anunciava no segundo turno, que seria a desestabilização política do País. Temos a responsabilidade de governar o Brasil. Tudo bem que vocês querem fazer isso, juntar Deputados e Senadores e fazer suas festas, exigir CPI onde não cabe, tudo bem, compreendemos, a Oposição está em ano de eleições e faz essas coisas. Não toda a Oposição, não toda. A Oposição menos raivosa, mais consentânea com o processo democrático, sabe que nele a permuta é legítima, portanto, Lula ganhou legitimamente nas eleições e vai governar. A Oposição mais democrática sabe disso. Os mais raivosos, os mais xiistas, preferem que não haja governo. São ressentidos, até hoje não aceitaram a vitória do Presidente Lula. Então, querem fazer auê, fanfarra, festa, dançar carnaval, frevo, samba. Pois bem, façam-no; todavia não peçam ao Governo para entrar nessa dança, que não é boa para o Brasil. Vários opositores reconheceram que era necessária a apuração. E será apurado esse fato. Quando isso ocorrer, veremos que os contratos foram assinados por Fernando Henrique, Eduardo Azeredo, pelos tucanos. Podem ter certeza. O Sr. Waldomiro foi demitido e será punido, como serão todos os que tiverem responsabilidade nesse caso; porém a fita trata de um assunto da Loteria do Estado do Rio de Janeiro, cuja CPI está em andamento.

Se aqui a GTech tem problemas, também devemos apurá-los. Não tomamos providências ainda, porque confiamos no Governador Aécio Neves, do ponto de vista de sua ética, que pediu uma auditoria no contrato da GTech, cujo resultado estamos aguardando. Em nível nacional, Lula também tomou as medidas necessárias, solicitou o acompanhamento do Ministério na apuração dos fatos. A própria base do Governo aqui, por meio do Deputado Alberto Bejani, não acredita no Governo, preferindo uma CPI para investigar os contratos, não confiando na auditoria do Governador Aécio Neves. Se ele não confia, Deputado Chico Simões, não somos obrigados a deixar de assinar essa CPI. Por nós, esperaríamos a auditoria. No entanto, se a base do Governo quer instalar uma CPI aqui, contará com nossa assinatura.

Assim sendo, Deputado Sebastião Navarro Vieira, observe bem o contrato da jogatina e verá que ela não teve início no Governo Lula. Pelo contrário, já existia. O atual Governo, posto que existe um monte de problemas, interrompeu o processo e vai abrir ampla discussão no Brasil. O certo é que a jogatina não podia continuar. Por isso a atitude do Governo Lula foi correta. V. Exa. há de reconhecer a correção do ato. Ainda que alegue que a motivação se deu por isso ou aquilo, é correto que se estabeleça o fim da jogatina, visto que todos os contratos - aqui, em Brasília, no Rio, enfim, de maneira geral - têm problemas. Esses contratos não foram feitos em governos petistas, mas antes, e V. Exa. sabe bem disso.

O Deputado Sebastião Navarro Vieira (em aparte) - Agradeço a gentileza de V. Exa. em me conceder o aparte. Ao citar meu nome, por diversas vezes, V. Exa. convida-me a participar de seu discurso. É com prazer que me insiro no pronunciamento que faz neste fim de tarde, em resposta a tantas dúvidas aqui levantadas quanto à administração federal, exercida pelo seu partido.

Quando tive oportunidade de fazer uma questão de ordem, não falava, Deputado Rogério Correia, sobre a GTech, a que se refere, mas sobre questão de credibilidade. Torço para que o Governo do Presidente Lula dê certo. Hoje, em um debate com o Deputado Chico Simões, tive oportunidade de falar o mesmo. Sou brasileiro e democrata. Lula ganhou as eleições e tem de exercer o Governo até o último dia de seu mandato. Quero que dê certo, porque, se assim acontecer, dará certo para o meu Brasil, minha terra, meu País, Nação na qual vivo. Não sou contra, não faço política de terra arrasada. Defendo o que resta: o PT defendeu durante 20 anos a constituição de CPIs, a transparência e a credibilidade. O que salvou o primeiro ano do Governo Lula foi o restabelecimento da credibilidade no processo econômico. O mundo inteiro esperava um desastre, o que não aconteceu. A situação do Brasil melhorou, bem como a imagem do Presidente Lula, no Brasil e no exterior.

Agora, vem o caso do Waldomiro, que é um fato explícito de corrupção. A fita mostra que foi na Guanabara, no Governo do Rio de Janeiro. É caso passado? Não. O Sr. Waldomiro é caso presente. Está no Palácio do Planalto, junto ao Presidente da República, assessorando o Ministro José Dirceu, que governa de fato este País, enquanto o Presidente da República estabelece relações públicas com o mundo exterior. Todos

sabemos disso. O Brasil sabe que quem está comandando é o Ministro José Dirceu. Por que não apurar? Onde está a transparência sempre tão defendida? Entendo esse abafar ou impedir a CPI dos Bingos, esse falsear tudo, esse mudar toda a estrutura, ir contra tudo aquilo que se afirmou ao longo de uma vida partidária inteira apenas para não deixar abrir a CPI dos Bingos, porque abriria a CPI do Sr. Waldomiro. Acertaram para não haver a CPI do Waldomiro, mas se esqueceram de que estava em andamento a CPI dos Bingos, que pegaria o Sr. Waldomiro e Sr. José Dirceu. Ele é um homem do Governo, que está lá.

O Brasil inteiro sabe que esse homem foi o grande assessor da Bancada do PT no processo da CPI tão bem defendida pelo PT e por todos aqueles que queriam transparência, clareza nas coisas públicas: a CPI do PC Farias e do Collor. V. Exa. fala que a Polícia Federal e o Ministério Público apurarão. Por que com o Collor houve CPI, tendo o depoimento de um motorista esclarecido tudo? Vejam a importância de uma CPI.

Encerro reafirmando que o PT sempre defendeu a transparência. Sempre admirei a defesa que o PT fez da transparência, mas existem dois tipos de PT. Sinceramente, Deputado Rogério Correia, com todo o respeito à sigla que V. Exa. lidera nesta Casa, existe o PT do Governo e o PT fora do Governo. PT no Governo é outro, não aquele PT que marcou e que cresceu na Oposição, neste País.

Agradeço o aparte de V. Exa. Palavras o vento leva. O PFL é outro: PFL no Governo, PFL na Oposição. PL e PDT, a mesma coisa. São diferentes no Governo e na Oposição. É evidente. São papéis distintos. A Oposição tem o papel muito maior de fiscalização que de administração. O PFL certamente também não é o mesmo. Aliás, o PFL surpreende na Oposição.

O Deputado Sebastião Navarro Vieira (em aparte) - Perdoe-me, Deputado Rogério Correia; em questão de princípios, V. Exa. nunca me viu transigir, nem a Bancada do PFL nesta Casa.

O Deputado Rogério Correia - Mas, nesta Casa, V. Exa. também não viu. O problema não é o que acontece aqui. V. Exa. fez um discurso genérico sobre o PT. Quando se trata do PT, valem todos. Qualquer militante, mesmo não sendo filiado, é imputado ao PT, até o Sr. Waldomiro, que nunca foi filiado. Quando se trata do PFL, V. Exa. fala do PFL nesta Casa. Ou falamos do partido como um todo, ou não.

Eu diria que o PFL, na Situação e na Oposição, também apresenta suas diferenças. Ou não? É evidente que sim. Depende do Governo. V. Exa. era muito mais fiscalizador durante o Governo Itamar Franco que é agora no Governo Aécio Neves. Não considero isso um equívoco e não faço crítica a V. Exa. O papel que tem em um governo é diferente em outro. É evidente que há diferenças, e isso não nos levaria a dizer que o PT erra por esse motivo.

Isso não significa que o PT não tem transparência e que não quer apuração. O PT quer apuração, quer transparência no caso, o que não precisa significar necessariamente uma CPI. V. Exa. pode achar que o único instrumento é a CPI, mas nós, não. Essa é a diferença. Agora, dizer que o partido deixou de ter transparência é, no mínimo, fazer agitação política contra o partido, para tentar ganhar espaço num ano eleitoral.

Aceito, mas isso não pode ser tido como verdade. O fato de não querer CPI não significa não querer transparência, não querer apuração dos casos. Tudo pode ser apurado de outras formas. Achemos que, pelo fato de atingir a Loteria do Estado do Rio de Janeiro, não cabe uma CPI nacional. A CPI nacional está sendo buscada mais - foi buscada, hoje já não existe mais a possibilidade de ser implementada - para uma desestabilização do Governo, numa disputa política.

Seria querer demais que o PT aceitasse esse jogo político, que é o jogo da Oposição. O jogo nosso é o da agenda positiva, de buscar fazer com que aquilo que V. Exa. reconhece que deu certo no primeiro ano, que foi a estabilização da economia, possa continuar como fator de crescimento do País. Essa é a nossa função.

O PT está sendo coerente ao propor o crescimento econômico, a estabilidade do País, ao querer que o Brasil dê certo. Essa é nossa função agora. Ou V. Exa. quer que nossa função seja fazer oposição ao nosso Governo? Ora, nós e os partidos que compomos a Frente temos responsabilidade. É evidente que não seria salutar ao País o estabelecimento dessa polêmica, a não ser que se comprovasse fato irrefutável, que ligasse de fato as questões, o que até agora não foi feito.

Muito se falou da amizade do Ministro José Dirceu, mas não encontraram nenhum fato que o ligasse a algo ilícito feito no Governo Lula, nada foi demonstrado em relação a isso. Em outras vezes já tentaram vincular um caso a outro.

Deputado Dinis Pinheiro, as coisas são absurdas. Há gente que quer ligar esse caso, que não tem vinculação com o Governo petista, a um outro que teria acontecido no Rio Grande do Sul, em que nada foi provado, para justificar uma CPI nacional. Voltam ainda à cidade de Santo André, ao caso do assassinato do Prefeito Daniel, para justificar uma CPI agora.

Ora, evidentemente trata-se de jogada da Oposição para tentar criar um clima político de desestabilização para criação de uma CPI para a qual não há fato determinante. Essa é a questão objetiva de que estamos tratando. O fato precisa ser e está sendo apurado. Se houver má-vontade do Governo, aí, sim, é necessário que até o próprio PT atue nesse sentido. Hoje nossa função é fazer com que o País dê certo.

O Deputado Dinis Pinheiro (em aparte)* - Com relação ao caso do Waldomiro, minha posição é conhecida por todos. Mais uma vez a externo aqui: acharia uma atitude louvável a saída do Ministro José Dirceu, por iniciativa dele próprio. Mas continuo acreditando no Governo Lula.

Quero - e aqui não há caráter provocativo - dar uma contribuição na condição de aliado do Governo Lula, como Deputado do PL, aliado de José Alencar, para que se possa efetivamente construir aquele Brasil com o qual todos sonhamos. Temos de priorizar o emprego, estimular a produção e combater de forma efetiva a fome. Esse é o nosso propósito.

Peço a colaboração de V. Exa. e da bancada petista para enfrentar um problema gravíssimo que está afetando não somente minha querida terra natal, Ibitiré, com mais de 150 mil habitantes, mas também outros municípios. Esse problema deve estar provocando incontáveis transtornos a milhares de crianças em várias cidades. Trata-se de uma irresponsabilidade do Ministro Palocci, que, sem a sensibilidade necessária e a preocupação com os mais pobres, dirige os destinos do Brasil.

Deputado Rogério Correia, por incrível que pareça, há três meses, o Fundo Nacional de Assistência Social, ou seja, recursos do Governo Federal não são direcionados para as creches do Município de Ibitiré. Deputado Chico Simões, essa situação compromete a vida dos servidores das creches, a qualidade de vida de nossas crianças e a saúde dessas crianças, que tanto dependem desses recursos. Certamente o Ministro Palocci está exagerando em sua dose de contingenciar os recursos e está retendo os recursos que sempre nortearam a vida pública e a trajetória do Presidente Lula, que sempre se preocupou com os mais pobres, com as crianças e com os desempregados.

Agora, temos à frente do Ministério de Ação Social um homem de trajetória impecável e de valor, o Ministro Patrus Ananias, que pode ter o seu trabalho comprometido devido à intransigência do Ministro Palocci. Externo ao Deputado Rogério Correia a minha insatisfação em relação a Palocci e ao Governo Federal por estarem retendo recursos imprescindíveis para mais de mil crianças no Município de Ibitiré, inclusive,

Deputado Chico Simões, aproximadamente 200 a 300 crianças excepcionais da Fazenda do Rosário, da Sociedade Pestalozzi de Ibirité.

Registro o meu repúdio, minha rebeldia, minha tristeza com esse procedimento do insensato, do anticristão Ministro Palocci, que, de todas as maneiras, quer sujeitar o Brasil ao FMI. Acredito na sensibilidade, na decência, no valor do Presidente Lula e, com a ajuda de V. Exas., iremos corrigir essas distorções.

Deputado Rogério Correia, espero contar com o apoio e com a solidariedade de toda a Bancada do PT e a de todos os parlamentares da Assembléia Legislativa a fim de que possamos, rapidamente, eliminar essa injustiça e liberar os recursos para o Fundo Municipal de Ibirité. Com isso, as crianças mais pobres e os servidores incansáveis, que estão sempre se doando ao próximo, terão a verba em mãos e melhor qualidade de vida. Tenho a certeza de que Patrus Ananias, com sua sensibilidade e trajetória de vida reconhecida, pessoa que muito admiro, terá oportunidade de promover esse procedimento, trazendo os recursos para as creches de Ibirité, para as crianças de Ibirité.

O Deputado Rogério Correia - Agradeço o aparte de V. Exa. Teremos, agora, uma reunião do Bloco PT-PCdoB, na qual discutiremos política econômica e outros assuntos. Sobre o caso que V. Exa. citou, observaremos o que existe, porém peço que solicite um pouco mais de complacência e verba do Governo do Estado, pois parece que ele não tem relação com Minas Gerais. Todos os recursos são solicitados do Governo Federal, então é melhor decretar o fim do Governo do Estado, já que ele parece não ter objetivo. A Assembléia Legislativa nem sequer reclama verbas estaduais para a merenda escolar.

O Deputado Dinis Pinheiro (em aparte)* - Apenas apresento minha preocupação para que o problema seja solucionado. Estou, com sinceridade, solicitando seu apoio. São verbas oriundas do Governo Federal; se fossem estaduais, também estaria gritando alto e bom som a favor do povo ibiritense. Existe, sim, uma falha, um desvio de conduta do Ministro Palocci, que insiste em reter recursos em detrimento da área social, bandeira do Governo Lula, de José Alencar, de todos nós.

O Deputado Rogério Correia - Olharemos esse caso específico, mas não é verdade que o Governo Lula seja descuidado com a área social, pelo contrário. Só no Programa Bolsa-Família, até o meio do ano, serão atendidas 4.500.000 famílias, e, até o final do Governo, serão 11 milhões. Trata-se do maior programa social da história mundial. O Fome Zero já tem repercussões internacionais. Logo, a preocupação social do Governo é evidente.

São necessárias alterações na política econômica? É claro. Na última sexta-feira, estive em uma reunião com a executiva nacional do PT, representando os Deputados Estaduais.

Por unanimidade, cobramos do nosso Ministro Palocci, que tem todo o nosso respeito e apoio para continuar efetivando o bom trabalho que fez durante o primeiro ano do Governo Lula, mudanças na política econômica que pudessem priorizar o crescimento econômico do País, o desenvolvimento e a distribuição de renda. Essa é a nossa meta principal. A política econômica virá, agora, em torno disso.

Deputado Dinis Pinheiro, evidentemente estamos também preocupados com essa questão. Já conheço a opinião de V. Exa. em relação ao afastamento do José Dirceu. De certa forma, a Igreja Universal fez isso com o Bispo Rodrigues, por causa das ligações que tinha com a LOTERJ. Não sei se o PL fez o mesmo ou se, como Deputado Federal, pediu o seu desligamento. Sei também que o PL está com muita dificuldade na LOTERJ. Essas questões precisam ser mais bem avaliadas para que não fique como fogo amigo, atacando.

O Deputado Dinis Pinheiro (em aparte) - O Deputado está querendo demais. Vamos ter um debate sério, tranqüilo, sereno. Não há necessidade de exageros.

O Deputado Rogério Correia - Pimenta nos olhos dos outros é refresco. Já que V. Exa. tem essa relação com o PT, pensei que o PL tivesse essa norma, cobrada por V. Exa. em relação aos outros partidos.

Com certeza, o debate continuará. Espero ter esclarecido algumas questões ao povo de Minas Gerais. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 18/2/2004, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Adalclever Lopes

exonerando Lucas Cruz Neves do cargo de Assistente Técnico de Gabinete, padrão AL-29, 4 horas;

exonerando Paulo Cesar Santos Silva Filho do cargo de Técnico Executivo de Gabinete, padrão AL-39, 8 horas;

exonerando Renata de Manso Cabral do cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão AL-15, 8 horas;

exonerando Samira Marques Lopes Ferreira do cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão AL-14, 8 horas;

nomeando Lucas Cruz Neves para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo II, padrão AL-36, 8 horas;

nomeando Paulo Cesar Santos Silva Filho para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete I, padrão AL-40, 8 horas.

Gabinete do Deputado Dilzon Melo

exonerando, a partir de 15/3/04, Nivaldo Ferreira do Amaral do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 4 horas;

nomeando Luciana Antunes de Carvalho Amaral para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 4 horas.

Gabinete do Deputado Elmiro Nascimento

exonerando Amanda do Valle Corrêa Ramos do cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão AL-14, 8 horas.

Gabinete do Deputado Padre João

exonerando Letícia Pereira Ferreira do cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão AL-03, 4 horas;

exonerando Renato Alves Pereira do cargo de Assistente Técnico de Gabinete, padrão AL-29, 8 horas;

nomeando José Oliveira da Silva para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão AL-03, 8 horas;

nomeando Renato Alves Pereira para o cargo de Supervisor de Gabinete, padrão AL-25, 8 horas.

Nos termos do inciso VI, art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, 9.437, de 22/10/87, e 9.748, de 22/12/88, as Deliberações da Mesa nºs 400, de 22/11/89, 434, de 9/4/90, 845, de 11/3/93, 1.189, de 22/2/95, 1.360, de 17/12/96, 1.389, de 6/2/97, 1.418, de 12/3/97, 1.429, de 23/4/97, 1.522, de 4/3/98, 1.784, de 29/9/99, 1.821, de 2/12/99, e 1.945, de 20/12/2000, e Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria:

exonerando, a partir de 15/3/04, Cláudio Fernandes da Silva do cargo de Assistente Administrativo, AL-20, código AL-EX-01, com exercício no Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia.

Ato da Presidência

Nos termos do art. 54, III, §§ 1º e 7º, do Regimento Interno, a Presidência concede licença para tratamento de saúde ao Deputado João Carlos Siqueira, matrícula 12.205-0, no período de 8/3/2004 a 11/3/2004.

Mesa da Assembléia, 15 de março de 2004.

Mauri Torres, Presidente.

ERRATAS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

1ª Reunião Extraordinária da Mesa da Assembléia

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 18/2/2004, na pág. 24, col. 3, no título, onde se lê:

"1ª", leia-se:

"11ª".

ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, EM 11/3/2004

Na publicação da ata em epígrafe, verificada em 13/3/2004, na pág. 34, col. 2, sob o título "REQUERIMENTOS", onde se lê:

"Nº 2.490/2004, da Deputada Maria Tereza Lara e outra", leia-se:

"Nº 2.490/2004, das Deputadas Maria Tereza Lara e Jô Moraes".

Na mesma página e coluna, onde se lê:

"Nº 2.494/2004, do Deputado André Quintão", leia-se:

"Nº 2.494/2004, da Comissão de Participação Popular".

E, onde se lê:

"Nº 2.495/2004, do Deputado André Quintão", leia-se:

"Nº 2.495/2004, da Comissão de Participação Popular".

ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 16/3/2004

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 13/3/2004, na pág. 34, col. 3, substitua-se a finalidade da reunião pela seguinte:

"Finalidade: esclarecer denúncias de pagamento de propinas efetuados pelo Prefeito Municipal de Alfenas a Vereadores, apreciar a matéria constante da pauta e tratar de assuntos de interesse da Comissão."